

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

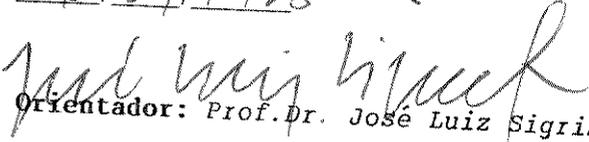
DA GESTAÇÃO À CRISE DE UMA "CAMINHADA"
- AS CEBs NA IGREJA DE CAMPINAS:
PASTORAL, PEDAGOGIA E POLÍTICA
(1968 a 1984)

Luiz Carlos Santana

1988

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Este exemplar corresponde à redação final da **Dissertação** defendida por **Luiz Carlos Santana** e aprovada pela Comissão Julgadora em

06.04.1988

Orientador: Prof. Dr. José Luiz Sigris

DA GESTAÇÃO À CRISE DE UMA "CAMINHADA"

- AS CEBs NA IGREJA DE CAMPINAS:

PASTORAL, PEDAGOGIA E POLÍTICA

(1968 a 1984)

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação - Departamento de Filosofia e História da Educação como parte dos requisitos para obtenção do título de **Mestre** em Educação.

Orientador: *Prof. Dr. José Luiz Sigrist*

Mestrando : *Luiz Carlos Santana*

BANCA EXAMINADORA

Prof. Mij Vignat

Josefina

Robert Romano

Para **Eliza**

mãe e sinal de Trabalho, Fé e
Dedicação para nós seus filhos;

para **Fabrizio**

com esperança,
ofereço este trabalho.

"A sabedoria da Igreja às vezes parece estar em saber que, para ser eterna (ou pelo menos milenar), nada pode ser eterno dentro dela, a não ser ela própria, com ou sem o domínio do povo dentro de sua ordem".

Carlos Rodrigues Brandão

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas estiveram junto comigo e de alguma forma contribuíram para que os resultados desta pesquisa pudessem ser obtidos. Agradeço a todos que se sentiram participantes dela.

Ao Professor Dr. José Luiz Sigrist sou grato por ter dedicado, enquanto meu orientador, sua competência e amizade.

Um agradecimento especial à Benedetti, Casé e Jadir que se dispuseram a ler, discutir e oferecer sugestões que foram importantes em grande parte deste trabalho.

Gostaria ainda de lembrar e agradecer:

- À minha mãe, irmãos, cunhados e sobrinhos pelo apoio e interesse no percurso deste trabalho.

- À Benedito Ferraro, Hugo Asmann, Roberto Romano e Romualdo Dias pela contribuição em meu projeto de pesquisa.

- Ao Pe. Arlindo de Nadai que, enquanto Coordenador da Pastoral Arquidiocesana, permitiu meu acesso aos documentos aqui analisados.

- Ao Pe. José Luiz pela disponibilidade e precisão de suas informações.

- Às Comunidades da Vila 31 de Março, Jardim Campineiro e Jardim São Marcos, pelo acolhimento e por terem despertado em mim, através da nossa convivência, a possibilidade de fazer tal pesquisa.

- Aos Agentes de Pastoral ligados às CEBs de Campinas pelo interesse e contribuições.

- Aos professores, alunos e funcionários da Faculdade de Educação pela amizade e condições oferecidas durante os cursos do programa de mestrado.

- À Juliana pelo carinho, apoio e revisão ortográfica.

- À dedicação e eficiência de Elvira que se prontifi-

cou a datilografar este trabalho.

- À FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) que financiou e que, através de sua assessoria contribuiu para a realização desta pesquisa.

Finalmente devo ressaltar que as análises e interpretações contidas neste trabalho são de minha responsabilidade, não cabendo o demérito delas a quem de uma forma ou de outra ofereceu sua contribuição.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO..... i

CAPÍTULO 1: A IGREJA EM CAMPINAS: ESBOÇO HISTÓRICO..... 1

1.1. A Cristandade Colonial..... 1

1.1.1- "A Matriz e a Freguesia": Uma Relação entre o Poder Religioso e o Poder Civil..... 1

1.1.2- "Capela x Igreja": Um Conflito entre Pequenos Sítios e Fazendeiros..... 5

1.1.3- Assistência Religiosa e Monopólio..... 7

1.2. A Neo-Cristandade..... 8

1.2.1- Século XIX: Mudanças na Sociedade Brasileira..... 8

1.2.2- "Igreja: Mudar e Preservar"..... 9

1.2.3- Campinas: Crescimento Urbano e as Alianças da Igreja 11

1.2.4- A Criação da Diocese e a Estratégia de Romanização do Catolicismo Brasileiro..... 12

1.2.5- Diocese de Campinas: Organização e Controle..... 14

1.3. A Pastoral Planejada..... 17

1.3.1- Desenvolvimento Econômico e Sustentação Política.... 17

1.3.2- Diversificação Ideológica e Religião..... 19

1.3.3- Igreja: Planejamento da Ação Pastoral..... 20

1.3.4- Apelos Papais e as Respostas dos Bispos Brasileiros. 22

1.3.5- Igreja da Pastoral Planejada..... 24

1.3.6- A Pastoral Planejada na Igreja de Campinas..... 24

1.3.6.1- Aspectos da Industrialização e Urbanização da Cidade..... 24

1.3.6.2- A Reorganização da Ação Pastoral..... 27

1.3.6.3- Década de 70: Alguns Impasses e Conflitos..... 30

1.3.6.4- Os Planos de Pastoral..... 36

1.3.6.5- Planejamento: Modernização e Tradição..... 39

PASTORAL PLANEJADA E CEBs..... I

- CEBs em Campinas..... III

CAPÍTULO 2: O MOMENTO DE GESTAÇÃO..... 42

2.1. Igreja: Plausibilidade e Planejamento.....	42
2.2. Situação de Mercado.....	43
2.3. Estratégias Iniciais da Ação da Igreja.....	44
2.3.1- A Promoção Humana.....	46
2.3.2- O Trabalho Religioso.....	47
2.3.3- A Comunidade Dirigente.....	48
2.4. Campos de Ação Pastoral.....	50
2.4.1- Pastoral de Massa.....	50
2.4.2- Pastoral de Pequenos Grupos.....	50
2.4.3- Pastoral Batismal.....	51
2.4.4- Pastoral "Igreja-Mundo".....	53
2.5. Dificuldades na Ação Pastoral.....	53
2.6. Organização e Integração do Trabalho Pastoral.....	54
Conclusão.....	57
CAPÍTULO 3: O MOMENTO DE AFIRMAÇÃO.....	59
3.1. CEBs: Afirmação e Comunidade.....	59
3.2. CEBs: Afirmação e Profecia.....	60
3.3. CEBs e Teologia da Libertação.....	63
3.4. CEBs: Poder e Hegemonia.....	65
3.4.1- A Afirmação "Intra-Igreja".....	65
3.4.1.1- CEBs e a Instituição	68
3.4.1.2- CEBs e Hierarquia.....	69
3.4.1.3- CEBs e Participação do Leigo.....	73
3.4.1.4- CEBs: Poder, Participação e Organização Social...	73
3.4.2- Afirmação "Extra-Igreja".....	75
3.4.2.1- CEBs e Movimento Reivindicatório.....	76
3.4.2.1.1- CEBs e a "Assembléia do Povo".....	79
3.4.2.2- CEBs e Participação Sindical.....	80
3.4.2.2.1- CEBs e Pastoral Operária.....	83
3.4.2.3- CEBs e Participação Político-Partidária.....	85
Conclusão.....	89
CAPÍTULO 4: O MOMENTO DE CRISE.....	93
4.1. O Conflito no Nível das Relações Internas das CEBs...	94
4.1.1- Os "Cumpridores de Preceito", o "Grupo Ativo" e os "Agentes de Pastoral".....	94
4.1.2- A Fé e a Religiosidade Popular.....	96

4.1.3-	A "Relação de Diferença".....	97
4.1.4-	Poder e Legitimidade.....	98
4.1.5-	A Convivência com um Conflito.....	99
4.2.	O Conflito das CEBs com a Instituição.....	100
4.2.1-	As CEBs e as Paróquias.....	101
4.2.1.1-	A Presença da Igreja nas Vilas:"Áreas Experimentais".....	102
4.2.1.2-	Conflito Pastoral.....	104
4.2.1.3-	"Conflito de Missão".....	106
4.2.1.4-	A Coordenação de Pastoral das Vilas e as Vigarras.....	108
4.2.2-	As CEBs e a Hierarquia.....	110
4.2.2.2-	Leigos e a Cúria.....	112
4.2.2.3-	"Articulação das Bases".....	113
4.2.2.4-	CEBs e o 3º Plano de Pastoral.....	114
4.2.3-	Instituição, Legitimidade e Força.....	116
4.2.4-	Desfetichização e Legitimidade.....	120
4.2.5-	A Contradição na Instituição.....	121
4.2.6-	A "Solução" para o Conflito.....	124
4.3.	O Conflito no Nível de Relação das CEBs com a Sociedade.....	127
4.3.1-	CEBs, Religião e Luta de Classes.....	128
4.3.2-	CEBs e a "Solução" dos Conflitos, em Função da Luta de Classes.....	131
CONCLUSÃO 5: PASTORAL, PEDAGOGIA E POLÍTICA.....		134
	Introdução.....	134
5.1.	A Ação Pastoral.....	138
5.1.1-	CEBs e Ação Pastoral.....	138
5.1.2-	Campo de Ação Pastoral Diferenciado.....	139
5.1.3-	Unidade e Alinhamento.....	142
5.2.	A Ação Pedagógica.....	144
5.2.1-	Educação como Prática Social.....	144
5.2.2-	CEBs e Educação Popular.....	145
5.2.3-	CEBs: Educação e Limite.....	146
5.2.4-	O Ver-Julgar-Agir.....	148
5.2.5-	O Método e as Bases.....	151
5.3.	A Ação Política.....	152
5.3.1-	CEBs: Política e Determinação Social.....	152

5.3.2- Fé a a "Organização da Vida".....	153
5.3.3- CEBs e a Participação Político-Partidária.....	156
5.3.4- CEBs, Partidos e Hegemonia na Organização Popular...	160
BIBLIOGRAFIA.....	162
ANEXO.....	

INTRODUÇÃO

A preocupação inicial deste trabalho era discutir a Pedagogia das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Isto porque, enquanto participante ativo destas comunidades, desde 1977, pude constatar e vivenciar com elas, seu crescimento quantitativo e qualitativo dentro da Igreja de Campinas.

Esta preocupação primeira, foi adquirindo contornos de projeto de pesquisa não só a partir da participação junto às comunidades de Campinas, como também da vivência num grupo de leigos-cristãos, denominado "**Pueblinha**". Aí, a amizade fraterna e corajosa acrescida à relação com as comunidades do Jardim São Marcos e Campineiro - acredito - marcaram um tempo importante na vida de quem o viveu. Devo portanto à "**Pueblinha**" (Gerson, Jadir, Magela, Tostes, Vagno, Vidal, Zé Geraldo e Zé Leite) e às comunidades acima referidas, um reconhecimento pela contribuição neste trabalho.

Desta preocupação inicial que se fundamentava numa prática, busquei compreender melhor as CEBs em sua totalidade e complexidade. E para tanto, fui percebendo que além da pedagogia, outros elementos que envolviam a pastoral e a política, poderiam contribuir para melhor compreensão das CEBs. Daí o fato desta pesquisa ter sido ampliada de forma a abranger elementos da Pastoral-Pedagogia e Política das CEBs em Campinas.

No contato direto com as CEBs, pude vivenciar com elas seu crescimento e contribuição influente no contexto social, político e religioso. Esta constatação não é específica das comunidades de Campinas; em quase todo o Brasil elas conseguiram um espaço importante e diversificado conforme a realidade em que iam surgindo e atuando.

O que contribuiu de forma razoável para que isto ocorresse foi a utilização de um princípio básico das CEBs, ou seja, a tentativa de união entre Fé e Vida. Viver a Fé encarnada numa determinada realidade tentando transformá-la, uma vez que tal realidade se configurava, para as comunidades, como injusta.

Em Campinas, as CEBs cresceram e em sua prática de Fé e Vida conseguiram, de certa forma, articular-se com os movimentos populares, sindicais e partidos políticos que foram também surgindo.

As CEBs ocuparam um lugar de destaque nas organizações populares, quer através do incentivo direto ou mesmo da participação de seus membros junto a elas.

A Igreja particular de Campinas chegou a conhecer e sentir uma certa hegemonia da Pastoral Popular graças, principalmente, ao trabalho e articulação das CEBs e suas comissões representativas.

O movimento popular foi "tomando corpo" na região; surgiram as chapas de oposição nos sindicatos e, aos poucos, com dificuldades próprias de seu desenvolvimento, começaram a assumir a direção de determinados sindicatos (principalmente o dos metalúrgicos); os partidos políticos de oposição também aumentaram e iniciaram sua ação junto à população.

Com o crescimento destas organizações, as CEBs diminuíram sua influência e destaque. Uma certa crise pareceu tomar conta delas. Crise marcada não só pelo enfrentamento de um espaço social em meio ao movimento popular em sentido amplo, como também pelo próprio posicionamento da Igreja enquanto instituição, marcado por um certo conservadorismo que foi se tornando mais claro a partir deste último pontificado, iniciado em 1978.

Nesta pesquisa pretendo fazer uma análise da ação pastoral-pedagógica e política das CEBs, dentro de um contexto urbano e industrial representativo como é o caso de Campinas. Pretendo discutir as CEBs, suas possibilidades, realizações e limites.

O presente trabalho está dividido em 5 capítulos.

Será uma constante nestes capítulos, a interação entre o social e o religioso, já que eles não devem ser completamente desvinculados. O religioso acontece num determinado contexto social, numa sociedade situada, localizada, temporalizada. Embora o elemento religioso, em determinadas circunstâncias, tente uma extrapolação da história, do tempo e do espaço (em sua ligação com o transcendente), ele se realiza e pode ser melhor compreendido enquanto situado historicamente e socialmente.

O leitor poderá encontrar no primeiro capítulo um esboço histórico da Igreja de Campinas. Tal esboço tornou-se necessário na medida em que tínhamos como dado importante o fato de que as CEBs surgiram em Campinas, a partir da própria instituição.

Este capítulo está dividido em 3 partes (A Cristandade Colonial, a Neo-Cristandade e a Pastoral Planejada), das quais é dada maior ênfase à terceira, já que nela se localiza o objeto propriamente deste trabalho.

Encontraremos neste capítulo uma Igreja integrada no movimento colonizador português e com uma preocupação (entre seus membros especializados) de manter o monopólio do campo religioso. De certa forma isto foi conseguido através do Regime de Padroado (na Cristandade Colonial), uma vez que o projeto colonizador que se implantava se colocava como católico.

Com mudanças nas relações sociais de produção e, em conseqüência, na organização política da sociedade, a Igreja buscará manter o monopólio através de alianças e da organização interna. É o que poderá ser verificado quando discutirmos a "Neo-Cristandade".

Na última parte deste capítulo, discutimos o avivamento, de forma planejada, da dimensão pastoral da Igreja que se dá em meio a uma sociedade onde há um crescente processo de industrialização e urbanização. Em tal contexto, a Igreja planeja sua ação pastoral, reestrutura e organiza as instâncias organizativas de sua ação e se mantém enquanto instituição. O monopólio do campo religioso já não é mais possível de se manter. Aliás, desde o momento caracterizado neste trabalho como sendo o da "Neo-Cristandade", tal monopólio vinha dando mostras de decadência e de impossibilidade de manutenção. Numa sociedade que se urbaniza e se industrializa, a plausibilidade religiosa encontra concorrentes e se defronta com uma "situação de mercado", onde o planejamento e a eficiência da ação são indispensáveis para a sobrevivência no campo religioso.

A partir do segundo capítulo entramos na discussão propriamente do objeto desta dissertação. Discutimos as CEBs em 3 momentos que consideramos sustentáveis e coerentes com o que estas comunidades viveram até meados da década de 80 na Igreja de Campinas: - o Momento de Geração (2º Capítulo), o Momento de

Afirmação (3º Capítulo) e o Momento de Crise (4º Capítulo).

No segundo Capítulo poderemos constatar uma preocupação presente na Igreja de Campinas, de planejar sua ação pastoral em meio a uma deficiência no número de seus quadros, frente ao aceleramento do crescimento urbano do município. As Vilas Planejadas começaram a surgir e nelas, a Igreja buscou garantir seu espaço e ação através do trabalho pastoral de um pequeno grupo formado por religiosas, padres e posteriormente também por leigos.

O trabalho pastoral deste pequeno grupo, aliado à conjuntura social e também da Igreja, possibilitou não só o surgimento das CEBs em Campinas como também a sua afirmação "intra" e "extra-Igreja". A discussão sobre a afirmação das CEBs em Campinas está presente no terceiro Capítulo.

No quarto capítulo discutimos o Momento de Crise das CEBs, cujo foco fundamental, parece-nos, está em sua relação com a instituição e secundariamente em suas relações internas e com a sociedade.

No quinto capítulo retomamos de forma didática a discussão de três elementos que estiveram presentes no desenvolvimento deste trabalho e que, nos documentos ou mesmo na prática das CEBs (para quem a viveu), não se encontram completamente separados. Discutimos a Pastoral, a Pedagogia e a Política nas CEBs em Campinas.

Finalmente cabe salientar que as análises feitas sobre as CEBs nesta pesquisa, as delimitam no período de 68 a 84. Isto porque, em Campinas, tais comunidades têm início a partir do surgimento das Vilas Planejadas, em meados da década de 60, e das preocupações do Conselho de Presbíteros, presentes em documento publicado em 68, de planejar a ação pastoral da Igreja nestas vilas. E ainda porque, no 3º Plano de Pastoral da Arquidiocese (80/82 - renovado até 84) as CEBs são consideradas como prioridade de toda a ação pastoral desta Igreja particular, ligada a três outras prioridades consideradas inovadoras dentro de uma instituição que historicamente tem se primado pelo conservadorismo.

1 . A IGREJA EM CAMPINAS: ESBOÇO HISTÓRICO

1.1. A Cristandade Colonial:

1.1.1. "A Matriz e a Freguesia": Uma Relação entre o Poder Religioso e o Poder Civil

A cidade de Campinas tem o reconhecimento oficial de sua fundação com a celebração de uma missa, pelo então vigário Frei Antonio de Pádua Teixeira, por ocasião da inauguração da matriz provisória, em 14 de julho de 1774.

É bastante significativo o fato de ser comemorado na mesma data a inauguração da matriz provisória e o reconhecimento oficial da fundação da cidade. Não é apenas uma coincidência mas denota uma situação vivida pela Igreja Católica de íntima ligação com a Coroa portuguesa caracterizando assim o que se pode chamar de "Cristandade Colonial". Uma relação muito próxima e de ações conjuntas entre o poder civil e o poder religioso.

Esta vinculação do poder religioso ao poder civil está relacionada à estratégia adotada pela Igreja Católica no início do século XVI que, devido aos abalos provocados tanto pela Reforma protestante quanto pelas guerras religiosas; delega ao poder civil a incumbência de cristianizar as terras do "novo mundo". Esta vinculação de poderes, possibilitou a incrementação de uma visão sagrada, tanto da natureza quanto do contexto social onde ela foi veiculada, de forma a moldar as consciências segundo os interesses de seus patrocinadores.

Esta delegação dada pela Igreja tornou-se realidade através do "Padroado Régio das Índias" que se caracterizou pelo controle e tutela do poder régio sobre a organização eclesiástica, as instituições religiosas e sobre a própria ação evangelizadora enquanto tal.^{1/} O privilégio do Padroado era extensivo a todas as

^{1/} A instauração do Padroado Régio se deu através das bulas "In tercetera" (1493) e "Eximis devotionis sinceritas" (1501) do Papa Alexandre VI. Sua legislação foi completada por Júlio II, em 1505, e por Paulo IV, entre 1555 e 1558.

formas de poder civil presentes nas colônias e, no Brasil, permaneceu em vigor até a proclamação da República (1889). Desta forma o aparelho eclesiástico tornou-se um aparelho de Estado e pôde contribuir para a preservação da hegemonia do poder instituído e dominante durante os períodos de colônia e império^{2/}.

Embora o surgimento de Campinas esteja situado em meio à crise da cristandade no mundo ocidental - em razão do embate do pensamento científico que tomava força na Europa e, na Colônia, tal crise tenha seus indícios não só nas reformas pombalinas como também no movimento nativista e contestador do poder da Coroa - a cristandade em Campinas ainda conservava fortes resquícios^{3/}.

Campinas, antes de ser fundada oficialmente, era um bairro rural de população insignificante e dispersa entre as vilas de Jundiá e Mogi Mirim^{4/}. Juridicamente "Campinas de Mato Grosso" pertencia à Vila de Jundiá e, de início, era apenas uma região que servia de pousada para os viajantes paulistas que logo seguiam em busca do ouro em Goiás, encontrado por Bartolomeu Bueno da Silva nos idos de 1725.

Inicialmente não houve interesse de povoamento desta região pois, embora as terras fossem de ótima qualidade, o ouro de Goiás oferecia resultados mais imediatos e compensadores. Houve contudo quem pudesse aproveitar dessas pousadas oferecendo alimento e pastagem segundo as necessidades dos viajantes

^{1/} Sobre a noção de "aparelho eclesiástico", Pedro Ribeiro de Oliveira faz a seguinte observação: "Considerando como aparelho religioso católico o organismo coletivo formado por todos os agentes - clérigos e leigos - que de uma forma ou outra desempenham papel religioso ativo no culto, na pregação ou na organização dos fiéis, nele distinguimos o aparelho eclesiástico formado pelo núcleo de especialistas institucionalmente mandatados para o exercício da autoridade religiosa: os clérigos". Acrescenta ainda que este aparelho adquire um caráter sagrado através do sacramento da ordem instituído pelo aparelho religioso católico. In Religião e Dominação de Classe, Petrópolis, Vozes, 1985, 1985, p.111.

^{3/} Para um estudo de caráter histórico-filosófico sobre a Cristandade Colonial, cf. AZZI, Riolando, A Cristandade Colonial - mito e ideologia, Petrópolis, Vozes, 1987.

^{4/} No setecentismo, "bairro se dizia para designar ajuntamento de propriedades agrícolas que se isolavam em núcleos espalhados por toda a área sob jurisdição da Vila". In Pupo, Celso M.de Melo, 1969, p.25.

e suas tropas. O meio utilizado para tal era a obtenção de sesmarias. "Os detentores destas primeiras sesmarias, possuindo-as da cidade de São Paulo, sem trazer qualquer benefício à paragem das Campinas, não conservaram áreas obtidas por não as cultivarem e povoarem, perdendo-as por falta de confirmação ao que não faziam jus pelo descaso às exigências legais de cultivo" ^{5/}. Entre as condições para se receber sesmarias estava a de ser cristão e também a de divulgar a fé católica.

A formação e povoamento do bairro rural de "Campinas de Mato-grosso" se deu de forma bastante lenta. Barreto Leme, considerado "o primeiro habitante com família" e "intuitos de cultivo e povoamento" teria vindo para esta região, segundo pesquisas de Melo Pupo, entre os anos de 1741 e 1745 ^{6/}.

Novos sitiantes foram aos poucos atraídos e acabaram ocupando terras devolutas na região, sem necessidade de comprá-las ou adquirí-las por sesmaria. Esta ocupação não era ilícita uma vez que as terras eram cultivadas. Assim sendo, continuavam ocupadas pois o cultivo da terra era do interesse não só da capitania de São Paulo, como também da própria Coroa portuguesa em sua política de incentivo ao povoamento e interiorização da colônia como garantias efetivas de sua ocupação e consequente pertença.

O primeiro recenseamento, em 1767, além de constatar a não existência de qualquer resquício urbano, mostra que a maioria dos habitantes do bairro de "Campinas de Mato Grosso" era de tropeiros e agricultores. Estes se dedicavam à cultura de subsistência, principalmente feijão e milho, com raro excedente a ser comercializado com os viajantes de Goiás.

Esta cultura de subsistência passará aos poucos por transformações que serão proporcionais a dois fatores preponderantes: a decadência do chamado ciclo da mineração no Brasil colonial e o crescimento urbano do bairro rural.

O ciclo da mineração no Brasil colonial foi intenso,

^{5/} In Pupo, Celso M. de Melo, op.cit. p. 63.

^{6/} Idem, p.22.

porém de curta duração. São do final do século XVI as primeiras notícias sobre a descoberta de ouro no Brasil, porém só mesmo no fim do século XVII que se iniciaram as "grandes descobertas". Logo em meados do século XVIII as minas começaram a dar sinais de cansaço e em seguida surge a decadência. Com isso a agricultura recuperará a sua primazia.

É importante salientarmos aqui que tanto a agricultura, calcada nas grandes lavouras (monocultura de cana, algodão, tabaco ou mesmo de café), quanto a mineração fazem parte de um contexto mais amplo de colonização portuguesa no Brasil e o caráter econômico de uma e de outra, pertence à mesma categoria. "Ambas (agricultura e mineração) se destinam à exploração de produtos que têm por objeto unicamente a exportação, em função da qual se organiza e mantém a exploração; são atividades que se desenvolvem à margem das necessidades próprias da sociedade brasileira"^{7/}. Isto porque o contexto de colonização brasileira era regido por uma economia exploradora e dependente, conforme os interesses da metrópole que tinha como objetivo preponderante o seu desenvolvimento comercial^{8/}.

Voltemos ao crescimento urbano do bairro rural de "Campinas de Mato Grosso". Elementos econômicos, políticos e religiosos se entrelaçarão compondo uma rede de interesses que se misturam e que só poderão ser melhor compreendidos se nos distanciarmos do contexto particular e se levarmos em consideração os elementos que salientamos sobre a colonização e a cristandade colonial. Assim poderemos compreender melhor o empenho que houve por parte de Barreto Leme e dos que a ele estavam ligados, por serem considerados os mais abastados da região (segundo o recenseamento de 1767), para que se construísse uma igreja em "Campinas de Mato Grosso". Ora, este empenho nos parece ser muito mais político do que propriamente religioso. A construção de uma igreja em qualquer bairro rural, estava ligada à criação de uma paró-

^{7/} In Prado Jr., Caio, Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia, São Paulo, Brasiliense, 1979 (16ª ed.), p.169.

^{8/} Cf. principalmente: Prado Jr., Caio, op.cit. e História Econômica do Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1962; Furtado, Celso, Formação Econômica do Brasil, Rio, Fundo de Cultura, 1961 (4ª ed.); Werneck Sodré, Nelson, Formação Histórica do Brasil, Rio, Civilização Brasileira, 1976; Cardoso de Mello, João M., O Capitalismo Tardio, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.

quia e isto, em termos político-administrativos, correspondia à criação de freguesia, o que poderia estar a contento com a preservação dos interesses dos mais abastados da região. Por outro lado, também aqui, com a criação da freguesia, se confirmava a intenção de povoamento segundo os interesses portugueses.

1.1.2. "Capela x Igreja": Um Conflito entre Pequenos Sítiantes e Fazendeiros

Ora, quando se fala em preservação de interesses num determinado contexto social, não se pode esquecer da presença de conflitos que, no caso do bairro rural de "Campinas de Mato Grosso", se dava entre os interesses dos pequenos sítiantes e os dos mais abastados. Conflito que conjunturalmente favorecia a estes últimos, tanto que em vez de se construir uma capela, como era desejo dos pequenos sítiantes^{9/} que devido a "oposição de sua pobreza" não a construíram, foi erigida uma igreja (mesmo que provisória) conforme os interesses dos sítiantes economicamente mais fortes. E isto se dá, não simplesmente pelo fato de serem economicamente mais fortes, mas principalmente para a própria manutenção desta situação. Lembramos aqui que as pessoas que tivessem conseguido sesmarias, como era o caso de Barreto Leme, deveriam segundo prescrito nas concessões, ser cristãos e contribuir para a expansão da fé católica já que o processo de colonização implementado por Portugal mantinha estreita ligação com a Igreja, de tal forma que a Coroa se comprometia em divulgar e manter o cristianismo em suas terras. E neste sentido Barreto Leme passou a se empenhar, sendo o doador do dote para a matriz e vigário.

A construção de uma Igreja, além das consequências jurídico-administrativas próprias do poder civil, garantia também ao nível do religioso, a presença do especialista para a organização, controle e reprodução pelo menos dos significantes simbólicos da religião oficial^{10/}.

^{9/} Cf. Livro do Tombo, fl.6, Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas. Uma análise mais profunda deste conflito pode ser encontrada em Benedetti, Luiz R., Os Santos Nômades e o Deus Estabelecidos, São Paulo, Ed. Paulinas, 1983.

^{10/} Cf. "Religião e Organização da Vida Coletiva", in Ribeiro de Oliveira, op.cit. p. 112.

Até 1774, os recenseamentos oficiais registravam a presença dos sitiantes em suas roças; a partir desta data começam a registrar a presença dos moradores no âmbito urbano da nova freguesia. Seus primeiros moradores teriam sido o vigário e seus familiares que além de serem parentes do fundador oficial da então freguesia, pertenciam também a uma família considerada abastada.

"Logo após a sua fundação, Campinas não experimenta o crescimento esperado tanto em termos populacionais quanto de desenvolvimento econômico. O grande aumento da população dá-se a partir de 1785. A partir desta data implanta-se de modo mais sistemático a indústria açucareira que passa a dominar toda a economia da freguesia entre 1790 e 1795"^{11/}. Destacam-se como os primeiros povoadores da freguesia, os pais, a irmã e os irmãos do primeiro vigário, tendo sido estes últimos os primeiros usineiros, "fazedores do progresso de Campinas", no dizer ufanista de alguns historiadores.

Em seu trabalho de mestrado Benedetti assinala que "o povoamento trazia em seu bojo uma dupla desapropriação: a do pequeno sitiante que vivia de roças em favor do fazendeiro; e da religião popular em favor da paróquia e do padre".^{12/} E apesar desta dupla desapropriação, Campinas vivia num contexto em que todas as pessoas eram católicas, ou pelo menos se consideravam como tal, uma vez que sendo o catolicismo a religião definida como oficial pelo Estado, o fato de ser católico garantia o direito de cidadania das pessoas na medida em que, enquanto oficial, a igreja exercia também um papel de órgão público na organização da sociedade civil. "O aparelho eclesiástico exerce o papel de registro civil, conferindo aos indivíduos o reconhecimento social por seu estado civil. É o Batismo, o Matrimônio e o funeral religioso, que dão o reconhecimento social ao nascimento, ao casamento e à morte do indivíduo. Do nascimento até a morte, a vida individual tem que passar pela Igreja, independentemente da fé subjetiva do indivíduo. Mesmo um não-crente tinha que comportar-se como católico para viver em sociedade"^{13/}

^{11/} In Benedetti, Luiz R., op.cit., p. 61.

^{12/} Idem p. 55.

^{13/} In Ribeiro de Oliveira, Pedro, op.cit., p. 155.

1.1.3. Assistência Religiosa e Monopólio

Até o início do século XIX aconteceram conflitos entre pequenos sitiante e "senhores de sesmarias", havendo uma "convivência forçada" que vai sendo resolvida em favor destes últimos que vão se tornando aos poucos "senhores de engenho" e posteriormente "barões do café" através da expropriação dos pequenos sitiante. A religião católica também perpassa este processo, mantendo-se como religião oficial já que estava integrada ao movimento colonizador.

Isto pode ser também percebido nas grandes fazendas possuidoras de engenhos, onde a presença e o poder de seu dono - o chamado "senhor de engenho" - eram marcantes, aliás, uma das principais características da "vida patriarcal". O "senhor de engenho" era o chefe de sua família e de todos que o serviam em suas terras. Estes senhores possuíam em suas propriedades os oratórios onde se celebrava o culto e os sacramentos (principalmente o batismo e o matrimônio) a partir da autorização que lhes era concedida sem grandes aborrecimentos pelo bispo. "Desta forma, levando aos solares a assistência religiosa, tinha o pároco em sua igreja o trabalho religioso com o círculo de paroquianos pobres que trabalhavam durante a semana e só compareciam aos domingos, e para os quais não se exigiam pompas e grandes comodidades. As igrejas, mesmo as paróquias não se abriam diariamente, tendo havido até pároco fazendeiro que vinha à vila para celebrar missa do preceito, batizados e casamentos de gente humilde, ou para algumas festas principais e as da semana santa" ^{14/}.

A diferença de assistência aos fiéis e também a própria presença do padre nas fazendas serviram não só como elementos de mediação como também de sacralização das relações sociais existentes, favorecendo os "senhores de engenho".

Os elementos que compõem a rede de interesses a qual nos referimos anteriormente, vão se entrelaçando e desta forma podemos perceber a passagem de uma economia de subsistência a uma economia comercial fundamentada na monocultura (cana-de-açúcar);

^{14/} In Pupo, Celso M. de Melo, *op.cit.*, p. 105.

do desejo de construção de capela à construção da matriz; do bairro rural à freguesia depois vila (1797) e cidade (1842).

Em todo este contexto e nesta rede de interesses que perpassou a história inicial de campinas, o domínio e monopólio do campo religioso pela igreja católica foram mantidos graças à presença da "cristandade colonial" organizada através do regime do Padroado. Esta busca constante do domínio e monopólio do campo religioso pela igreja católica não anulou contudo a existência em seu interior do chamado "catolicismo popular", o que aliás é possível graças à maleabilidade do próprio sistema religioso católico que através do aparelho eclesiástico pode garantir a unidade religiosa e moral num determinado contexto social.^{15/} A existência do "catolicismo popular" convivendo com o catolicismo oficial nos leva a afirmar que o monopólio religioso católico não se dá de forma absoluta, mesmo sob o regime do padroado.

1.2. A "Neo-Cristandade"

1.2.1. Século XIX: Mudanças na Sociedade Brasileira

Os tempos haviam mudado e a Igreja buscava alternativas para se manter e também o monopólio religioso que de certa forma manteve na época do Padroado.

A situação econômica brasileira havia passado por certas mudanças importantes durante o século XIX. De uma pequena cultura de subsistência, mas principalmente com uma fundamentação no latifúndio, na monocultura de grandes lavouras (como a da cana-de-açúcar, do tabaco ou do algodão), com mão-de-obra escrava e sob o controle rígido da metrópole, o país após sua independência política (1822) passou a ter uma estrutura econômica semelhante, só que com mão-de-obra assalariada, mas dependente dos

^{15/} Sobre a maleabilidade do sistema religioso católico, cf. Ribeiro de Oliveira, Pedro, op.cit.; Portelli, Hugues, Gramsci e a questão religiosa, S. Paulo, Ed. Paulinas, 1984. Para uma análise mais profunda da relação do "catolicismo popular com o oficial, no contexto social de Campinas, cf. Benedetti, Luiz R. op.cit..

grandes países que controlavam o mercado externo (tais como: Inglaterra, França, Alemanha e EUA). Mudaram as relações de produção, contudo o processo produtivo continuou semelhante ao que vinha sendo desenvolvido sob a tutela portuguesa.

Com o crescimento da produção e o aumento da população houve um considerável processo de urbanização não só em relação às cidades portuárias, devido à necessidade de exportação dos produtos agrícolas, como também das próprias cidades que surgiam no interior, próximas às áreas produtivas.

As relações sociais baseadas no controle direto e pessoal do senhor sobre o escravo, no exercício da patriarcalidade ou do compadrio, se estendiam para a impessoalidade das relações patrão-assalariado próprias das regras do mercado que se desenvolvia.

Aos poucos as cidades vão sendo habitadas e tendo uma configuração nova com os sobrados construídos pelos "barões do café". Uma infra-estrutura também vai sendo criada de forma a permitir o escoamento da produção através das ferrovias, possibilitando assim o surgimento dos comerciantes que nas cidades vão se fortalecendo e se impondo cada vez mais.

Elementos tais como: o aumento da produção, a abolição da escravatura, a proclamação da República e a crescente urbanização, são indicativos de mudanças na sociedade brasileira que exigirão por sua vez, mudanças também na ação da Igreja. Neste contexto, a "questão religiosa" de 1874 e a conseqüente separação Igreja e Estado através da proclamação da República (1889), confirmada na constituição de 1891, exigirão ainda mais uma maior organização da Igreja.

1.2.2. "Igreja: Mudar e Preservar"

Era necessário que em dada situação a Igreja pudesse ter efetivo controle sobre seus fiéis de forma a garantir o monopólio religioso conseguido até a época do Padroado. Ora, isto seria possível a partir de sua organização e ação de seus quadros especializados, especificamente o clero, em torno de um modelo hierarquizado que lhe garantisse eficiência e unidade. Esta hierarquização terminaria em Roma, com o Papa que havia se tornado

infalível através de dogma do Concílio Vaticano I, em 1870.

Esta hierarquização da Igreja no Brasil é feita de modo a atingir toda a sua ação pastoral, permitindo um controle direto da hierarquia sobre os leigos em suas irmandades e associações de caráter religioso, o que não só garante e legitima o monopólio dos bens de salvação pelos agentes especializados como também possibilita um controle da produção e reprodução desses mesmos bens.

Os sacramentos consistiam na fundamentação básica dos bens de salvação e todos eles, só eram ministrados pelos sacerdotes. Ora, a participação nos sacramentos e o senso de hierarquia eram as características principais do processo de "romanização" do catolicismo brasileiro^{16/}.

No âmbito nacional, D. Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882/1942) foi destaque importante pelo seu talento político e organizacional, sendo considerado como o "arquiteto e construtor do catolicismo brasileiro segundo o modelo de neo-cristandade"^{17/}. O Brasil, segundo D. Leme, era uma nação essencialmente católica por tradição, história e fé de seu povo, e mesmo com o anticlericalismo republicano, o país deveria passar por uma recatolização "de cima para baixo". O empenho e a capacidade organizacional e política deste prelado brasileiro já surtirão efeitos na constituição de 34 a qual, oficializa determinadas prerrogativas do poder religioso católico no Brasil desconsideradas na constituição de 1891^{18/}. Isto significará de certa forma um fortalecimento da Igreja enquanto instituição não mais sob a tutela organizacional e financeira do império mas amparada e ligada diretamente à Santa Sé. Além de seu patrimônio, a Igreja passa contar financeiramente com as benesses de seus fiéis.

A reorganização da instituição segundo um modelo romanizado e sua constante tentativa de proximidade do poder políti-

^{16/} In Ribeiro de Oliveira, Pedro, op. cit., p. 283.

^{17/} Cf. Della Cava, Ralfh, "Igreja e Estado no Brasil do século XX" Estudos CEBRAP - 12, São Paulo, Ed. Cebrap, 1975.

^{18/} Cf. Della Cava, Ralfh, op. cit., 15 e Alves, Márcio Moreira, A Igreja e a Política no Brasil, São Paulo, Ed. Brasiliense, p. 37.

co do Estado^{19/} caracterizarão o que denominamos aqui de neo-cristandade.

1.2.3. Campinas: Crescimento Urbano e as Alianças da Igreja

O aumento populacional ocorrido em Campinas no final do século XVIII foi proporcional ao desenvolvimento de sua estrutura pré-industrial, de base agrícola (cana-de-açúcar, algodão, fumo). Todavia um dos primeiros momentos fortes do processo de crescimento urbano de Campinas teria sido, nas décadas finais do século XIX. Nesta ocasião, Campinas era um importante polo regional ligado a atividade cafeeira. "A ocupação levada a efeito pelo café trouxe para a região um volume significativo de mão-de-obra, inclusive de origem estrangeira. Observou-se então, uma alteração substancial no quadro demográfico: uma população rural ocupada na lavoura do café. Significando um aumento da demanda por manufaturas mais simples e levando a uma ampliação da oferta industrial e, conseqüentemente, aumento no número de estabelecimentos e no pessoal ocupado na indústria. Foi assim encetada uma primeira etapa de urbanização sendo este processo reforçado pelas conexões ferroviárias que passaram a existir após a ocupação do café"^{20/}.

Apesar da ampliação da oferta industrial e da consequente ocupação maior da cidade não houve grandes alterações nas relações sociais, além do aparecimento dos comerciantes, uma vez que ao lado destes os senhores de terras continuavam dominando tanto econômica quanto politicamente. A eles a Igreja tentará se aliar para manter-se num mundo promissor de transformações. Aliança compensadora para ambas as partes pois, para a Igreja garantia de certa forma o implemento financeiro para suas obras e realizações, e para os comerciantes e senhores de terras garan-

^{19/} Segundo Della Cava, embora pela constituição de 1891 a Igreja estivesse separada do Estado, já na última metade da "República velha" ela se preparava para restabelecer esta união que acabou sendo mantida "de fato". Cf. Della Cava, Ralpf, *op.cit.*

^{20/} In *Diagnóstico*, Secretaria de Economia e Planejamento - 5ª Região Administrativa - julho de 72, p. 3-34.

tia a sacralização (e portanto a aceitação) das relações produtivas que os tornavam dominantes. Isto pode ser verificado tanto pela presença em Campinas da Irmandade do Santíssimo, "irmandade de classe, a qual só podem pertencer pessoas abastadas", quanto também pela construção da matriz nova, "igreja dos senhores de terras e comerciantes"^{21/}.

A estratégia de aliança com o poder político e econômico da região será uma constante durante todo o século XIX. Tal estratégia se estenderá, de forma velada, à maçonaria que contraditoriamente foi alvo das críticas da Igreja de Campinas durante os anos de 1870 a 1890. Porém, tais críticas eram feitas no plano puramente retórico, uma vez que a maioria dos maçons era composta pelos donos de terras, os mesmos que participavam da Irmandade do Santíssimo, ajudaram na construção da matriz nova e nas obras assistenciais, além de carregarem o púlpito nas procissões mais solenes.

1.2.4. A Criação da Diocese e a Estratégia de Romanização do Catolicismo Brasileiro.

"Com o crescimento da cidade e com a conclusão das obras da magnífica matriz nova, as personalidades ilustres de Campinas, entre eles o Senador Francisco Glicério e o talentoso tribuno Dr. J.Cesar B.Bierrembach e outros, começaram a advogar junto da Santa Sé a criação da Diocese"^{22/}. É interessante perceber nesta citação que entre os ilustres que advogavam a criação da diocese, um era senador e o outro, o tribuno, era filho de um dos pioneiros da industrialização em Campinas^{23/}. Tal observação poderia ser insignificante se não nos ajudasse de certa forma, a detectar as alianças da Igreja de Campinas em fins do século XIX e início do século XX.

^{21/} Cf. Benedetti, Luiz R., *op.cit.*, p. 114 - 131.

^{22/} In POLIANTÉIA do Cinquentenário da Diocese de Campinas - 1908-1958.s.p.

^{23/} Cf. Diário do Povo, 03 de março de 1957, "Os irmãos Bierrembach fundadores da indústria em Campinas".

Ora, tais esforços aliados aos da própria hierarquia da Igreja de Campinas foram coroados de êxito. A bula "Diocesium Nimiam Amplitudinem" de Pio X, publicada em 7 de junho de 1908, determinou a criação da nova Província Eclesiástica de São Paulo, tendo como dioceses sufragâneas: a Diocese de Curitiba e as cinco novas dioceses paulistas de Taubaté, Campinas, Botucatu, São Carlos e Ribeirão Preto.

Comentando sobre o feito, D. Duarte Leopoldo e Silva, bispo de São Paulo, escreve o seguinte em sua carta pastoral de 11 de outubro de 1908: "trata-se com efeito, de dar corpo a uma idéia desde há muitos anos acariciada, tratava-se de constituir uma nova Província Eclesiástica onde um único bispo mal podia sopesar a responsabilidade de tantos encargos; tratava-se de impulsionar esse valente movimento religioso que tem feito de São Paulo um baluarte de fé e de piedade; de multiplicar, enfim, os centros de atividade católica, com desdobrar em seis a vastíssima Diocese de São Paulo". E mais abaixo comenta que assim que chegou na Diocese percebeu "a necessidade de dividir para governar, que este é o lema dos fortes, e o não poderíamos recusar para escudo da nossa fraqueza"^{24/}.

Através deste relato podemos perceber não só o reconhecimento da fraqueza da ação da igreja como também a necessidade de mudança de sua estratégia de ação.

É significativa essa percepção de fraqueza por parte de um bispo, das poucas dioceses existentes no Brasil até então (início do século XX). Esta fraqueza porém, tinha razão de ser não só pela forma de organização e estruturação da ação da igreja junto aos fiéis, desencadeada pela separação do Estado (1891) e consequente perda do controle religioso exclusivo sobre a população, como também graças aos abalos sofridos por ela em consequência das transformações que iam ocorrendo no processo produtivo da sociedade. Transformações estas que ocorreram independentemente do desejo e intenções dos indivíduos, mas que contudo influenciaram suas relações sociais e a sua própria visão de mundo.

^{24/} In POLIANTÉIA do Cinquentenário da Diocese de Campinas - 1908-1958 -s.p Sic.

O surgimento da diocese de Campinas já é uma resposta concreta desta nova estratégia: "dividir para governar". E tal fato não pode ser visto de maneira isolada. Aliás, além da Diocese de Campinas a mesma bula determinava a criação de outras cinco, o que denota uma participação da Santa Sé na organização da Igreja no país. "Em 1889 o Brasil tinha apenas uma arquidiocese e 11 dioceses; em 1900 são 17 circunscrições eclesiásticas; dez anos mais tarde, seu número já se eleva a 30, e em 1930 o Brasil conta com 88 circunscrições eclesiásticas"^{25/}.

Esse aumento de dioceses, entre elas a de Campinas, é também um indicativo da estratégia de alguns bispos brasileiros que influenciados não só pela realidade da igreja em meio às transformações ocorridas na sociedade brasileira (século XIX), como também pelos esforços de centralização realizados pela Cúria Romana, principalmente a partir do Vaticano I (1870), buscavam uma "purificação do catolicismo brasileiro" em conformidade com o modelo romano. Em outras palavras e, direcionando-as um pouco mais diríamos que a criação da Diocese de Campinas fez parte da estratégia de "romanização" do catolicismo brasileiro^{26/}.

1.2.5. Diocese de Campinas: Organização e Controle

A partir de sua criação, a Diocese de Campinas procurou organizar-se de maneira centralizada, em torno de uma hierarquia verticalizada buscando garantir não só o controle interno de seus fiéis, como também o controle da própria sociedade civil.

O controle interno foi buscado através da presença do clero em todas as formas de organização religiosa de participação leiga. Estas não eram reconhecidas pela Igreja, como católicas, se não tivessem a presença de um sacerdote e se seus estatutos não fossem aprovados pelo poder competente da hierarquia.

^{25/} In Ribeiro de Oliveira, Pedro, op.cit., p. 293.

^{26/} Para um maior aprofundamento sobre "romanização" do catolicismo brasileiro cf.: Bastide, R., "Religion and the church in Brazil", In - t. Lynn Smith e Alexander M., Brazil, portrait of half a Continent, N.York, The Dryden Press, 1951. Della Cava, R., Milagre em Juazeiro, Rio, Paz e Terra, 1977. Ribeiro de Oliveira, Pedro, op.cit.

Verificando as ações dos três primeiros bispos, uma é comum aos três na organização da Diocese: a criação de associações religiosas. Estas, dentro dos princípios da "romanização" buscavam preservar a obediência à hierarquia, a vivência dos sacramentos e as devoções romanizadas.

Dentro da estrutura de organização da Diocese, a paróquia foi fator importante de aglutinação e de controle do elemento religioso, em âmbito local, tanto que sua criação foi bastante incentivada nas gestões dos três primeiros bispos de Campinas.

Através da paróquia se reproduzia não só o conteúdo religioso permitido como também a estrutura vertical de poder, centrada aí, no vigário.

A preocupação existente com uma ação pastoral comum, tanto em relação aos fiéis de maneira geral quanto aos grupos especializados, completava e ao mesmo tempo confirmava a organização centralizadora inicial da Diocese. Esta preocupação pode ser constatada através da realização do Congresso Católico Diocesano de 1911, do Sínodo Diocesano de 1928, do Congresso Eucarístico Diocesano de 1942 e também do Congresso da Ação Católica de 1947.

Por outro lado, podemos perceber também que em função da realidade social que se modernizava graças ao processo de urbanização e industrialização, mesmo que incipiente, do início do século XX; como também em função da não existência legal de uma religião oficial (constituição de 1891), começaram a transparecer sistemas religiosos alternativos e concorrentes ao catolicismo. Tais sistemas eram considerados inimigos pela Igreja católica e, em Campinas o protestantismo foi o mais combatido ^{27/}.

O combate ao protestantismo estava ligado não só à sua caracterização de anti-modelo do catolicismo, pela quebra do princípio de hierarquia em seu interior, como também pela consequente interpretação da Bíblia sem a intermediação eclesiástica.

^{27/} A título de ilustração, citamos a elaboração e publicação do livro A Igreja Católica e o Protestantismo perante a Bíblia, pelo Pe. Francisco de Campos Barreto que posteriormente veio a ser o segundo bispo de Campinas - 1920 a 1941.

O "mundo moderno" foi também considerado como um inimigo genérico da Igreja católica que em seu combate contra ele, particularizava seus males centralizando a sua luta contra o racionalismo, o liberalismo, o socialismo e contra os maus costumes. Era pois uma luta ideológica e moral ao mesmo tempo. A solução para os males do mundo moderno estaria, segundo a Igreja, no catolicismo.

Ora, assim sendo, a Igreja de Campinas irá se estruturar e organizar de forma a tentar manter tanto o controle interno quanto também o controle externo a que ela estava envolvida. Esta tentativa de controle da sociedade quer nos parecer também um indicativo da perda de monopólio da Igreja católica, em meados do século XX. E neste contexto há uma certa competição por um maior espaço no campo religioso entre os vários grupos religiosos. Em tal situação, segundo Berger, a questão dos resultados torna-se importante. Neste sentido é que vemos a publicação da Poliantéia comemorativa dos 50 anos da Diocese de Campinas em 1958, quando também é elevada ao grau de Arquidiocese. Tal Poliantéia tenta recuperar de forma apologética os resultados da ação da Igreja nestes cinquenta anos (1908-1958). Podemos no entanto, através da leitura destes resultados, perceber que além de sua centralização a Igreja de Campinas buscou através da educação (escolas e catequese), da imprensa e da assistência social, atingir e ao mesmo tempo se impor como solução aos males do mundo moderno e, desta forma preservar-se.

Esta busca de preservação se faz em meio a uma crescente perda do monopólio do campo religioso e ao mesmo tempo, com um esforço de legitimação por parte da Igreja católica, aliado à adoção de uma ideologia híbrida, conforme denominação de Benedetti. Tal ideologia mantém a Igreja aliada aos grandes proprietários de terra, aos comerciantes emergentes e aos colonos imigrantes que, dada sua origem, preservavam ainda uma religião romanizada. Completamos esta parte do trabalho com uma citação de Benedetti, quando este afirma que "o caráter híbrido desta ideologia fica claro: ao mesmo tempo que mistura as relações impessoais, baseadas na justiça, com as relações de familiaridade afetuosas como reconhecimento ao bom serviço prestado, incorpora a um forte sentimento aristocrático de classe a obsessão de ascensão social pelo trabalho constante. A grande meta é a conqui-

ta da propriedade, que será atingida pela perseverança no uso dos próprios talentos. Esta será, ao mesmo tempo que fruto do trabalho pessoal, dom do senhor benevolente"28/.

1.3. A Pastoral Planejada

1.3.1. Desenvolvimento Econômico e Sustentação Política

A década de 60 será marcada por um avivamento da di mensão pastoral da Igreja. Uma pastoral planejada.

Tal dimensão será incentivada e incrementada em função da própria situação vivida pela Igreja em meados do século XX, que envolve tanto elementos do contexto de uma sociedade em pro cesso de industrialização e urbanização crescentes e aceleradas, quanto fatores próprios da necessidade de preservação da insti tuição religiosa em tal contexto e no campo propriamente religio so.

Neste período, houve um desenvolvimento econômico fun dado na industrialização e sustentado por uma organização política adequada a tal desenvolvimento.

Se até aproximadamente a década de 20, a organização da economia brasileira estava voltada para o chamado modelo agro exportador que se caracterizava pela produção de produtos primários (agricultura, pecuária e exploração de recursos naturais), com predominância da agricultura, destinados à exp ortação, já no início da década de 30 percebemos algumas mudanças significativas.

A partir desta década, até o início da de 60, a economia brasileira passou a viver a chamada substituição das importações. Esta foi provocada pelas contingências que abalaram o mercado mundial, não só pela crise de 29 como também pela "situação de Segunda Guerra" e suas consequências na reestruturação do merca do internacional. Tal crise atingiu diretamente o comércio brasi-

28/ In Benedetti, Luiz R., op.cit. p. 195.

leiro, sustentado ainda pela exportação do café. Nesta situação de crise na economia, foi preciso buscar novas alternativas incentivando principalmente a produção industrial. Assim sendo, passou-se a produzir no país alguns bens de consumo que antes eram importados. Acelera-se assim o processo de industrialização brasileira, que direta ou indiretamente foi alimentado originariamente, pelo capital acumulado com a cafeicultura^{29/}.

Este modelo de organização econômica, de substituição das importações, foi possível graças à sustentação política crescente do setor industrial que, até 1945 buscou reduzir o poder político de sustentação do modelo econômico anterior. Durante década de 50 a economia do Brasil desenvolveu muito rapidamente graças à industrialização cuja fundamentação dada pelo governo Vargas, pôde acelerar com o incentivo marcante do governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.

O desenvolvimento industrial alcançado, principalmente a partir da segunda metade da década de 50, não teria sido possível contudo, se não houvesse a participação do capital estrangeiro que de forma crescente foi marcando presença no país. Isto foi feito com a permissão do Estado - que aos poucos adquire importância e controle da economia - e, de uma forma que provocou mudança no modelo de organização econômica que passou a ser um "modelo associado" ou de "internacionalização" da economia brasileira. Tal mudança, exigirá também uma nova forma de sustentação política, que efetivamente ocorrerá com o golpe de estado de 64.

O desenvolvimento econômico a que nos referimos anteriormente, produziu mudanças sociais que se caracterizaram não só pela alteração nas relações de produção, como também pelas condições necessárias para manter tal desenvolvimento, entre as quais salientamos a urbanização. O Brasil, que até o início do século XX era um país predominantemente rural graças ao modelo econômico adotado até então, atingirá no início dos anos 60 uma porcentagem significativa de 46% de população urbana.

^{29/} Cf. Ianni, Octávio, O Colapso do Populismo no Brasil, Rio, Ed. Civilização Brasileira, 4ª ed., 1978, p.26.

O crescente desenvolvimento econômico do país neste processo de industrialização, não pode contudo, ser separado do contexto do capitalismo internacional que o torna dependente e que de certa forma, explica o paradoxo relativo ao fato de ter ocorrido tal desenvolvimento no país, sem ter todavia abandonado suas principais características de subdesenvolvimento^{30/}.

É importante lembrarmos aqui, que em meio a este contexto de mudanças políticas e econômicas, o povo brasileiro vai surgindo como "categoria política fundamental". Neste sentido, Octávio Ianni faz a seguinte observação: "Em particular é depois da Primeira Guerra Mundial - e em escala crescente a seguir - que os setores médios e proletários, urbanos e rurais, começam a contar mais abertamente como categoria política. Por isso, pode-se verificar que a "revolução brasileira", em curso neste século, é um processo que compreende a luta por uma participação cada vez maior da população nacional no debate e nas decisões políticas e econômicas"^{31/}

1.3.2. Diversificação Ideológica e Religião

Ora, em meio a estas mudanças econômicas, políticas e sociais, surge também a diversificação ideológica e a religiosa que dificultaram ainda mais a manutenção de um modelo de neocristandade, adotado pela Igreja desde o final do século XIX, pelo menos em seus princípios fundamentais de cobertura do território pela religião católica e do uso dos meios políticos para a preservação de sua influência^{32/}.

Dentro da diversificação ideológica presente no país, principalmente durante a segunda metade da década de 50, o que mais trouxe preocupação e que foi diretamente combatido pela Igreja foi o "comunismo" que aos poucos foi aparecendo como

^{30/} Cf. Furtado, Celso, "O modelo brasileiro de subdesenvolvimento" In O mito do desenvolvimento econômico, Rio, Paz e Terra, 5ª ed., 1981, p. 95.

^{31/} Ianni, Octávio, op.cit., p.14.

^{32/} Cf. Bruneau, Thomas, O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição, São Paulo, Ed.Loyola, 1974, p. 107.

alternativa de organização da sociedade. Tal alternativa esteve presente não só através da criação e presença esparsa (oficial e clandestina) do partido comunista (1922), como também pela conquista do poder em Cuba por Fidel Castro (1958), que poderia influir na opção de luta política das organizações sociais que arregimentavam os desvalidos do sistema capitalista aqui implantado.

Em meio ao embate ideológico a Igreja busca atingir as bases sociais, necessárias mas excluídas do sistema capitalista implantado, através principalmente dos sindicatos rurais, do MEB e dos organismos especializados da Ação Católica (principalmente JOC e JUC). Nesta busca de atingir as bases sociais, a "ordem social cristã" surgia como que uma alternativa às já existentes: capitalismo e "comunismo". A alternativa proposta pela Igreja estava contudo, muito mais próxima de ser um capitalismo corrigido do que propriamente uma nova alternativa de organização social.

Na diversificação presente no campo religioso, o que mais trouxe preocupação para a Igreja foi o crescimento acelerado do protestantismo, principalmente em sua vertente pentecostal a partir de 1958 ^{33/}.

1.3.3. Igreja: Planejamento da Ação Pastoral

Neste contexto de transformações econômicas, políticas, sociais e religiosas, a Igreja buscava unificar esforços e canalizar recursos pastorais em torno de um planejamento de sua ação pastoral. Para se conseguir tal intento, seria necessário uma liderança que pudesse direcionar os encaminhamentos necessários. D. Leme que de certa forma havia se destacado como líder na década de 30, falecera em 42 deixando a instituição praticamente acéfala.

^{33/} Cf. Muniz de Souza, Beatriz, "Aspectos do Protestantismo Pentecostal em São Paulo", In Waldo A. Cesar e outros, Protestantismo e Imperialismo na América Latina, Petrópolis, Vozes, 1968. Rolim, Francisco C., Pentecostais no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1985.

Os encontros regionais de bispos, promovidos pelo Secretariado Nacional da Ação Católica, foram importantes na tentativa de se organizar de forma planejada a ação pastoral em suas igrejas particulares.

Será contudo, na década de 50, mais precisamente em 52, com a criação oficial da **CNBB** (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) por D. Helder Câmara que surgiu a possibilidade de uma maior e melhor organização da pastoral, até então quase que dispersa e sem grandes preocupações de planejamento já que o contexto econômico-político-social e religioso era outro e de certa forma dispensava tais preocupações.

A criação da CNBB contribuiu para a organização e conseqüente fortalecimento, inclusive político, da Igreja enquanto instituição no Brasil^{34/}. Entretanto, as alianças que sustentavam o poder político instalado em 64, não necessitavam mais da legitimidade da Igreja, já que "a Revolução Vitoriosa, enquanto poder constituinte, se legitima a si própria" (Ato Institucional nº 1 - Preâmbulo). Desta forma, permeada pelos conflitos e impasses sociais da década de 60, a Conferência dos Bispos foi aos poucos manifestando também, diferentes posições em seu processo histórico, em relação ao poder instituído. De uma posição de proximidade com o governo desenvolvimentista de Juscelino e mesmo de contribuição, na época de Goulart (principalmente através do MEB), passou para uma posição dúbia de apoio ao regime militar instalado e ao mesmo tempo propondo julgamento justo aos perseguidos pela "revolução", e, só chegou a uma posição mais firme em relação ao regime, na década de 70 quando os órgãos de repressão e as leis discricionárias começaram a atingir também os membros da hierarquia da Igreja^{35/}.

^{34/} Cf. Moreira Alves, Márcio, A Igreja e a Política no Brasil, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979, p. 66.

^{35/} Cf. Bruno Pucci que em sua análise: "A Igreja e as lutas pelas liberdades democráticas" faz um relato sobre os acontecimentos e documentos oficiais da Igreja durante as décadas de 60 e 70, In A Nova Práxis Educacional da Igreja, São Paulo, Ed. Paulinas, 1985. Cf. também Márcio Moreira Alves, op.cit. p. 199 e ainda Bruneau, T., op.cit.

A criação da CNBB foi contudo, um passo importante e de consenso da hierarquia, para a organização da ação pastoral de forma planejada da Igreja no Brasil. Todavia, o incentivo para esta forma de pastoral virá basicamente do Concílio Vaticano II que foi um concílio pastoral e doutrinário^{36/}.

1.3.4. Apelos Papais e as Respostas dos Bispos Brasileiros

Os leigos foram chamados para uma participação maior na vida da Igreja, do mesmo modo que os presbíteros foram também convocados a formar um só corpo presbiteral com o bispo.

João XXIII fez seu apelo em favor do "espírito missionário" e da "ação pastoral planejada".

Já em 58, este mesmo papa dirigindo-se ao CELAM (Conselho Episcopal Latino Americano) demonstrou desejo de uma pastoral planejada. Em 61, através de carta a este mesmo Conselho, havia pedido que se elaborasse um plano de trabalho para a Igreja Latino Americana, "um plano que atendesse as especiais condições da Igreja neste continente e que indicasse as medidas a serem tomadas, a curto e a longo prazo, no campo específico da ação pastoral da Igreja e também no que lhe cabe como atuação no campo econômico e social"^{37/}.

Os bispos do Brasil, atendendo a este apelo do papa, elaboraram em sua Vª Assembléia Ordinária promovida pela CNBB (Rio, abril de 1962), o Primeiro Plano de Pastoral Orgânica (também chamado: Plano de Emergência). Este Plano enumera os objetivos visados pelo episcopado, as metas a atingir e a forma de proceder. "Queremos realizar no Brasil uma presença vital da Igreja, que salvará as almas e salvará a Nação de todas as ameaças que, contra ela, se levantam"^{38/}.

^{36/} Cf. cit. KLOPPENBURG, Frei Boaventura, "O Vaticano II quis ser um concílio pastoral", In Compêndio do Vaticano II, Petrópolis, Vozes, 1969, p.8.

^{37/} In Plano de Emergência, Cadernos da CNBB - Nº 1, Rio, Livraria D.Bosco, 1963, 2ª ed., p. 6.

^{38/} Tais como: o "comunismo ateu", "as concepções destruidoras da dignidade da família", "a mentalidade laicizante" e o "egoísmo e o lucro erigidos pelo liberalismo econômico", idem, p.6.

Em 24 de novembro de 1965, Paulo VI ao se dirigir ao CELAM, falando sobre a ação pastoral na América Latina, após dizer que aí o catolicismo tem revelado aspectos negativos, afirma: "Poder-se-ia falar de um estado de debilidade orgânica, que manifesta urgente necessidade de revigorar e reanimar a vida católica, a fim de torná-la mais substancial nos princípios doutrinais e mais sólida na prática. Dir-se-ia que a fé do povo latino-americano deve realizar ainda uma plena maturidade e desenvolvimento". E o próprio Paulo VI sugere uma ação pastoral de caráter extraordinário, unitário e planejado. "Uma sábia planificação, pode oferecer também à Igreja um meio eficaz e incentivo para o trabalho"^{39/}.

Os apelos papais continuarão sendo ouvidos pelos bispos brasileiros que em 66 aprovaram, na VIIª Assembléia Geral Extraordinária da CNBB reunida em Roma sob a presidência de D. Agnello Rossi, O Plano de Conjunto. Este terá vigência até 1970.

O Plano de Pastoral de Conjunto tinha como objetivo "renovar a Igreja no Brasil, conforme a imagem do Vaticano II"^{40/}. E nele, "planejar a ação da Igreja significa (...) esforçar-se por assegurar mais plena e adequada cooperação humana à realização do plano divino, no respeito e na fidelidade total ao desígnio do Pai, à ação do Filho, ao dom do Espírito Santo e à livre resposta dos homens"^{41/}.

Tal Plano em seu objetivo demonstra até certo ponto, um apego ao conservadorismo cristão: ao mesmo tempo que se propõe "renovar", retoma aspectos da consciência cristã em seu esforço de "realização do plano divino". Consciência esta que se "move segura e tranquila dentro dos quadros do cosmos grego e do universo teofânico da Idade Média"^{42/}.

^{39/} In CNBB-Plano de Pastoral de Conjunto, Rio, Livraria D.Bosco, 1967, p. 10.

^{40/} In CNBB-Plano de Pastoral de Conjunto, op.cit., p. 34.

^{41/} Idem, p. 36.

^{42/} Para uma análise do percurso desta consciência cristã na história, Cf. Sigrist, José Luiz, A JUC no Brasil - evolução e impasse de uma ideologia, São Paulo, Cortez Ed. 1982, p. 29.

1.3.5. Igreja da Pastoral Planejada

Com a criação da CNBB, os apelos papais para uma ação planejada e com a organização dos dois primeiros Planos de Ação Pastoral, temos a estrutura básica para a formação do que denominamos aqui de Igreja da Pastoral Planejada. Esta pode ser caracterizada como aquela que procura defender seus interesses institucionais, tentando reconciliá-los com a defesa dos pobres e dos direitos humanos^{43/}. É uma Igreja que tenta uma relação transnacional e nacional ao mesmo tempo. Haja visto a influência dos documentos do Vaticano II, de Medellín, de Puebla e mesmo da CNBB. É uma Igreja que tenta uma melhor organização de sua ação pastoral de forma planejada, buscando o não isolamento de seus padres e de suas paróquias e ainda, um maior envolvimento dos leigos. Chega a ser até uma Igreja com preocupações sociais, sem contudo ser promotora de mudanças sociais.

1.3.6. A Pastoral Planejada na Igreja de Campinas

1.3.6.1. Aspectos da Industrialização e Urbanização da Cidade

O processo de industrialização brasileira, acelerado durante as décadas de 50 e 60, demonstrou também com o passar dos anos, uma tendência de localização maior na região Centro-Sul e mais especificamente, no Estado de São Paulo. Neste Estado, houve uma centralização industrial em torno da capital.

Tal centralização conseguiu ultrapassar os limites normais. Foi então necessário buscar uma descentralização industrial no Estado, e Campinas acabou sendo um dos eixos mais favoráveis para que ela ocorresse.

Desde a década de 50, Campinas oferecia determinados atrativos à instalação industrial. Além das ferrovias concluídas

^{43/} Tal caracterização tem uma proximidade com aquela dada por Ralf Della Cava, em seu artigo: "Igreja e Estado no Brasil do século XX"...In Estudos CEBRAP - 12, p. 47.

no final do século XIX, em 1950 foi inaugurada a Via Anhanguera e no início de 60 entrou em operação o Aeroporto Internacional de Viracopos. Estes atrativos possibilitavam maior facilidade de escoamento da produção para outras regiões. É importante salientar também "a existência de um mercado relativamente desenvolvido propiciado pelo fluxo migratório bastante acentuado nas últimas décadas, aliada à disponibilidade de capitais voltados para aplicação e empreendimentos industriais"^{44/}. Além disso, não se deve esquecer ainda "os equipamentos urbanos e residenciais oferecidos pela própria cidade, traduzidos em melhor qualidade de vida urbana"^{45/}.

O município de Campinas foi se transformando aos poucos, num dos grandes centros industriais do país. Conforme os dados do Censo Industrial do Estado de São Paulo - 1970 - Campinas é considerada como o município que apresenta no Estado, o maior número de estabelecimentos industriais (839), excluindo-se a capital. Além disso, ocupa o oitavo lugar no conjunto dos municípios brasileiros em relação ao valor da produção industrial. É necessário lembrar aqui que para atingir tais posições, Campinas possuía uma população de 375.864 habitantes, dos quais 89,4% localizados na área urbana. Contava ainda com uma taxa de 76,8% da população considerada economicamente ativa e 16,6% dela vinculada a atividades industriais.

Em consonância com o desenvolvimento industrial brasileiro, os grandes estabelecimentos, em sua maioria de capital estrangeiro, tiveram o seu aparecimento no município, de forma mais acelerada, principalmente nas décadas de 50 e 60.

Conforme pesquisa publicada em 76 pelo Centro Técnico Econômico de Assessoria Empresarial - UNICAMP (CTAE), o parque industrial de Campinas contava em 1959, 1970 e 1973, com estabelecimentos industriais de todos os vinte e um ramos de atividade. A classificação desses ramos de atividade produtiva segue os critérios estabelecidos pelo IBGE, apresentando como ca

^{44/} In Centro Técnico Econômico de Assessoria Empresarial, "Estrutura Industrial do Município de Campinas", 1976, mimeo, p. 203.

^{45/} Idem, p. 205.

racterística básica de diferenciação entre eles "o uso final do bem produzido ou do grupo de produtos afins, que contribuíram com a maior parcela para o valor da produção" 46/.

Aliado a este desenvolvimento industrial, percebe-se também o aceleramento do desenvolvimento urbano. Vejamos o seguinte quadro:

PERÍODO	TAXA DE CRESCIMENTO %	POPULAÇÃO ACRESCIDA Hab.
40 - 50	1,45	17.326
50 - 60	5,01	84.194
60 - 70	5,65	162.306
70 - 80	5,83	288.695

Nota-se que no período de 50 a 60 a taxa geométrica de crescimento da população foi de quase cinco vezes maior que a taxa do período precedente 47/.

O crescimento de Campinas nestes últimos 40 anos foi de 552.521 habitantes, sendo que o incremento percentual atingido foi de 493.15%. Tomando as décadas de 50 - 60 - 70, onde houve um maior incremento, percebe-se a presença significativa de migrantes:

PERÍODO	SALDO VEGETATIVO	%	SALDO MIGRATÓRIO	%	INCREMENTO NA DÉCADA
1950/60	36.495	43,34	47.699	56,66	84.194
1960/70	57.686	35,54	104.620	64,46	162.306
1970/80	111.825	38,73	176.870	61,27	288.695

FONTE: Censos Demográficos - FIBGE

46/ In - Centro Técnico Econômico de Assessoria Empresarial, op.cit., p. 49.

47/ Dados contidos em "Diagnóstico das Características e Tendências do Desenvolvimento de Campinas", 1983, Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, p. 9.

É interessante salientar ainda que a chamada "Campinas do Mato Grosso" (nos idos tempos ...), a partir da década de 50 foi se tornando um município preponderantemente urbano. Observemos o seguinte quadro:

ANOS	POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL		TOTAL NA
	NA	%	NA	%	
1950	100.466	77,7	28.898	22,3	129.364
1960	186.808	86,0	30.410	14,0	217.219
1970	335.756	89,4	40.108	10,6	375.864
1980	591.590	89,2	72.969	10,9	664.559

FONTE: Censos Demográficos - FIBGE

1.3.6.2. A Reorganização da Ação Pastoral

Ora, será neste contexto de crescente industrialização e urbanização e conseqüente introdução definitiva das relações de produção, próprias do capitalismo industrial, que também a Igreja de Campinas, em consonância com a Igreja do Brasil, tentará reorganizar sua ação pastoral buscando se manter e se preservar diante de tais transformações aceleradas.

O suporte de sua sustentação, fundado na neo-cristandade estava abalado, o campo religioso exigia uma maior concorrência e a ideologia híbrida que sustentava a neo-cristandade já não o fazia mais, já que efetivamente as relações de produção haviam mudado. Como a Igreja de Campinas reordenará sua ação pastoral num contexto industrial-urbano que se fazia presente?

Verificando a organização da pastoral da Arquidiocese de Campinas, antes do Vaticano II, notamos que além das Associações e Irmandades existentes, criadas e dirigidas pelos vigários, é de se dar destaque à catequese paroquial e escolar coordenadas por uma comissão arquidiocesana. E, graças ao incentivo e valorização dados por D. Paulo de Tarso (1942- 1968) à Ação Católica, foi possível a criação de seus vários Departamentos

Especializados: JEC (Juventude Estudantil Católica), JIC (Juventude Independente Católica), JOC (Juventude Operária Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica), tendo sempre a frente de cada Departamento um assistente diocesano, ou seja, um padre.

Nos anos de 61/62/63, os cursos do "Movimento por um Mundo Melhor" tiveram presença marcante na região de Campinas. Estes cursos e também os dias de estudo atingiram: padres, religiosas, educadores, "senhoras da sociedade", "normalistas", estudantes secundaristas e universitários. Para tanto, logo de início, foi enviado um grupo de 10 padres a Roma, para se especializar. Religiosas foram também enviadas a Roma.

Os cursos do "Movimento por um Mundo Melhor", além de possibilitarem uma dinamização maior do próprio cristianismo na Arquidiocese, incentivaram um trabalho de renovação pastoral.

De 1963 a 1966 várias comissões de pastoral especializada foram criadas na Arquidiocese, tais como: de liturgia, catequese, opinião pública, religiosas, juventude e família. Em abril de 64 foi criado o Secretariado Arquidiocesano de Pastoral. Em 66, a Arquidiocese foi dividida em 14 Regiões Pastorais, agrupando paróquias semelhantes, tentando quebrar o isolamento dos padres, em função de uma Pastoral de Conjunto.

Os esforços para uma Pastoral Planejada caminham concomitantemente aos apelos do Vaticano II e dos Planos da CNBB. Em 67 foi criado o Conselho de Presbíteros, sendo este "um órgão pelo qual o presbitério, sob a presidência do bispo, em uma íntima ligação com ele, pensa os problemas diocesanos, busca caminhos, encaminha soluções". A partir da criação de tal Conselho, todo o planejamento pastoral ou partia dele ou era a ele submetido.

Neste mesmo ano (67), houve a criação de grupos de clérigos que tinham trabalhos afins. Era mais um empenho em direção à organização e dinamização do trabalho pastoral.

Na tentativa de concretização das decisões do Vaticano II e no incentivo de uma pastoral de conjunto, em 28 de junho de 69, D. Antonio (1966 - 1982) extinguiu as vigararias forâneas, as regiões pastorais e os grupos de clérigos e criou 6 Vigararias Regionais na Arquidiocese.

Tais vigararias, como poderemos verificar através de suas finalidades, buscavam dinamizar a ação pastoral da arquidiocese, a partir da estrutura tradicional existente, fundada nas paróquias. As finalidades das Vigararias eram principalmente:

- 1º - "Responder a uma necessidade surgida da própria realidade regional na arquidiocese".
- 2º - "Fazer com que a ação pastoral da diocese como um todo seja adaptada às necesssidades regionais diversas".
- 3º - "Ajudar o crescimento das paróquias para se apoiarem na ação pastoral e juntas crescerem com riquezas comuns".
- 4º - "Tornar as paróquias constantemente presentes na coordenação diocesana, o que não seria possível se elas fossem completamente isoladas entre si".
- 5º - "Ajudar as paróquias em sua abertura para a Igreja toda, através da abertura para as paróquias vizinhas, impedindo que sejam comunidades fechadas em si mesmas".

O conteúdo de vida das Vigararias Regionais é eminentemente pastoral e se traduziria por:

- 1º - "Troca de experiências entre as várias comunidades paroquiais";
- 2º - "Reflexão conjunta entre os vários agentes da pastoral de presbíteros, religiosos ou religiosas e leigos";
- 3º - "Planejamento comum da pastoral em âmbito regional".

"A alma das Vigararias Regionais é o Presbítero re-

gional"^{48/}.

A partir da criação das Vigararias estavam pois criadas as condições primárias para uma Ação Pastoral Planejada. E os primeiros passos foram dados: "Escolhia-se um campo prioritário para o ano. Definiam-se diretrizes pastorais dentro do Campo. Promoviam-se pequenos planos e revisões"^{49/}.

Em 1968 - "Sacramentos de Iniciação";

Em 1969 - "Pastoral Familiar";

Em 1970 - "Pastoral de Leigos".

1.3.6.3. Década de 70: Alguns Impasses e Conflitos

A década de 70 foi marcada por impasses e conflitos dentro da forma de organização da pastoral que se implantava, levando até mesmo, a uma busca de identidade da Igreja em seu campo de ação pastoral. Vejamos como isto se deu.

Inicialmente alguns problemas começaram a surgir: "de um lado, a necessidade de se encontrarem meios que nos levassem todos a assumir o que se planeja. Um certo mal-estar e desânimo se estabelece pelo fato de, aqui e ali, existirem os que não assumem o que foi planejado, prejudicando o trabalho dos outros. Por outro lado, mesmo os que assumem (por exemplo, a preparação para o batismo, para o casamento, etc.) se limitam a colocar uma nova exigência jurídica para o sacramento, sem que isso signifique realmente uma renovação verdadeira e profunda da Igreja. Em meio a isso, surge ainda o problema de amplas faixas da pastoral não cobertas realmente pela Igreja em Campinas: presença no mundo, laicato, pastoral especializada (juventude, operários, intelectuais, etc...) e todo esse quadro profundamente perpassado pelas várias maneiras diferentes de enfocar as coisas,

^{48/} Cf. "Diretrizes das Vigararias Regionais da Arquidiocese de Campinas", In Boletim Informativo ENCONTRO, nº 8, p. 19.

^{49/} In "Relação Quinquenal da Arquidiocese de Campinas", 1969 - 1974. P. 94.

divergências pastorais, etc., reflexo da imensa cisão e disputa que se estabeleceu na cultura hoje"^{50/}.

Neste impasse, vai se tornando clara a necessidade de algo mais profundo, a necessidade de uma revisão séria de toda a Pastoral. "Uma espécie de retomada de consciência que levasse a uma visão clara e nítida de sua missão hoje, aqui, no contexto concreto em que os homens vivem, lutam e sofrem. Uma busca das dimensões profundas de seu ser de "sinal de salvação"^{51/}.

A alternativa encontrada para a realização dessa revisão da pastoral foi a de se realizar um Sínodo. Os anos de 71 e 72 foram reservados para a preparação de tal empreendimento; a arquidiocese se colocava em clima de "Revisão-Pré-Sinodal".

O Conselho de Presbíteros e os organismos centrais da pastoral refletiram sobre a necessidade e objetivos de tal Revisão. O clero, as religiosas e os leigos mais ativos na pastoral foram consultados acerca de sua necessidade e oportunidade. Um grupo formado por 6 padres, 3 religiosas e 3 leigos ficaram encarregados de incentivar e coordenar as atividades dentro da Arquidiocese, em função de tal Revisão. Além desta comissão central, foram criadas também, logo de início, as comissões de publicidade e finanças. Uma comissão teológica que oferecesse condições para a Revisão, foi sugerida pelo clero.

Ao ser proposta uma revisão global da ação pastoral da Igreja de Campinas, seus órgãos diretivos tiveram a preocupação de frisar que: "a Arquidiocese não pára em seus trabalhos, em tudo o que vem fazendo até agora. Os trabalhos pastorais prosseguem e se intensificam. Mas vive-se em clima de reflexão, de busca, de interrogação sobre o sentido mesmo desse trabalho. Não uma reflexão abstrata e intelectualizada, mas uma reflexão concreta. Queremos descobrir o que é ser Igreja hoje, aqui nesta região concreta, que tem tais características, tais problemas. Essa busca se fará em todos os níveis: diocesano, paroquial, de comunidade, de movimentos, das instituições, etc"^{52/}.

^{50/} In "Relação Quinquenal da Arquidiocese de Campinas" 1969 - 1974, p.94-95.

^{51/} Idem, p. 95.

^{52/} In "Relação Quinquenal...", 1969 - 1974, p. 98 e 99 - SIC.

Uma revisão global da ação pastoral, como se pretendia, seria como que uma "radiografia" da Igreja de Campinas. "Essa radiografia nos levaria a tomar consciência global da realidade, nos faria conhecer os problemas pastorais concretos que enfrentamos, nos ajudaria a perceber bem o que temos e se estamos utilizando bem, e, por fim, nos alertaria para os "vazios pastorais", isto é, as faixas ou ambientes ou campos em que a ação da Igreja está ausente"^{53/}. Percebe-se que a preocupação com a expansão da religião marcava ainda sua presença na década de 60, na Igreja de Campinas.

O Ver-Julgar-Agir foi o método escolhido para ser utilizado na Revisão-Pré-Sinodal.

O Ver seria possível através da radiografia interna da Igreja, seus membros e organismos. Aqui também se tentaria perceber como as pessoas vêem a Igreja em seus vários aspectos. Foi proposto ainda um estudo sócio-econômico da Arquidiocese, que seria feito por peritos da área, porém, com finalidade pastoral.

O Julgar seria fundamentado pela teologia da Igreja, partindo sobretudo do Vaticano II e de Medellín. Esta parte do método empregado, coube à comissão teológica.

As pistas para a ação concreta viriam a partir desses primeiros passos, integrando-os entre si; não sendo no entanto, "três etapas separadas, mas fases simultâneas de uma mesma ação". As diretrizes oficiais de ação viriam apenas após a realização do Sínodo.

Ao final do ano de 72 a Igreja de Campinas, através de seus órgãos diretivos, viu-se diante de si mesma e um impasse se instaurou entre o Ver e o Julgar.

Se por um lado, a equipe especializada que fora contratada para fazer uma pesquisa sociológica para fins de planejamento pastoral constatava que "a Arquidiocese concretiza plenamente a imagem mais convencional de Igreja: um modelo hierático, centrípeto, piramidal, onde os padrões de determinação e os paradigmas primam sobre a decisão viva, mesmo do hierarca e, em sua

^{53/} In Boletim Informativo ENCONTRO, nº 14, p. 34.

realidade mais íntima, permanecem inquestionados e inquestionáveis"^{54/}; por outro lado, a Comissão Teológica fez severas críticas a tal pesquisa afirmando inclusive que ela "reflete a ideologia do grupo pesquisador e que alguns conceitos assumidos por tal grupo são teologicamente questionáveis"^{55/}.

A polêmica surgida em torno de tal pesquisa foi enorme, contudo não cabe discutí-la em maior profundidade, já que o intento de nosso trabalho, neste capítulo, é oferecer alguns elementos que nos possibilitem compreender a instauração da Igreja de Pastoral Planejada em Campinas. Instauração que, como percebemos, não se dá sem conflitos. E aqui, os detectamos entre o Ver, da pesquisa, e o Julgar, da Comissão Teológica.

Apesar das críticas feitas pela Comissão Teológica, esta não invalida completamente a pesquisa, ressaltando todavia que seus resultados "devem ser lidos e interpretados dentro do ambiente cultural que a humanidade respira nesta fase histórica atual de transformação".

Na leitura e "julgamento" da Comissão Teológica são apontadas e aceitas algumas "realidades-eixo" presentes na pesquisa realizada, tais como:

- Esquema de Igreja Piramidal, vertical;
- Estrutura clerical com liderança formal;
- Ausência de leigo como sujeito participante;
- Não presença da Igreja no mundo.^{56/}

A partir das realidades-eixo e tendo em vista a continuidade da Revisão-Pré-Sinodal, a Comissão Teológica concluiu que "realizar um Sínodo a curto ou médio prazo seria fazê-lo clerical. Impõe-se ao órgão responsável elaborar projetos que preparem quadros de Igreja os quais possam realizar um Sínodo do Povo de Deus"^{57/}.

^{54/} Cf. "Pesquisa Sociológica para fins de Planejamento Pastoral", feita pelo RENOV (Relações Educacionais e Industriais Ltda) sob coordenação de Maria N. Mascellani, 1972, fl.28 - C.

^{55/} In Reflexão da Comissão Teológica da Revisão-Pré-Sinodal sobre a Pesquisa realizada na Arquidiocese. 17/18 de abril de 1972", Arq. da Arquidiocese.

^{56/} Idem.

^{57/} In "Reflexão da Comissão Teológica da...", Arquivo da Arquidiocese.

Tal Sínodo não chegou contudo a ser realizado, e durante os anos de 73 e 74 a preocupação da Igreja de Campinas foi de buscar elementos de superação das "realidades-eixo" encontradas na pesquisa.

O documento elaborado pela Comissão Teológica contendo suas posições a respeito da pesquisa, foi amplamente discutido na Arquidiocese. Numa discussão, com a participação dos leigos, 158 grupos responderam a seguinte questão: "Quais os caminhos ou meios que devemos empregar para vencer essas dificuldades?" Das respostas a esta questão, foram encaminhadas 3 propostas:

- 1º - "Diante de uma realidade de Igreja Perimidal, Vertical - dividir o exercício do poder em todos os níveis: paroquial e diocesano";
- 2º - "Diante de uma Igreja de Estrutura Clerical com liderança formal e onde o leigo está ausente como sujeito participante - aconselha-se: a criação de grupos de leigos os mais variados, a formação de Comunidades de Base e grupos proféticos";
- 3º - "Para uma Igreja que está ausente do mundo, criar um processo que facilite a aproximação e o conhecimento dos valores e realidade do mundo"^{58/}.

A linha prioritária para a ação pastoral da Igreja de Campinas para o ano de 73 foi a Participação, e para tanto, a criação do Conselho de Pastoral tornou-se o projeto principal.

Desta forma, em 15 de agosto de 73, D. Antonio M. Alves de Siqueira, através de decreto criou o Conselho Arquidiocesano de Pastoral (CAP), instalado em 16 de setembro do mesmo ano.

^{58/} In "um pouco da História da Revisão-Pré-Sinodal - opções pastorais para 73", p. 3, Arquivo da Arquidiocese.

"A finalidade do Conselho de Pastoral é assessorar o Bispo em tudo aquilo que diz respeito á vida e ação da Igreja na realidade da Diocese. A ele compete estudar e apreciar o que se refere às obras pastorais, de tal modo que se promova a conformidade da vida e ação do Povo de Deus com o Evangelho (Medellin, 15,18). É portanto objetivo do Conselho Arquidiocesano de Pastoral:

- 1º - "descobrir os problemas da Igreja de Deus em Campinas";
- 2º - "refletir sobre os mesmos e"
- 3º - "propor ao Bispo soluções concretas"^{59/}.

O Conselho foi composto por 59 membros, sendo: 19 padres, 9 religiosos e 31 leigos.

Cabe aqui uma observação pertinente. Apesar de que pela primeira vez na história da Igreja de Campinas o leigo tivesse maioria na formação de um determinado organismo, o objetivo do Conselho estava circunscrito em "descobrir", "refletir" e "propor", não cabendo-lhe efetivamente decidir sobre a ação pastoral de tal Igreja.

Em 73 teremos o surgimento também de novas equipes de trabalho pastoral, tais como: pastoral hospitalar, pastoral operária, projeto Igrejas-Irmãs, pastoral de periferia.

O objetivo e o programa prioritário de 73 foram os mesmos de 74, porém neste ano percebemos uma proximidade maior da pastoral da Arquidiocese de Campinas, com as propostas pastorais da CNBB. Neste sentido, o objetivo operacional global explicitado por Campinas era o mesmo da CNBB, a nível de Igreja no Brasil: "Intensificar a vida comunitária na Igreja e a integração das pessoas em estruturas cada vez mais adequadas da Igreja Particular". Tal procedimento poderá de certa forma, ser também constatado através das prioridades presentes no Primeiro Plano de Pastoral da Arquidiocese (1975), que estavam muito próximas

^{59/} In "Relação Quinquenal da Arquidiocese de Campinas , 1969 - 1974",p.44.

das prioridades da CNBB e do Regional Sul I (Estado de São Paulo) 60/.

1.3.6.4. Os Planos de Pastoral

Dentro da Arquidiocese de Campinas foram elaborados 3 Planos de Pastoral, sendo que os dois primeiros tiveram vigência bienal e o terceiro, trienal, com renovação por mais dois anos.

O 1º Plano de Pastoral (1975-76) "coloca a Igreja em Campinas plenamente dentro do processo de planejamento que a Igreja no Brasil adotou a partir do Plano Pastoral de Conjunto" 61/.

Os órgãos arquidiocesanos de coordenação exerceram papel fundamental na definição de objetivos e elaboração de programas, que deveriam inspirar os demais níveis de Igreja (vigararia, paróquia, comunidade) e seus organismos (movimentos, instituições, etc.) para que realizassem planos pastorais menores.

O 1º Plano era bastante abrangente. Possuía 7 programas sendo:

- a) 4 prioritários, envolvendo atividades relativas às prioridades pastorais da Igreja de Campinas, surgidas nas Assembléias de 74 e confrontadas com as prioridades da CNBB, ficando assim definidas: 1 - Comunidade Eclesial de Base; 2 - Pastoral Familiar; 3 - Pastoral da Juventude; 4 - Formação de Agentes.
- b) 1 de sustentação da ação pastoral permanente, abrangendo atividades baseadas nas 6 linhas de pastoral da CNBB 62/.

60/ Cf. "1º Plano de Pastoral da Arquidiocese de Campinas SP.1975-76", p.9

61/ Idem, p. 6.

62/ Objetivos definidos pela CNBB: Unidade Visível, Anúncio da Palavra, Aprofundamento da Palavra, Liturgia, Ecumenismo e Presença no Mundo.

c) e 2 especiais, relacionados com atividades pastorais com características de campanha extraordinária envolvendo o dízimo e a Campanha da Fraternidade.

Em dezembro de 77 surgiu o 2º Plano de Pastoral da Arquidiocese, com vigência até 79. Houve aqui uma inversão do processo de sua elaboração, já prevista no 1º Plano: "Uma vez definidos os objetivos por todos, as vigararias, paróquias e organismos seriam chamados a elaborar um pequeno programa de atividades, para atingí-los e, só então, os órgãos arquidiocesanos de coordenação elaborariam seus programas de apoio e assessoria"63/.

Houve muita coincidência na escolha de prioridades pelas vigararias. Isto aconteceu, segundo esclarecimento contido no próprio Plano, devido ao fato de que "somente no final do 1º Plano Bienal é que as Vigararias conseguiram começar a realizar os seus projetos", e também pelo "natural condicionamento das pessoas ao que é proposto no 1º Plano"64/.

Cada vigararia possuía um objetivo geral a ser atingido, e também prioridades pastorais que inspiravam seus programas de ação. Estes, por sua vez, tinham também objetivos específicos.

O Conselho Arquidiocesano de Pastoral (CAP) escolheu uma prioridade para toda a Arquidiocese - "A Pastoral do Mundo do Trabalho", cujo objetivo foi assim definido: "Colaborar, à luz do Evangelho, na auto-promoção das classes trabalhadoras, pela conscientização dos seus membros como os principais agentes de mudança sócio-econômica, buscando a transformação das estruturas sociais"65/.

O 3º Plano de Pastoral foi publicado em 80, com vigência até 82. Todavia, por sugestão do Conselho Arquidiocesano de Pastoral, tal Plano se estendeu até 84, em função de sua atualidade e consonância com a Igreja de Medellín e Puebla, por sua

63/ Cf. "1º Plano de Pastoral da Arquidiocese de Campinas, 1975-75", p. 7.

64/ In "2º Plano de Pastoral da Arquidiocese de Campinas, 1977-79", p.5.

65/ Idem, p. 19.

abrangência e também por não ter sido suficientemente assumido em toda a Arquidiocese.

Para que o Plano de Pastoral de 80 fosse elaborado, houve inicialmente uma sondagem da realidade da região que constitui a Arquidiocese, "visando captar as necessidades mais urgentes e os anseios do povo, especialmente dos mais humildes e carentes".

Após a realização e interpretação dos dados de tal pesquisa, houve uma "Mini-Assembléia" arquidiocesana da qual participaram os membros do Conselho Arquidiocesano de Pastoral (CAP), membros das várias comissões arquidiocesanas, representantes das Vigararias Regionais e pessoas convidadas pela Cúria Metropolitana.

O que completou o processo de elaboração do 3º Plano foi contudo, a realização da Assembléia Geral da Arquidiocese em setembro de 79, onde se definiu o objetivo e também as prioridades da pastoral arquidiocesana.

O objetivo geral da pastoral ficou assim definido: "Unir todas as forças evangelizadoras - humanas e materiais da Igreja, em vista da organização do Povo, para a sua libertação, nos planos econômico, político, social e religioso, atualizando e concretizando a missão de Jesus Cristo"^{66/}.

As prioridades votadas para o 3º Plano foram as seguintes:

- 1º. Comunidade Eclesial de Base;
- 2º. Mundo de Trabalho;
- 3º. Educação para a justiça e socialização dos Bens da Igreja.
- 4º. Apoio aos Movimentos Populares^{67/}

^{66/} Cf. "3º Plano de Pastoral da Arquidiocese de Campinas - 1980 - 1982" - p.5.

^{67/} In "3º Plano de Pastoral da Arquidiocese de Campinas - 1980 - 1982", - p.5.

1.3.6.5. Planejamento: Modernização e Tradição

Os Planos de Pastoral da Arquidiocese demonstram um esforço de modernização da instituição a partir, no entanto, de uma estrutura arcaica de paróquia e de um poder de decisão piramidal-vertical (centrado na Cúria) que de certa forma continuam sendo mantidos.

Isto pode ser afirmado principalmente se levarmos em consideração que: de um lado houve um empenho pela criação das Vigararias, buscando o aperfeiçoamento da organização das paróquias e os planos de pastoral vieram como complemento a esta forma de organização; por outro lado, como deixa bem claro o 1º Plano, "a Cúria, da qual participam o Arcebispo, os vigários Gerais e os Vigários Regionais, é o órgão supremo responsável pelas decisões pastorais da Igreja em Campinas, e, portanto, do Plano de Pastoral"^{68/}. Nos dois outros planos, embora os leigos pudessem ter tido uma maior participação por intermédio das assembleias arquidiocesanas, a Cúria continuava o órgão supremo responsável, cabendo-lhe o acompanhamento dos programas "através de reuniões, encontros e relatórios"^{69/}.

Dois outros aspectos são ainda comuns aos três planos:

- a necessidade de se planejar a ação pastoral;
- e a fundamentação dos planos em documentos de instâncias superiores dentro da instituição.

Na apresentação de cada Plano, encontramos frases significativas que, por elas mesmas, dizem da necessidade e do valor de se planejar a ação da Igreja, tais como: "Cumpre-nos por em ação todos os meios e técnicas humanas para melhor atuação de nossa missão pastoral". "O planejamento é um dos recursos técnicos do nosso tempo, e nós queremos lançar mão dele para as coisas de Deus"^{70/}.

^{68/} In "1º Plano de Pastoral da Arquidiocese de Campinas - 1975-76", p. 8 - grifo nosso.

^{69/} Cf. "2º Plano de Pastoral da Arquidiocese de Campinas - 1977-1979", p.6 e "3º Plano de Pastoral da Arquidiocese de Campinas", p. 5.

^{70/} In "1º Plano de Pastoral ..." p.1.

Ou então: "Nós acreditamos na ação planejada e coordenada". "O trabalho que tem objetivos claros, explícitos, pode empregar melhor os meios para atingí-los, pode rever a caminhada com mais objetividade"^{71/}.

E ainda: (O 3º Plano é um fato relevante para a Igreja de Campinas...)

"Porque se buscam, na união dos esforços, objetivos comuns"

"Porque, desta forma, se facilita o êxito da ação pastoral e não se fica "batendo no ar", em caminhos contraditórios"^{72/}.

Verificando os três Planos de Pastoral da Arquidiocese podemos também constatar que os diferentes programas, objetivos e prioridades, mantêm uma certa fundamentação comum, ou seja, são justificados principalmente através de citações do Vaticano II, de Medellín, "Evangelii Nuntiandi" e ainda de textos do Novo Testamento. Tal possibilidade é decorrente da amplitude do discurso religioso e do discurso da Igreja que são capazes de justificar ações diferentes no seio da mesma instituição; ao mesmo tempo que denota também uma busca de legitimidade na instituição, dos vários grupos que exercem nela um determinado tipo de ação.

Faz-se necessário ainda dar destaque ao processo de participação crescente do leigo, a partir principalmente do 2º Plano, através das assembleias arquidiocesanas. Contudo tal participação, possibilita o aclaramento de conflitos entre as forças que participam da própria instituição. Conflitos que, como ocorreu em 73 no desenrolar das decisões sobre a não realização do Sínodo, têm sido resolvidos através de uma intermediação "de cima", que possibilita a preservação da própria instituição. Assim sendo, podemos considerar os três Planos, dentro da Igreja da Pastoral Planejada, como uma das formas de orientações práticas capazes se permitir à instituição enfrentar os dilemas do mundo con

^{71/} In "2º Plano de Pastoral...." p.3.

^{72/} In "3º Plano de Pastoral...." p.1.

temporâneo, dando a eles respostas "modernas" inspiradas, porém, na tradição da Igreja"^{73/}.

^{73/} Tal consideração, Vanilda Paiva fez em sua segunda tese sobre a "Igreja Moderna no Brasil", Cf. da autora (org.), Igreja e Questão Agrária, São Paulo, Ed. Loyola, 1985, p. 58.

PASTORAL PLANEJADA E CEBs:

Após o esboço histórico da Igreja em Campinas, presente no 1º Capítulo, passamos a analisar as Comunidades Eclesiais de Base. Antes buscamos fazer uma ligação do capítulo precedente com o objeto propriamente de nosso trabalho, lembrando que a Igreja em Campinas não está isolada mas mantém uma relação não só nacional como também transnacional, já que se pretende enquanto instituição religiosa, ser universal.

Na organização planejada da ação pastoral da Igreja no Brasil, as CEBs são destacadas como possibilidade de renovação pastoral capaz de transpor os obstáculos encontrados. Aos poucos elas vão sendo reconhecidas e oficializadas^{1/}.

O "Plano de Emergência" (62-63) elaborado como resposta concreta à necessidade de uma ação eficiente e coordenada da Igreja no Brasil, recomenda "identificar as comunidades naturais e iniciar o trabalho a partir da realidade que apresentam". "Aos leigos cabe nestas comunidades um papel muito decisivo"^{2/}.

O Concílio Vaticano II reforça a idéia de que "a renovação pastoral deve se fazer a partir da renovação da vida comunitária e de que a comunidade deve ser tornar instrumento de evangelização"^{3/}.

Em resposta aos apelos do Concílio, a CNBB elabora o "Plano de Pastoral de Conjunto" (66-70), no qual a "extensão geográfica" e a "densidade populacional" das paróquias são reco-

^{1/} No presente trabalho não nos preocupamos em fazer um relato histórico sobre as CEBs no Brasil, uma vez que outros já o fizeram. Para tanto, pode-se consultar entre outros: CONCILIUM, Revista Internacional de Teologia, nº 104, Petrópolis, Ed.Vozes, p.22 - 25; REB - Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis, Ed.Vozes, nº 17 (1957) p. 731-737; nº 23 (1963) p. 781; nº 34 (1974) p. 945-946; Guimarães, Almir Ribeiro OFM, Comunidades Eclesiais de Base no Brasil, Petrópolis, Ed.Vozes, 1978, p.17; Azevedo, Marcelo, Comunidades Eclesiais de Base e Inculturação da Fé, São Paulo, Ed.Loyola, 1986, p.39.

^{2/} In CNBB, Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil, Documentos da CNBB nº 25, Ed.Paulinas, São Paulo, 1982.

^{3/} Idem, p.8.

nhecidas como obstáculos à ação pastoral. Assim sendo, "faz-se urgente suscitar e dinamizar, dentro do território paroquial, comunidades de base onde os cristãos não sejam pessoas anônimas, se sintam acolhidas e responsáveis e delas façam parte integrante, em comunhão de vida em Cristo e com todos os seus irmãos".^{4/}

Em nível ainda nacional, é importante destacar a crescente atenção dada às CEBs nos Planos Bienais de Pastoral, chegando a ser assumidas como prioridade no 3º e no 4º plano.

Em termos de continente, merecem destaque as 2ª e 3ª Assembléias dos Bispos reunidos respectivamente em Medellín (1968) e Puebla (1979). Em Medellín as CEBs são reconhecidas como "célula inicial da estruturação eclesial e foco de evangelização e atualmente fator primordial da promoção humana e desenvolvimento"^{5/}. Em Medellín são também definidas "duas linhas básicas de ação que se transformariam no estandarte legitimador e referencial de novos grupos de cristãos: a opção pelos pobres e as comunidades de base"^{6/}.

Puebla reforça as decisões de Medellín constantando ainda que "nas pequenas comunidades, mormente nas mais bem constituídas, cresce a experiência de novas relações interpessoais na fé, o aprofundamento da palavra de Deus, a participação na Eucaristia, a comunhão com os pastores da Igreja particular e um maior compromisso com a justiça na realidade social dos ambientes em que se vive"^{7/}.

Em nível universal as CEBs são reconhecidas oficialmente pela Igreja através da Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, de Paulo VI (1975).

^{4/} Cf. Plano de Pastoral de Conjunto, p. 38 - 39 - Cit. In documentos da CNBB nº 25, p.9.

^{5/} In CNBB, Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil, Documentos da CNBB nº 25, p. 10.

^{6/} Cf. Camargo, Candido P.F., e outros, "Comunidades Eclesiais de Base", In Singer, Paul (org.), São Paulo: O Povo em Movimento, Petrópolis, Vozes 1980, p.66.

^{7/} In CNBB, Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil, Documentos da CNBB nº 25, p.11.

AS CEBs EM CAMPINAS

Levando em consideração os dados acima, passamos a analisar as CEBs em Campinas, pode-se para tanto indicar três momentos importantes que possibilitam uma melhor compreensão sobre elas:

- um momento de Gestaçãõ
- um momento de Afirmaçãõ
- um momento de Crise

Esta divisãõ se fundamenta a partir das interpretações de Weber, Bourdieu e Berger a respeito do campo religioso e da luta pelo monopólio simbólico neste campo^{8/}.

Nesta luta pode-se constatar a presença da Igreja que "visa conquistar ou preservar um monopólio mais ou menos total de um capital de graça institucional ou sacramental (do qual é depositária por delegaçãõ e que constitui um objeto de troca com os leigos e um instrumento de poder sobre os mesmos) pelo controle do acesso aos meios de produçãõ, de reproduçãõ dos bens de salvaçãõ (ou seja, assegurando a manutençãõ da ordem no interior do corpo de especialistas) e pela delegaçãõ ao corpo de sacerdotes (funcionários do culto intercambiáveis e portanto, substituíveis do culto do ponto de vista do capital religioso) do monopólio da distribuiçãõ institucional ou sacramental e, ao mesmo tempo, de autoridade (ou uma graça) de funçãõ (ou de instituiçãõ)"^{9/}.

A manutençãõ deste tipo de monopólio através da centralizaçãõ do "capital religioso" parece ter sido uma realidade na Europa medieval"^{10/}.

As relações de força simbólica dentro do campo religioso sãõ fundamentais para a obtençãõ e preservaçãõ do monopólio, o qual depende da posiçãõ em que os agentes ou institui-

^{8/} Cf. principalmente: "Gênese e Estrutura do Campo Religioso" e "Uma Interpretaçãõ da Teoria da Religiãõ de Max Weber"; in Bourdieu, P. - A Economia das Trocas Simbólicas, Ed. Perspectiva, 21 ed. 1982 - "A Secularizaçãõ e o Problema da Plausibilidade" in Berger, Peter L.; O Dossel Sagrado, Ed. Paulinas, 1985. "A Sociologia da Autoridade Carismática" e "A Psicologia Social das Religiões Mundiais", in Weber, Max; Ensaio de Sociologia, Ed. Guanabara, 5ª ed., 1982.

^{9/} In Bourdieu, P.; A Economia das Trocas Simbólicas, p. 58.

^{10/} In Bourdieu, P., op.cit, p. 62.

ções ocupam na distribuição dos bens simbólicos neste mesmo campo.

Ora, a organização de uma instituição de bens de salvação é também um elemento de relevante importância na conquista deste monopólio. Daí o fato de que tanto a unidade quanto a organização burocrática, serem considerados como elementos importantes para a manutenção e preservação da Igreja.

Historicamente, os pólos centrais que se opõem na luta pelo poder religioso e pela gestão dos bens de salvação, tem sido o sacerdote (Igreja) e o profeta (profecia).

A profecia adquire sua legitimidade na medida em que simboliza as representações coletivas, isto é, constitui estas representações. Assim sendo, ela possui também uma força organizadora e mobilizadora.

Ora, a presença da profecia dentro da instituição é permitida desde que mantida em determinados limites, com determinadas "funções" e no "campo que lhe é próprio"; é o que tem sido comprovado historicamente.

"Aquele que faz milagres de modo carismático e não no exercício de suas funções é condenado como herético ou feiticeiro"^{11/}.

Se a profecia e quem a professa não permaneceram nos limites colocados pela instituição, tudo é possível; desde a "supressão física" de quem a professa "até anexação da profecia, passando por todas as formas de concessões parciais"^{12/}.

Numa sociedade diversificada, própria do mundo contemporâneo, a luta pelo monopólio do campo religioso continua; porém, evidentemente com uma feição nova, a partir das condições estabelecidas pelas estruturas criadas e pelos agentes desta própria realidade.

O campo religioso presente no mundo contemporâneo é tão diversificado quanto ele. Dificuldades não faltam para a conquista de seu monopólio. Tais dificuldades têm colocado a questão do monopólio como uma possibilidade remota, senão impossível.

^{11/} In Bourdieu, P., op.cit. p. 94.

^{12/} Idem, p. 95.

Deve ser considerado aqui, que também em determinadas instâncias do campo religioso, há a relação de forças simbólicas que lutam para conseguir tanto o monopólio do poder religioso quanto a gestão dos bens de salvação.

"Quanto mais o corpo de sacerdotes esteja prestes a deter numa sociedade dividida em classes, o monopólio de fato da administração dos bens de salvação, tanto mais serão divergentes, e às vezes até contraditórios, os interesses religiosos aos quais deve responder sua ação de prédica e de cura das almas, e tanto mais tal ação e os agentes incumbidos de exercê-la tenderão a se diversificar"^{13/}.

Analisando a Igreja de Campinas do final da década de 60, a partir dos pressupostos acima, percebemo-la como uma Igreja em crise. Crise que se manifesta tanto pela dificuldade de reprodução de seus próprios quadros (clero), quanto pela transmissão de seu conteúdo de salvação em um contexto marcado pela urbanização e industrialização. Contexto este, em que o monopólio da plausibilidade religiosa^{14/} já não é mais possível, devido justamente ao pluralismo e polissemia deste próprio contexto.

Esta Igreja possibilita e incentiva o surgimento em seu interior, de algo novo, com características proféticas.

As CEBs em Campinas têm sua gestação a partir da própria Igreja; se afirmam por suas características proféticas e finalmente são paroquializadas (ou institucionalizadas) com o intuito de preservar não só a unidade como também a "homogeneidade da pastoral".

^{13/} In Bourdieu, P. - op.cit. p. 97.

^{14/} Cf. Berger, P. - op.cit. p. 162.

2. O MOMENTO DE GESTAÇÃO

2.1. Igreja: Plausibilidade e Planejamento

Neste primeiro momento, que coincide com o final da década de 60, encontramos a Igreja de Campinas que se preparava para entrar na rota do Planejamento Pastoral, conforme solicitações do Vaticano II e dos Planos de Pastoral da CNBB ^{1/}.

É significativa esta situação de planejamento assumida pela Igreja. Denota uma nova maneira de estar presente e se adaptar a uma situação própria do mundo moderno, e aí utilizar um dos seus instrumentos: o planejamento.

O que significa o fato da Igreja ter que planejar para garantir o seu espaço? Significa que a religião, no mundo contemporâneo, já não é um produto plausível por si; não é uma verdade imutável. A religião já não legitima mais o mundo. Há inclusive um número de estruturas de plausibilidade concorrentes ^{2/}; o que torna difícil a sustentação de uma só exercendo o monopólio exclusivo sobre as outras.

A ciência e dentro dela o planejamento racional podem ser considerados como estruturas de plausibilidade no mundo moderno.

A criação ea concorrência das estruturas de plausibilidade, próprias do pluralismo do mundo moderno, não podem ser entendidas se forem encaradas apenas como fenômeno de consciência; devem ser entendidas no entanto "como processos baseados na infra-estrutura específica estabelecida pela sociedade industrial moderna" ^{3/}.

"Diante de uma realidade planejada artificialmente, a pastoral não pode ser natural e espontânea. Ela precisa ser pensada, dentro da realidade, no mesmo ritmo desta, assumindo aspectos novos que respondam aos dados novos da realidade" ^{4/}.

^{1/} Cf. 1º capítulo p. 24 .

^{2/} Berger, P.- O Dossel Sagrado, p.162.

^{3/} Idem

^{4/} Queiróz, Celso - Planejamento Habitacional e Pastoral; Boletim Informativo ENCONTRO, nº 1 p.8.

Esta era a posição do Conselho de Presbíteros frente ao planejamento habitacional que surgia no final da década de 60 como um fato novo, resultante do processo industrial da região, a ser enfrentado para se garantir a ação da Igreja.

É interessante perceber na citação acima, a necessidade sentida pelos membros do Conselho, de inserção ou mesmo de adaptação da Igreja ao meio visado; o que indica uma modificação no produto da plausibilidade em função da possível demanda do meio.

Uma constatação pode ser feita neste primeiro momento que estamos analisando: As CEBs em Campinas não surgiram de uma maneira improvisada. Elas foram preparadas ao longo do final da década de 60 como uma alternativa para garantir o espaço da Igreja junto a uma realidade social que se diversificava e se ampliava graças ao processo industrial pelo qual passava a cidade de Campinas. Enquanto a população crescia de uma forma assustadora, o crescimento do número de padres era insignificativo em relação ao potencial de demanda.

2.2. Situação de Mercado

Quando se fala em garantir o espaço da Igreja e no caso, junto às Vilas Planejadas que estavam surgindo, pode-se identificar neste contexto uma situação de mercado. Nesta, não é mais possível o monopólio religioso e a submissão da população aos ex-monopólios já não é tão segura. "A tradição religiosa que antigamente podia ser imposta pela autoridade, agora tem que ser colocada no mercado"^{5/}.

Esta situação de mercado é percebida pelo próprio Conselho de Presbíteros que ao analisar o surgimento das vilas e a necessidade de uma ação pastoral junto a elas, fazia a seguinte observação: "Não há possibilidade de contar com o tempo e progressivo interesse dos habitantes para se erguer um local de culto. Não há mesmo possibilidade de se encontrar esse local, pois todo o terreno é ocupado dentro de um plano rígido. E mesmo quando algum terreno for previsto para "local de prática reli-

^{5/} Berger, Peter; op.cit.p.149.

giosa" a quem pertencerá ele? A quem chegar primeiro? E ainda, será justo atribuí-lo a uma determinada igreja se na vila existem confissões religiosas diversas?^{6/}

A situação de mercado, como um fenômeno próprio de uma realidade urbana-industrial, em que se encontrava a Igreja de Campinas no final da década de 60, exigiu uma melhor organização de sua própria ação, inclusive junto às Vilas Planejadas. Poderia também ser esta situação, uma justificativa para as pesquisas feitas no sentido de conhecimento da realidade a ser atingida pela ação pastoral da Igreja na década de 70; pesquisas que serviram também como fundamento para a escolha de prioridades a serem realizadas. Exemplo disto pode ser tanto a pesquisa feita pelo RENOVA^{7/} quanto a pesquisa feita em 75 com a ajuda de agentes de pastoral, atingindo 7 vilas da COHAB e que tinha como um de seus objetivos "um conhecimento mais profundo da realidade sócio-econômica da população residente, em vista de um atendimento maior às pessoas e às suas aspirações, assim como uma melhor atuação pastoral"^{8/}.

O fato das Vilas terem sido escolhidas como "Áreas Experimentais" para a formação de CEBs pode ser visto também como uma característica desta situação de mercado vivida pela Igreja.

2.3. Estratégias Iniciais da Ação da Igreja

Adentrando um pouco mais nesta análise, uma questão se faz necessária. Nesta situação de mercado e de necessidade de planejar a ação da Igreja, como e quem preparou o surgimento das CEBs em Campinas?

É importante lembrar como característica relevante deste Planejamento Pastoral a continuidade da centralização de poder de decisão sobre os rumos a serem tomados pela Igreja em seu contato mais direto com o mundo moderno: permitindo uma maior participação, porém controlada, dos leigos. Desta forma, tiveram

^{6/} Queiróz, Celso, op.cit. p.8.

^{7/} Cf. 1º capítulo p. 32-33.

^{8/} Neves, Luiza da C., e agentes - Tentativa de Identificação da Realidade/Socio-econômico-religiosa em Núcleos Habitacionais, mimeo, Arquivo da Arquidiocese.

papel relevante no momento de gestação das CEBs em Campinas, tanto o Conselho de Presbíteros, quanto as equipes encarregadas de pensar os rumos da Igreja nas Vilas Planejadas, como também as religiosas que aí assumiram o trabalho pastoral e ainda a própria Coordenação da Pastoral nas Vilas Planejadas.

O Poder Público buscou alternativas de acomodação para a população crescente através do planejamento habitacional nas chamadas Vilas Planejadas.

Era necessário pois, criar alternativas que garantissem a presença e ação da Igreja junto a essas Vilas.

O Conselho de Presbíteros como órgão que juntamente com o bispo, "pensa os problemas diocesanos, busca caminhos e encaminha soluções", se preocupou logo em achar alternativas de ação da Igreja junto às Vilas Planejadas.

A alternativa que se buscava se configurou de forma mais elaborada, a partir da reflexão de uma equipe, formada por padres e religiosas, que tiveram como incumbência específica a busca de caminhos para a ação da Igreja junto à nova realidade das Vilas. Na alternativa encontrada para a ação pastoral se percebe uma preocupação, já presente e desejada pelo Conselho de Presbíteros, de planejar e não simplesmente deixar que ela fosse espontânea. O planejamento da ação se torna um pré-requisito para garantir o espaço da Igreja numa realidade também planejada. Neste sentido, são propostos os seguintes passos como estratégia de ação:

- a) Assim que uma vila estivesse sendo planejada, a Igreja deveria se interessar e adquirir uma casa, "igual a todas as outras", que serviria de "ponto de referência da comunidade", "local de primeiras reuniões", e "foco de irradiação do amor testemunhado em termos de disponibilidade". Esta casa serviria também para se firmar "os primeiros laços de contato" entre os habitantes da vila. Assim, deveria ser assumida por uma pequena comunidade religiosa.
- b) Caberia a essas religiosas, inicialmente um trabalho de contato com os futuros moradores das Vi-

las. Nestes contatos seria falado da existência da casa e de sua disponibilidade para "pequenas reuniões, futuros contatos com a Igreja" (catequese, sacramentos, etc...). Além disto, possibilitariam também a constatação, por parte das religiosas, daqueles "futuros moradores das vilas que têm capacidade de liderança e formação cristã". Desta maneira, poderiam formar um pequeno núcleo de cristãos, "semente de Igreja" que poderia crescer, assim que a vila fosse habitada e se desenvolvesse.

- c) Devido a dificuldade de se encontrar padres e leigos com disponibilidade integral para este trabalho pastoral nas Vilas, as religiosas deveriam assumí-lo^{9/}.

Este trabalho preliminar da Igreja junto às vilas foi se desenvolvendo com o próprio surgimento e crescimento das Vilas.

As pequenas comunidades religiosas seriam nas Vilas "focos de missão" que deveriam ser completadas com "a presença hierárquica de um sacerdote na realização da Eucaristia e demais Sacramentos"^{10/}.

No trabalho inicial desses poucos grupos de religiosas nota-se uma dupla preocupação: - primeiramente, tentar fazer um trabalho mais ligado a promoção humana, buscando integrar os moradores à nova realidade habitacional e social que passavam a viver, procurando estabelecer "clima de amizade e conhecimento entre os novos moradores". Concomitante a este tipo de trabalho, era também desenvolvido um outro de caráter religioso, a partir das necessidades surgidas dentro desta nova realidade. Pouco se diferenciou porém, do trabalho já desenvolvido nas paróquias.

2.3.1. A Promoção Humana

O trabalho de promoção humana era feito a partir de

^{9/} In Boletim Informativo ENCONTRO, nº 2. p.18.

^{10/} Idem, p.18.

de visitas às famílias, conhecimento de suas necessidades mais prementes buscando uma solução imediata, se possível, através da doação de alimentos, remédios, roupas, etc...; ou então encaminhando às assistentes sociais da Prefeitura ou da COHAB. Havia uma estreita ligação entre os agentes e as assistentes sociais. Buscava-se também dar um incentivo à participação junto aos conselhos de moradores existentes, criados pelo trabalho das assistentes sociais.

A Secretaria do Bem Estar Social, da Prefeitura, estava à frente dos trabalhos de integração social desenvolvidos junto aos moradores das Vilas. Os agentes acompanhava-os de perto. Os agentes da Vila Costa e Silva fazem o seguinte comentário a este respeito; "A dificuldade desse trabalho é que não nos sentimos preparados para uma atividade maior e também somos mal vistos por uns e incompreendidos por outros que acham que a Igreja não deve estar presente nas coisas deles. A maioria, porém, vem nos solicitar a presença, o apoio, e até mesmo uma orientação discreta".

Quanto às reivindicações os agentes procuravam reforçar as já feitas pelo Conselho de Moradores. Através do trabalho de promoção humana desenvolvido inicialmente pelos agentes junto às Vilas Planejadas, percebe-se a configuração, aos poucos, de uma finalidade social presente também em grande parte das CEBs no Brasil^{11/}.

2.3.2. O Trabalho Religioso

O trabalho religioso acontecia visando a Evangelização e Catequese.

O trabalho nas paróquias, segundo os agentes de Pastoral das Vilas, era mais voltado para a catequese. Nas Vilas, diziam eles, se tentava um caminho diferente: "pela promoção humana e evangelização, estamos tentando chegar a uma catequese e vida litúrgica consciente".

^{11/} Cf. Comunidades: Igreja na Base, Estudos da CNBB-3, p.23.

Além desta diferença salientada pelos agentes, pode-se também destacar que as Vilas constituíam uma realidade nova e nelas os agentes residentes estavam preocupados não só com a sua própria inserção como também com a integração de seus moradores.

O fundamento básico que sustentava a ação das religiosas nas vilas era o desejo de "viver o cristianismo e a consagração religiosa, no meio do povo, a serviço dele para o desenvolvimento da Igreja e do mundo em que vivemos"^{12/}.

Para tanto foram cultivados determinados valores tais como "interesse pela comunidade", "disponibilidade", "espiritualidade" ligada à realidade e principalmente a "fraternidade". Fraternidade esta que, segundo as religiosas da Vila Costa e Silva, "devia ser entre nós, união de pessoas com objetivo comum; esforço de viver unidos para o bem comum, testemunhando a unidade, amizade, serviço e sinceridade. Também aceitamos que a fraternidade está sempre em construção. Nunca é um ideal acabado"^{13/}.

A fraternidade vivida pelas religiosas na vila era algo diferente da fraternidade conventual. "É uma fraternidade em construção, que ainda não tem normas concretas, estruturas ou quadros. Mas uma busca sincera, um desejo de acertar vivendo a fraternidade de Cristo". E nesta maneira nova de viver a fraternidade as religiosas eram bastante procuradas em suas casas, por jovens e adultos que diziam encontrar aí, a "a paz, a orientação, um acolhimento mútuo, e a amizade que necessitavam".

2.3.3. A Comunidade Dirigente

A convivência das religiosas e padres entre si na comunidade deveria ser um modelo a ser seguido na comunidade mais ampla da Vila. Assim exprimiam os padres e freiras das Vilas Costa e Silva e 31 de Março numa de suas reflexões: "Somos sacerdo-

^{12/} In "Revisão do Plano de Pastoral, 1970 - Vila Costa e Silva" - Arquivo da Arquidiocese.

^{13/} In "Revisão do Plano de Pastoral - 1970"- Vila Costa e Silva - Arquivo da Arquidiocese.

tes e religiosas plenamente realizados em nossa vocação cristã, chamados a uma doação maior em benefício dos irmãos. Portanto, o trabalho que pretendemos é consequência da realidade de nosso estado". Mais adiante continuavam eles: "Não podemos nos esquecer que não somos meros habitantes de uma vila. Temos a missão de salvar. Nossos gestos serão salvadores em tantas dimensões quantas o Cristo pedir de nós. Não podemos reduzi-Lo á nossa vontade"^{14/}.

Neste sentido, pode-se afirmar a incorporação pelos agentes, de uma visão de mundo própria da Igreja. Visão que se manifesta pela necessidade de salvação do homem querida por Cristo e assumida pela instituição. Na medida em que os agentes se inserem na Igreja a partir desta visão de mundo, buscam não só conseguir sua própria salvação como também a reordenação do mundo a partir dela.

A salvação para os agentes contudo, não estava circunscrita apenas à vivência religiosa mas, à organização da própria vida. "Para que eles tenham vida...Isto também é salvar", afirmavam eles, referindo-se aos habitantes das Vilas.

No trabalho pastoral os padres e freiras se propunham a mostrar o "Cristo novo do Evangelho", humano e divino. "Quem pensasse só na parte humana não estaria levando o homem a descoberta de sua realidade total. Nosso serviço será ajudar o homem a realizar-se como pessoa humana e filho de Deus".

Os padres e religiosas por se considerarem como "Comunidade dirigente", sentiam a necessidade de um engajamento mais profundo. Afirmavam eles: "nosso papel é mostrar aos outros que a Igreja já existe no local, porque a nossa comunidade já é a Igreja presente". "O corpo de Cristo já está lá. Somos nós. Quem quiser se unir ao Cristo deverá formar conosco o seu corpo. Igreja que reflete atos e palavras do Cristo e exprime um sinal de vida e salvação. Corpo que age para salvar quem quiser ser salvo"^{15/}.

^{14/} In "Reflexão dos Padres e Irmãs das Vilas Planejadas: Costa e Silva e 31 de Março - 1970" - Arquivo da Arquidiocese.

^{15/} In "Reflexão dos Padres e Irmãs das Vilas Planejadas: Costa e Silva e 31 de Março - 1970" - Arquivo da Arquidiocese.

2.4. Campos de Ação Pastoral

Pelo trabalho religioso tentava-se atingir os habitantes de todas as faixas etárias através da contribuição dos leigos nos grupos de batismo, catequese, adolescentes, jovens, casais, senhoras...Vários outros grupos foram criados a partir das necessidades surgidas em cada região. Assim, surgiram grupos de liturgia, de crisma, de visitas aos enfêrmos, de construção do centro comunitário etc...

Num relatório feito pela coordenação provisória de pastoral nas Vilas Planejadas, no início da década de 70, destacase 4 campos de ação diferentes, a saber:

- Pastoral de Massa
- Pastoral de Pequenos Grupos
- Pastoral de Batismo
- Pastoral "Igreja-Mundo"

2.4.1. Pastoral de Massa

Em relação à Pastoral de massa, diz o relatório que pouco foi feito "tanto na ação quanto na reflexão"; com exceção do trabalho desenvolvido durante a Semana Santa nas Vilas Costa e Silva e 31 de Março.

2.4.2. Pastoral de Pequenos Grupos

A Pastoral de Pequenos Grupos foi uma presença marcante nas Vilas Planejadas existentes. O relatório cita alguns grupos "comuns a todas as Vilas", tais como:

- grupos de jovens e adolescentes que eram orientados pelas irmãs, por casais da comunidade e até mesmo por um presbítero.

Estes grupos seguiam as orientações gerais da Pastoral de Juventude da Arquidiocese. Faziam reuniões semanais, encontros mensais, buscando sempre um entrosamento maior com os jovens de várias outras comunidades da Arquidiocese.

- grupos de casais: eram orientados pelas religiosas e por um presbítero. "Alguns grupos têm atribuições específicas, como a preparação de batismo ou o estudo bíblico", outros se encarregavam da criação de grupos de círculos bíblicos.

- grupos de senhoras: eram também orientados pelas irmãs residentes ou então por leigos externos (que moravam fora das vilas). As responsabilidades destes grupos estavam voltadas mais para a "presença junto aos enfêrmos, a assistência às famílias de falecidos e atendimento aos mais necessitados".

Estes grupos de senhoras funcionavam também como clubes de mães e além disto, promoviam bazares beneficentes.

Era uma preocupação forte entre os participantes dos pequenos grupos das Comunidades Cristãs das Vilas Planejadas, a de conseguir um maior entrosamento entre as várias equipes de trabalho pastoral na própria vila. Sentia-se a necessidade de se constituir uma "equipe básica de reflexão e decisão em questões pastorais". "As vilas Castelo Branco, Boa Vista e Costa e Silva iniciam um trabalho neste sentido, abrindo perspectiva para a criação de futuros conselhos de pastoral, responsáveis pela vida cristã de suas comunidades. Esta preocupação foi despertada principalmente pelas reflexões da Revisão Pré-Sinodal".

2.4.3. Pastoral Batismal

No que diz respeito à pastoral batismal deve-se ressaltar que desde o início do trabalho pastoral nas Vilas, a preparação para o batismo foi considerada como um serviço prioritário. Isto porque além de ser o sacramento de iniciação cristã, tentava-se através dele atingir as várias famílias nas Vilas.

Em uma reunião da equipe de coordenação da pastoral nas Vilas com as irmãs da Vila Costa e Silva, em 07/10/71, já se discutia sobre a prioridade da preparação para o batismo. Dizia-se: "a preparação para o batismo deve ser desenvolvida concomitantemente com a formação efetiva de grupos de comunidades de base. Essa infra-estrutura de Igreja é necessária para uma pastoral de batismo radical, que exige grupos, comunidades de base onde os novos batizados possam inserir-se. Para constituir essa infra-

estrutura apresenta-se como exigência a formação de lideranças cristãs locais"16/.

Antes de ser realizado o batizado da criança, havia um curso preparatório direcionado aos pais e padrinhos. Neste curso aprofundava-se a discussão sobre a necessidade da "vivência do compromisso batismal e da integração na comunidade cristã". Isto levou muitos leigos a se interessarem por este serviço e passaram eles mesmos a orientar os encontros preparatórios.

O primeiro encontro dos agentes pastorais (padres, religiosas e leigos) das Vilas Planejadas, realizado em maio de 72, teve como objetivo a reflexão sobre "como ser Igreja nas Vilas Planejadas". Ora, como o batismo é a "maneira de incorporar-se à igreja", a discussão central deste encontro foi sobre este sacramento de iniciação.

Neste primeiro encontro, pode-se perceber que é "a repeito deste sacramento(o batismo) que se verifica a maior unidade de pensamento e ação entre os agentes pastorais das diferentes vilas, o que não significa, no entanto, uma uniformidade no método por eles seguido adaptado às condições de local, horário e outras peculiaridades da situação de Igreja em cada Vila".

Uma das questões frisadas neste encontro foi que as reuniões preparatórias para o batismo são importantes e por isto mesmo "não devem só encher a cabeça dos pais com o conteúdo doutrinário do batismo, dos ritos etc, mas criar amizade entre as famílias da Vila e os cristãos de fato; fazer com que os pais fiquem com vontade de encontrar os cristãos que se reúnem de vez em quando para conhecer Jesus Cristo e seu Evangelho"17/.

Em uma reunião da coordenação da pastoral nas Vilas chegou-se até mesmo a surgir a proposta de adiamento das datas do batizado, "sob algum pretexto", para que assim as reuniões preparatórias pudessem atingir melhor seus objetivos nas Vilas. Isto deveria acontecer quando os agentes sentissem interesse dos casais em formar uma comunidade concreta de Igreja.

16/ In "Relatório de reunião da equipe provisória de Coordenação da Pastoral nas Vilas Planejadas com as irmãs da Vila Costa e Silva - 07/10/71" - Arquivo da Arquidiocese.

17/ In "Primeiro Encontro dos Agentes Pastorais das Vilas Planejadas" - 07/05/72 com 50 pessoas presentes. Arquivo da Arquidiocese.

2.4.4. Pastoral "Igreja-Mundo"

A respeito da Pastoral Igreja-Mundo, o relatório da Coordenação comenta o seguinte: - "Sendo o esforço inicial dos agentes pastorais a formação das Comunidades Cristãs, a reflexão sobre sua presença no mundo de hoje bem como uma atuação direta sobre a realidade social das Vilas, não se encontra ainda suficientemente desenvolvida". Alguns leigos ligados à Pastoral e até mesmo algumas religiosas tinham, no entanto, uma certa participação junto aos Conselhos de Moradores das Vilas, criados a partir do trabalho dos assistentes sociais da Prefeitura ou da COHAB.

2.5. Dificuldades na Ação Pastoral

Sem minimizar as dificuldades encontradas ou mesmo outras formas de ação pastoral, a Coordenação de Pastoral nas Vilas constata que "a opção feita por uma pastoral de pequenos grupos e comunidades de base é a mais válida para a realidade" que se vivia. Dentre as dificuldades encontradas merecem destaque:

- o tamanho de algumas vilas que chegavam a atingir até 1.534 unidades habitacionais;
- a pouca quantidade de agentes disponíveis: 9 religiosas e 4 presbíteros em 1972;
- "a falta de tempo disponível dos agentes moradores das vilas para reuniões e para o exercício de suas responsabilidades pastorais, devido ao horário de trabalho por turnos (nas indústrias) e necessidades de trabalhar em horas extraordinárias".
- alguns líderes leigos, moradores nas Vilas, continuavam "arraigados às estruturas tradicionais de suas paróquias de origem".
- havia nas Vilas, uma complexidade de problemas sociais tais como prostituição, alcoolismo, menor abandono, etc...
- a multiplicidade de seitas nas Vilas, principalmente os Terreiros de Umbanda e Quimbanda.

Muitas destas dificuldades são consideradas pela Coordenação de Pastoral como "inevitáveis no caminho de todos os que optam por um trabalho de mentalização do povo, de mudança de atitudes e tomada de consciência do significado de ser homem e cristão. Outras, porém, poderiam ser diminuídas e mesmo evitadas com um esforço mais intenso de renovação e abertura de toda a Igreja de Campinas e de uma maior disponibilidade de leigos, religiosas e presbíteros para servir as comunidades cristãs recém-formadas e a grande população concentrada nas Vilas Planejadas do BNH"^{18/}.

2.6. Organização e Integração do Trabalho Pastoral

Dentro deste trabalho inicial de algumas religiosas, acompanhado pela assistência de alguns presbíteros, foi-se sentindo a necessidade de uma maior organização e integração não só do trabalho em cada vila, como também entre elas. Assim, foi crescendo a idéia de formação de uma equipe de coordenação da pastoral nas Vilas Planejadas. Esta idéia surgiu a partir das dificuldades encontradas pelos agentes (padres e freiras) que em seu trabalho pastoral "sentiam-se bastante sós, sem entrosamento mútuo e ressentindo a falta de orientações pastorais e apoio por

^{18/} In Boletim Informativo **ENCONTRO**, nºs 22 e 23, p. 27.

O Quadro abaixo nos dá uma visão geral das Vilas Planejadas em Campinas, até 1977.

Vilas	Inauguração	Unidades	População
Vila Rica	1966	485	2.412
Vila Castelo Branco	1967	1.112	5.560
Vila Boa Vista	1968	1.534	7.670
Vila 31 de Março	1969	546	3.276
Vila Costa e Silva	1969	1.531	7.655
Jardim Garcia	1971	1.467	7.335
Orozimbo Maia	1972	268	1.340
Campos Sales	1972	350	1.750
Miguel V. Cury	1972	766	3.830
Perseu L. Barros	1974	323	1.615
Pe. Manuel da Nóbrega	1997	2.004	11.000*
Total		10.386	53.443

(*) população aproximada

parte da Arquidiocese"^{19/}.

Uma equipe provisória composta por 4 padres, 2 religiosas e uma leiga, coordenou o trabalho pastoral junto às Vilas até que se elaborasse o Diretório de Ação Pastoral para estas Vilas, em 72.

Esse Diretório, também elaborado por uma equipe formada por 3 padres, 2 religiosas e 1 leiga, tentou organizar uma linha de pastoral comum a ser desenvolvida nas Vilas Planejadas.

Tal Diretório não parte do nada, mas leva em consideração a realidade nova provocada pelo surgimento das Vilas; a necessidade da presença de Igreja, também de forma nova, nesta realidade diferenciada; e ainda as reflexões já feitas dentro da Arquidiocese, principalmente pelos seus membros de influência diretiva como é o caso do Conselho de Presbíteros. Aliás, este Diretório acabou sendo a maneira mais concreta e direta, até o momento (1972), de atender ao reclamo deste Conselho: "diante de uma realidade planejada artificialmente, a pastoral não pode ser natural e espontânea".

Buscando uma linha de Pastoral Comum, o Diretório apresenta os seguintes objetivos a serem alcançados nas Vilas Planejadas:

- "ajudar os membros da Comunidade Cristã e os habitantes da Vila a descobrirem o seu valor humano e a promovê-lo";
- "ajudar os habitantes da Vila a viverem entre si em comunhão de pessoas, promovendo a formação de grupos humanos que tenham objetivos comuns";
- "ajudar a formação da Igreja local com fisionomia própria, correspondendo às características da vila, de modo que formem comunidades de Igreja como sacramento de comunhão";
- "dedicar-se à tarefa básica da descoberta e formação de lideranças leigas da própria vila que possam assumir responsabilidades pastorais".

^{19/} In "Relatório de reunião da equipe provisória de Coordenação da Pastoral nas Vilas Planejadas" - 13/01/71 - Arquivo da Arquidiocese.

É importante ressaltar aqui a utilização do "verbo chave" colocado na maioria dos objetivos acima relacionados. Embora se demonstre a preocupação com o respeito para com a Igreja local, com fisionomia própria, a predominância do verbo ajudar denota uma competência vinda de fora. Mesmo dentro da tarefa básica a ser empreendida nas Vilas, pelos agentes de pastoral, pode-se perceber o peso existente na polarização entre os termos: "formação de liderança" e "assumir responsabilidade". São dois pólos que se completam na medida mesma em que mantêm a estrutura de Igreja, a qual busca o reforço de seus quadros nos leigos, via religiosas, devido à carência em que ela se encontra em relação à própria formação e reprodução do clero. Daí a necessidade de "formação de liderança". O "assumir responsabilidades" está mais próximo de uma manutenção da organização estrutural da Igreja do que de uma possível transformação em termos de uma efetiva participação na tomada de decisões.

CONCLUSÃO

Neste momento que denominamos de Gestaçãõ, pudemos perceber a preparação do surgimento das CEBs a partir da própria Igreja enquanto instituição religiosa. Instituição que, vivendo num contexto urbano-industrial, vivia também um processo ainda de perda de sua plausibilidade enquanto religião e como tal, se encontrava numa situação de mercado, buscando seu espaço de afirmação e de sobrevivência.

Acrescente-se a este contexto, a crise vivida pela instituição, no sentido de reprodução de seus quadros (clero).

Ora, em função deste contexto a Igreja se preocupou em planejar a sua ação pastoral como uma forma de garantir o seu espaço num mundo de estruturas de plausibilidades concorrentes.

"O Planejamento é um dos recursos do nosso tempo e nós queremos lançar mão dele para as coisas de Deus"^{20/}. O planejamento foi sendo assumido pela Igreja, como um pré-requisito para a ação pastoral.

A utilização do Planejamento pela Igreja, como um elemento da racionalidade do mundo moderno, é um dos indicativos não só de busca de afirmação de sua plausibilidade como também, de sua capacidade surpreendente de adaptação ao meio que ela visa atingir. Capacidade esta já constatada historicamente.

Ao mesmo tempo pois, em que houve uma preocupação dentro da Igreja de planejar sua ação pastoral, houve também uma deficiência no número de seus quadros, frente ao aceleração do crescimento urbano.

O pequeno grupo de religiosas e padres e, posteriormente também os leigos, foram elementos que contribuíram para a garantia de espaço da Igreja nas Vilas Planejadas. Ao mesmo tempo em que garantiram o espaço de ação da Igreja, deram-lhe também sustentação; afinal, a instituição não existe senão pela mediação

^{20/} In 1º Plano de Pastoral da Arquidiocese de Campinas - apresentação de D. Antonio, p.1.

de seus membros e pela aceitação de seus fiéis. E por esta mediação e aceitação a instituição reforça o seu poder e permanece enquanto instituição.

A presença da Igreja junto às Vilas se torna real pela presença e ação das religiosas e padres. Presença que de início, se pautou pelo conhecimento do universo das pessoas, tentando sentir a realidade nova que surgia com as Vilas Planejadas e também pela distribuição do que possuíam. Ora, pelo que pesquisamos, percebe-se que as religiosas e os padres, tiveram muito mais uma ação caritativa que se traduziu pela prestação de serviços imediatos aos problemas surgidos mediante a adaptação dos moradores nas Vilas nascentes, do que uma ação propriamente profética.

Nesta presença inicial da Igreja nas Vilas, por meio de seus agentes, além do trabalho de prestação de serviços na adaptação dos moradores, houve também um início de organização de pequenos grupos, de função propriamente religiosa (grupos de batismo, catequese, crisma, atendimento aos enfermos...) e como tal atendiam aos interesses de conquista e preservação de monopólio da Igreja, ao mesmo tempo em que garantia seu espaço junto às Vilas Planejadas.

3.0 MOMENTO DE AFIRMAÇÃO

3.1. CEBs: Afirmação e Comunidade

A afirmação das CEBs vai se dando na medida mesma em que a própria comunidade vai se fazendo, ou seja, a ação das CEBs não tem como pré-requisito a constituição plena da comunidade como tal. Isto porque a comunidade se afirma na ambiguidade e na contradição presentes nela mesma, na Igreja e na própria sociedade em que está inserida. Um dos elementos indicativos do que afirmamos acima pode ser percebido através do conceito que os membros das CEBs têm delas.

Verificando os "Boletins" escritos por seus representantes, os "Relatórios"^{1/} das reuniões de seus coordenadores, e a partir de observação participante junto às CEBs, pude constatar que **Comunidade** tanto pode ser o local (existem expressões entre os membros das CEBs, tais como: "vou à Comunidade"); como grupo de pessoas ("Somos a comunidade") ou ainda como um modo de vida ("vivemos em Comunidade" - "um novo modo de ser Igreja"). E ainda mais, um modo de vida não definitivo, mas que se define na medida em que vai se fazendo. Isto justifica a utilização, entre os membros das CEBs, do termo "Caminhada" como indicativo do modo de vida que se vive junto às CEBs. Este termo tem um sentido de

^{1/} Estes "Boletins" consistiam numa publicação periódica dirigida aos participantes das CEBs, na qual se divulgavam notícias de seus interesses. Contínham datas e convites de cursos e encontros; assuntos relacionados à participação na Igreja, organização nos bairros, no trabalho e na política. Eram escritos pela coordenação da pastoral das Vilas e Alguns Bairros. O nº 1 foi publicado em 02/04/82. Esses "Boletins" eram conhecidos pela denominação: "Reajustando a Caminhada".

Os "Relatórios" consistiam na descrição, de maneira sucinta, de assuntos e discussões ocorridas durante as reuniões da coordenação da Pastoral das Vilas e Alguns Bairros. Eram dirigidos às comunidades.

Pertenciam a esta coordenação: um coordenador (que normalmente era um padre, com uma exceção apenas, ocorrida em 79 quando o coordenador eleito era um leigo); uma representante das religiosas; um representante dos padres que trabalhavam nas Vilas; e ainda representantes dos setores em que se dividiam as várias comunidades. Estes setores agregavam as CEBs mais próximas entre si. O número de seus representantes era proporcional ao tamanho do setor; não ultrapassando contudo, o nº de 3 representantes. Esta coordenação era eleita em assembléia de representantes das CEBs.

movimento, de algo que se constrói e se faz com a ajuda do outro. Além disso, é uma "caminhada de luta", que implica portanto numa determinada prática.

Para a hierarquia da Igreja a Comunidade também não é algo pré-existente mas necessita ser suscitada, incentivada, e animada. Pode-se perceber isto através dos apelos feitos nesse sentido, pelo bispo, tanto nos Planos quanto em Carta Pastoral.

Comunidade portanto, não tem um sentido unívoco, mas se constitui num movimento que envolve determinadas práticas e com as quais confere uma identidade a seus participantes.

A comunidade não é ainda (algo definido), mas é muito mais uma diretiva, um "signo do futuro" e como tal seus elementos se sentem responsáveis e comprometidos com sua instauração.

3.2. CEBs: Afirmação e Profecia

O chamado momento de afirmação das CEBs em Campinas tem início a partir de meados da década de 70. As CEBs se afirmam a partir de suas características proféticas de "ruptura", "mudança", "crítica" e de "contralegitimidade"^{2/}. Características que da

^{2/} A profecia tem múltiplos sentidos; variando conforme as relações que mantém no campo religioso. Contudo, sua presença é historicamente marcada pela oposição em relação ao instituído. A representação desta oposição se dá tanto pela contraposição entre Igreja x Profecia, quanto pela do sacerdote x profeta. Na tradição cristã "vétero-testamentária" o profeta é um indivíduo que, escolhido por Deus, fala em seu nome e assume pela palavra e pela ação sua incumbência como missão. Para uma visão mais detalhada Cf.: Lapple, Alfred; Bíblia-interpretação atualizada e catequese, vol.2, Ed.Paulinas, 1980, principalmente o cap. II: "O profetismo em Israel". Monloubou, Louis; Os Profetas do Antigo Testamento; Ed.Paulinas, 86. - Leon-Dufour, Xavier; Vocabulário de Teologia Bíblica, 2ª ed., Vozes, 77.

Buscando uma atualização da ação profética, a partir da tradição cristã; caracterizando a missão dos profetas pelo "anúncio" de uma "mensagem de liberdade", e "denúncia" de um sistema injusto e corrupto", temos: Marins, J. Práxis Profética; Ed.Paulinas, 77. p. 46. Para uma discussão sociológica da questão, merecem destaque Weber e Bourdieu. Para este, "a acumulação inicial do capital de poder simbólico" do profeta surge a partir de sua relação com o leigo e não de forma natural como previa Weber. Cf. Bourdieu, P.; "Uma Interpretação da Teoria da Religião de Max Weber" In A Economia das Trocas Simbólicas, Ed.Perspectiva, 82; principalmente p.93. As categorias que utilizamos no corpo deste trabalho são usadas também por Sérgio Miceli ao comentar sobre a luta entre 3 protagonistas do campo religioso: sacerdotes, profetas e leigos. Enquanto os sacerdotes e os profetas "constituem agentes a serviço da sistematização e racionalização da ética religiosa, os leigos são o seu alvo. Nesta luta, "sacerdotes e profetas se colocam em termos de um continuum: de um lado, a tradição, a regularidade, a continuidade, a legitimidade, a domesticação e, de outro, a ruptura, a mudança, a crítica, a contralegitimidade". Cf. "A Força do Sentido" in Bourdieu, P. op.cit.:p.LVIII.

do o momento histórico vivido pela sociedade brasileira, sob os auspícios de um Estado autoritário, seriam possíveis de ter uma certa sustentação devido, principalmente, ao fato de terem surgido no seio da própria Igreja.

Estas características porém, parecem firmar-se mais em relação ao contexto social regido pelo Estado autoritário, do que em relação à própria Igreja enquanto instituição. Isto porque se as CEBs surgiram da própria instituição, podem ter sido um instrumento de sua afirmação em relação a sociedade, em decorrência mesmo da ação do Estado autoritário que começava a atingir também a igreja. Isto pode ser afirmado principalmente se levarmos em consideração a categoria da contralegitimidade, pois, na medida em que as CEBs surgem da própria instituição elas não poderiam, até certo ponto, não aceitar a legitimidade da instituição. Ora, as CEBs, em determinada medida, legitimam a própria instituição.

Estas ressalvas podem ser feitas na medida mesma em que não encontramos fortes elementos de contralegitimidade das CEBs em relação à instituição. Na verdade elas são muito mais proféticas, com as características citadas acima, em relação ao contexto social que em relação à própria instituição. Isto não anula porém, a possibilidade de que, na medida em que tenham uma prática profética em relação ao social, venham ter também, aos poucos, tais características em relação à instituição. Contudo é necessário lembrar que enquanto proféticas em relação ao contexto social, as CEBs são também legitimadas pela instituição, ao passo que em relação à instituição, as CEBs com tais características proféticas, correm o risco de perderem esta legitimidade. Isto porque apesar de seu rompimento com uma forma tradicional, de ser Igreja, elas não romperam com a instituição. Ao mesmo tempo em que elas legitimam, instauram também a ilegitimidade, porque contestam. E o fazem pelo seu modo de ser. Ora, o modo de ser da Igreja tem sido pautado pela legitimação do poder da hierarquia, das funções pré-estabelecidas; as CEBs por outro lado começam a ser uma forma diferente; pelo menos se pretendem democráticas e participativas.

Esta discussão leva-nos a uma constatação de uma aparente contradição: como poderiam as CEBs com tais características proféticas terem surgido no seio de uma instituição que se

tem pautado pela tradição, regularidade, legitimidade e pela continuidade?

A contradição realmente poderia existir, se houvesse uma comprovação e afirmação destas características em relação à própria instituição, contudo, a gravidade desta contradição não estaria na presença das CEBs com tais características dentro da instituição, mas sim na sua permanência. E esta é uma questão não completamente resolvida até o momento. A história poderá nos dar a resposta^{3/}. Nesta pesquisa, teremos elementos que poderão nos ajudar a discutí-la melhor. No momento nos preocupamos em realçar a afirmação das CEBs num período histórico da Igreja de Campinas, e como esta ocorreu, ou seja: com características proféticas.

As CEBs enquanto proféticas, foram portadoras de um discurso e de uma prática "novos" e exemplares que encontraram eco junto as demandas de grupos sociais fora do poder. Tanto do poder religioso, quanto do poder político na sociedade como tal.

Em relação ao poder religioso pode-se identificar a aceitação das CEBs, principalmente junto aos padres mais jovens e às religiosas. Estas, seriam nas Vilas o sinal Igreja; "em outras situações, por exemplo paróquia, a religiosa é auxiliar do sinal, mas aqui na Vila é o próprio sinal". Se se identificar este "sinal Igreja" com o presbítero, o "ser o próprio sinal na Vila" significaria, inclusive, adquirir a posição do presbítero, a qual é reconhecidamente mais elevada do que a da religiosa dentro da Igreja.

3/ Tem-se algumas hipóteses que dizem respeito a esta contradição. Autores tais como Weber e Bourdieu acreditam no poder da instituição em assimilar a ela, o que pode lhe opor (Ex. Igreja x Profeta). Cf. "Gênese e estrutura do Campo Religioso" - "Uma interpretação da Teoria da Religião de M. Weber" In Bourdieu, P.; "A Economia das Trocas Simbólicas", Ed. Perspectiva. Próximo a esta forma de pensar, tem-se Vanilda Paiva que acredita ser esta contradição própria de uma estratégia de instalação da Igreja Moderna no Brasil" - in Igreja e Questão Agrária, Ed. Loyola. Gramsci poderia considerar esta situação como de crise de hegemonia da Igreja; esta utilizaria uma de suas táticas favoritas, ou seja: "Recuperar o movimento canalizando-o para estruturas oficiais, integrando ou eliminando os líderes", in Portelli, H. Gramsci e a Questão Religiosa, Ed. Paulinas, p. 68. Por outro lado temos autores tais como Pablo Richard que acreditando no poder das CEBs sugere: "viver esta contradição com paciência pastoral e inquietude teológica, esperando que o próprio desenvolvimento das CEBs e da Igreja popular leve a novas formas de Igreja institucional, e a novos modelos de Igreja hierárquica". In A Igreja Latino-Americana entre o Temor e a Esperança. Ed. Paulinas.

Em relação ao poder político, pode-se perceber a aceitação das CEBs junto a certos grupos de leigos que pela sua localização geográfica e condição de vida, não possuíam nenhum poder. O discurso e a prática das CEBs os despertam para tal possibilidade.

É interessante perceber neste momento de afirmação das CEBs, o fato de que elas se afirmam não apenas no sentido de ocupar um vazio de participação na sociedade, em função da impossibilidade imposta pelo Estado autoritário, mas elas tentam ocupar este vazio a partir de um dado religioso. Ora, as CEBs são eclesiais, e como tal o religioso é um elemento fundamental. Isto aliás, aumenta muito mais sua força de afirmação na medida em que para os seus membros a participação no contexto social se faz não apenas como necessidade sentida mas como uma "missão" necessária. "Isto propicia um grau de satisfação muito forte e cria toda uma disposição para a luta, uma vez que o valor do sujeito é transferido para algo que o extrapola, para uma "tarefa" que em última instância, emana de Deus"^{4/}. Este processo reforça a concepção das CEBs como proféticas^{5/}.

3.3. CEBs e Teologia da Libertação

Um dos elementos de sustentação do discurso e da prática das CEBs é, sem dúvida, a Teologia da Libertação^{6/}.

^{4/} In Cinira Macedi, Carmen ; Tempo de Gênese; Ed. Brasiliense, p. 149.

^{5/} Cf. Weber, Max; "A Psicologia Social das Religiões Mundiais" In Ensaio de Sociologia, 5ª Ed. Guanabara, p. 320.

^{6/} Para uma melhor compreensão da Teologia da Libertação e suas principais teses, cf. Gutierrez, Gustavo, Teologia da Libertação, Vozes, 79. Um estudo comparativo entre as teologias européias e latino-americanas, priorizando a Teologia da Libertação, pode ser encontrado em Richard, P.; "Teologia da Libertação Latino-Americana: uma contribuição crítica à teologia européia" . In A Igreja Latino-Americana entre o Poder e a Esperança, Ed. Paulinas, 82, p. 13. Um histórico desta teologia pode ser encontrado, em meio a elementos que a fundamentam e justificam, tanto em Santos, Beni dos; "Teologia e suas funções" in A Nova Emergência da Reflexão Teológica; Ed. Paulinas, 86 p. 7; ou então "Teologia da Libertação": o grito articulado do oprimido" in Boff, L.; O caminhar da Igreja com os Oprimidos; Codecri, 81, p. 181; ou ainda do mesmo autor, E a Igreja se fez Povo, Vozes, 86. Citamos aqui apenas alguns autores representativos que nos possibilitam uma visão geral sobre a Teologia da Libertação. Clodovis Boff, Henrique Dussel e Hugo Assman são também imprescindíveis em suas contribuições.

Teologia esta que surge como um momento segundo, das chamadas práticas libertadoras na América Latina. Práticas que são reelaboradas e sistematizadas por intelectuais que talvez pudéssemos chamar de "teólogos orgânicos" (numa alusão aos intelectuais orgânicos de Gramsci)^{7/}.

Tendo surgido no final da década de sessenta (68) a Teologia da Libertação, assume também aspectos da interpretação da América Latina feita pela teoria da dependência.

Segundo Leonardo Boff, a Teologia da Libertação é feita a partir de um lugar social: "junto com os pobres, assumindo sua causa e partilhando suas lutas". Pobres que "em grande parte cristãos, irrompem; animados pela fé, esclarecida nos círculos bíblicos e vivida em **Comunidades Eclesiais de Base** ou em pequenos grupos de reflexão e ação, se organizam, não aceitam morrer antes do tempo e lutam por alternativas que atendam melhor suas necessidades básicas e lhes proporcionem uma vida minimamente digna"^{8/}.

As CEBs encontram pois, na Teologia da Libertação, uma explicação ou mesmo, uma fundamentação para sua própria vivência; e ao mesmo tempo contribuem para o avanço desta teologia.

Ora, se tomamos as CEBs que se afirmam por suas características proféticas, a teologia que lhes dá sustentação, correrá o risco de, frente à instituição, ser considerada como herética. E o seu destino está de certa forma vinculado ao destino das CEBs^{9/}. O que se percebe contudo, até o momento, em relação à Teologia da Libertação, é uma atitude de tolerância um tanto quanto ambígua por parte da instituição. Isto porque ao mesmo tempo em que não há uma condenação explícita desta teologia, um dos seus ideólogos, dos mais representativos como é o caso de Fr. Leonardo Boff, é condenado por tempo indeterminado ao "silêncio obsequioso". Condenação esta que se sustenta na medida em que é fundamentada no apelo à tradição, na manutenção de sua unidade como Igreja e na preservação de seu objetivo último de difusão da fé.

^{7/} Cf. Gramsci, A., Os Intelectuais e a Organização da Cultura; Ed. Civilização Brasileira, 3ª ed. 1979.

^{8/} In Boff, L.; E a Igreja se fez Povo; Ed. Vozes, 2ª ed. 1986, p. 21-(grifo nosso)- SIC.

^{9/} Sobre a questão da heresia, Cf. Portelli, H.; Gramsci e a Questão Religiosa, Ed. Paulinas, 1984, p. 72.

3.4. CEBs: Poder e Hegemonia

O momento de afirmação das CEBs em Campinas pode ser constatado de maneira mais adequada, a partir de dois pontos complementares:

- A afirmação "Intra-Igreja", percebida principalmente através da crescente presença das CEBs nos Planos de Pastoral da Igreja de Campinas; e
- A afirmação "Extra-Igreja", constatada através da significativa presença das CEBs junto aos movimentos populares, sindicais e mesmo partidos políticos da região.

3.4.1. A Afirmação "Intra-Igreja"

A presença da CEBs nos Planos de Pastoral da Arquidiocese, pode ser constatada desde o Primeiro Plano em 75, até o 3º Plano, cuja vigência vai até 84. Elas estiveram presentes nestes Planos através dos programas estabelecidos para serem cumpridos e também, nos objetivos a serem alcançados depois de decididos em assembléias representativas da Arquidiocese.

Esta presença marcante das CEBs nos Planos de Pastoral, seria um indicativo de sua força na Igreja de Campinas? Um sinal de sua hegemonia? De onde provém esta força? Até onde esta hegemonia (se houver) se sustenta?

Os Planos de Pastoral da Arquidiocese se caracterizam pelo esforço de organicidade e pela busca de uma ação pastoral comum, organizada em torno de determinados objetivos-metas, que norteavam esta ação pastoral.

Ora, uma ação pastoral comum, dentro de uma realidade diversificada de uma sociedade dividida em classes sociais, é de difícil sustentação. Dependerá da articulação e organização das forças internas da própria Igreja. Forças estas que não são exclusivamente simbólicas mas possuem também um peso considerável da própria condição de classe dos elementos que as compõem^{10/}.

^{10/} Cf. Projeto de Pesquisa: "Comunidades Eclesiais de Base na Região de Campinas: Pastoral, Pedagogia e Política". p. 11.

Portanto, o que pode ser apresentado como "comum" a todos, poderá ser na verdade o resultado da organização e mobilização de determinadas forças internas; as quais adquirem poder não só pela posição que ocupam na estrutura propriamente religiosa como também pela força dos grupos que mobilizam.

Desta forma, pode-se entender melhor o fato de que apesar do 3º Plano possuir objetivo e prioridades bastante inovadores, e de ter sido renovado por mais 2 anos, pouco se conseguiu realizar, no entanto, de suas prioridades, em termos de Arquidiocese.

O 3º Plano estava muito mais próximo dos interesses da Pastoral das Vilas Planejadas e Alguns Bairros, do que das várias Vigararias da Arquidiocese. Embora seu objetivo e prioridades tivessem sido discutidos em Mini-Assembléias e aprovados na Assembléia Arquidiocesana de 79, seus resultados concretos não foram os planejados.

A aprovação do 3º Plano de Pastoral, sem dúvida, estava ligada à capacidade de organização e mobilização das CEBs contudo, a efetivação deste Plano em nível de Arquidiocese, estava além desta capacidade na medida em que demandava o empenho de todas as forças presentes na Arquidiocese.

Ora, já salientamos acima, a influência na conjunção de forças, da condição de classe a que pertencem os membros de uma igreja. Se considerarmos que "os interesses religiosos (...) têm por princípio a necessidade de justificar a existência de uma dada posição social, eles são diretamente determinados pela situação social. Logo, a mensagem religiosa mais capaz de satisfazer a demanda religiosa de um grupo e, portanto, de exercer sobre ele sua ação propriamente simbólica de mobilização, é aquela que lhe fornece um (quase) sistema de justificativas de existir enquanto ocupante de uma posição social determinada"^{11/}.

Neste sentido cabe perguntar: até que ponto prioridades pastorais tais como;

- a) Comunidades Eclesiais de Base,
- b) Mundo do Trabalho,

^{11/} In Bourdieu, P.; "Uma Interpretação da Teoria da Religião de Max Weber." op.cit. p. 86.

c) Educação para a justiça e socialização dos bens da Igreja,

d) Apoio aos Movimentos Populares;

ou mesmo, o **Objetivo Geral**: "Unir todas as forças evangelizadoras - humanas e materiais - da Igreja, em vista da organização do POVO, para a sua libertação, nos planos econômico, político e religioso, atualizando e concretizando a missão de Jesus Cristo"^{12/}; atendem aos interesses de todas as forças no interior da Igreja? Parece-nos que o imobilismo e o interesse de preservação da estrutura institucional aliados aos interesses de classes dominantes no contexto social, presentes também na Igreja, exerceram maior força em sentido contrário à efetivação concreta do 3º Plano de Pastoral. Isto teria ocorrido em decorrência da própria lógica do poder.

É oportuno lembrar aqui, que o esforço de organicidade na pastoral não é específico da Igreja particular de Campinas, faz parte de um contexto organizacional de toda Igreja no continente Latino-Americano, a partir de sugestões vindas desde João XXIII e Paulo VI assumidas pelos bispos brasileiros através dos Planos de Emergência e de Pastoral de Conjunto; passando assim a constituir uma prática comum a toda Igreja brasileira^{13/}. Os Planos de Pastoral da Arquidiocese estiveram sempre de acordo com os Planos de Pastoral tanto da CNBB, quanto do Regional Sul I (um dos Secretariados de Ação Pastoral, em que se divide a CNBB. Compreende o Estado de São Paulo).

Analisando os Planos de Pastoral da Arquidiocese, é inegável tanto a força quanto a hegemonia das CEBs, num movimento crescente do 1º até o 3º Plano. Contudo, resta saber sobre a origem desta força e até onde esta hegemonia se sustenta, ou mais ainda, a hegemonia apresentada nos Planos de Pastoral é real ou estava apenas neles?

^{12/} In 3º Plano de Pastoral da Arquidiocese de Campinas, p. 5.

^{13/} Cf. com mais detalhes: Queiroga, Gervásio F.; CNBB - Comunhão e Responsabilidade; Ed. Paulinas, 1977; cap. XIII a XV.

3.4.1.1. CEBs e a Instituição

E aqui, me parece ser um elemento de importante contribuição para as respostas das questões levantadas acima, a verificação sobre a presença da hierarquia junto as CEBs. Para tanto, a Igreja pode ser analisada como uma instância dentro do campo simbólico, cuja autonomia relativa deriva, em grande parte, "de seu peso e eficácia na tarefa de dominação bem como das determinações singulares que provoca a existência de agentes treinados e ordenados segundo uma hierarquia interna de posições capaz de dar conta de suas disposições, práticas e discursos"^{14/}.

A Igreja de Campinas, no final da década de 60 e início da década de 70, mesmo com dificuldades de manutenção e reprodução de seus quadros (clero) pode ainda ser considerada, devido a suas características, como uma "instituição cotidiana", conforme denominação de Weber^{15/}.

"Competências de função estritamente delimitadas e hierarquicamente ordenadas, série de instâncias, regulamentos, emolumentos, benefícios, ordem disciplinar racionalização da doutrina e da atividade de função"^{16/}, são características das "instituições cotidianas".

Parece ser um tanto quanto contraditório fazer tal afirmação (A Igreja como "instituição cotidiana") na medida em que, como nós mesmos constatamos no 1º capítulo^{17/}, não só em termos de Campinas mas em todo o continente Latino-Americano, a partir da década de 60, uma Igreja que se renova a partir do planejamento de sua ação pastoral, começa a marcar sua presença aqui. Ora, a contradição não está na afirmação feita, mas na própria presença desta Igreja renovada que conserva em si características de uma "instituição cotidiana", vale dizer, conservadora.

^{14/} Miceli, Sérgio; "Introdução à Força do Sentido", in Bourdieu, P.; A Economia das Trocas Simbólicas"; p. LIII.

^{15/} In Bourdieu, P.; "Uma Interpretação da Teoria da Religião de Max Weber" op.cit. p. 96.

^{16/} idem p. 96.

^{17/} Cf. 1º Capítulo p.17. Alguns autores, dentre os quais está Carmem Cinira M. denominam a igreja neste período de mudanças, de "Igreja Renovada", Cf. da autora, op.cit. p. 37.

3.4.1.2. CEBs e Hierarquia

A presença da hierarquia e de sua tradicional força na organização e sustentação da Igreja como instituição, apareceu nas CEBs de uma maneira discreta, porém, ao mesmo tempo de forma firme.

Discreta, pois mesmo com o crescimento e participação das CEBs junto aos movimentos sociais, a hierarquia da Igreja poderia não estar presente, mas sua firmeza foi uma constante no sentido de ter colocado limites tanto nesta participação, quanto na participação interna à própria instituição.

Isto pode ser percebido desde o momento que constatamos como sendo de Geração das CEBs, a partir do Conselho de Presbíteros que se propôs a tarefa de busca de caminhos novos para a ação da Igreja junto à realidade nova que começava a ser presença na cidade, devido ao aumento acelerado de sua população, através das Vilas Planejadas.

A partir do Conselho de Presbíteros e de sua preocupação em garantir o espaço da Igreja junto as Vilas Planejadas, desenvolveu-se um processo de busca de alternativas que culminou com a decisão de tornar as Vilas Planejadas "áreas experimentais" de pastoral para a formação de CEBs.

Todas as comissões que foram constituídas para refletir, tanto as alternativas de ação pastoral, como sobre a forma de encaminhamento desta ação, estabelecendo inclusive as normas diretivas desta ação, eram constituídas de um número preponderante de padres e religiosas. Estas últimas foram também as escolhidas para serem o "sinal Igreja" nas Vilas; sendo sua ação completada com "a presença hierárquica de um sacerdote na realização da eucaristia e demais sacramentos".

Tanto a equipe provisória como a equipe de coordenação pastoral das Vilas Planejadas, tinham à sua frente um coordenador presbítero e também em sua constituição uma significativa presença de outros padres e religiosas. Quando em 79, o coordenador eleito para a Pastoral das Vilas Planejadas e Alguns Bairros era um leigo, o bispo nomeou logo um representante seu junto a esta coordenação. Um presbítero cuja função não foi explicitada pa

ra a coordenação da pastoral nas Vilas e por isto mesmo percebida como uma "intervenção" do próprio bispo na organização das CEBs.

O "Diretório Pastoral nas Vilas do BNH"^{18/} complementa nosso raciocínio quando, ao estabelecer as normas em relação à coordenação da Pastoral das Vilas, coloca 3 instâncias fundamentais:

- a Assembléia Geral,
- a Equipe de coordenação e assessoramento,
- e a Equipe Técnica.

Sobre a Assembléia Geral é importante uma citação completa a respeito do que é estabelecido no diretório, para que assim se perceba sua autonomia relativa, na medida em que a posição central de decisão recai sempre sobre o arcebispo metropolitano. Vejamos:

- "A Assembléia Geral é constituída por todos os agentes pastorais, residentes ou não nas Vilas".
- "Esta Assembléia reunir-se-á de acordo com o planejamento pastoral das próprias Vilas, para tratar de assuntos de interesse comum, para planejar encontros, cursos e demais medidas julgadas necessárias pelos participantes".
- "As decisões tomadas pela Assembléia Geral serão apresentadas à apreciação do arcebispo metropolitano".
- "Caberá à Assembléia Geral indicar três (3) candidatos à função de coordenador da pastoral das Vilas, entre os quais o arcebispo escolherá um".
- "A Assembléia Geral será sempre convocada pelo coordenador da pastoral das Vilas, nomeado pelo Sr. arcebispo"^{19/}

^{18/} Este "Diretório" foi escrito em 72 por uma equipe constituída de 3 padres, 2 religiosas e 1 leigo que desenvolviam um trabalho inicial de Pastoral nas Vilas. Continha os objetivos gerais; os critérios de escolha de agentes para o trabalho pastoral; estratégias de trabalho e de organização do mesmo. Buscava também uma linha de pastoral comum para as Vilas.

^{19/} In "Diretório Pastoral nas Vilas do BNH" - p. 4; Arquivo da Arquidiocese.

O arcebispo continua em sua posição central, não só mediante a escolha do coordenador e na apreciação das decisões, como também na aprovação dos demais membros da equipe de serviço e assessoramento escolhidos pelo coordenador.

Por ocasião da decisão das prioridades para a ação pastoral da Igreja de Campinas que iriam constar do 1º Plano de Pastoral, houve uma interferência do bispo, no sentido de aguardar a decisão das prioridades, em âmbito nacional, pela CNBB. Só depois disto é que as prioridades, em nível arquidiocesano, foram decididas. Com isto, as CEBs, que constavam em 7º lugar entre as propostas de prioridades da Arquidiocese para o 1º Plano, passam a constar entre os quatro programas prioritários a serem desenvolvidos durante a vigência deste mesmo Plano na Arquidiocese. A CNBB havia dado prioridade para as CEBs a nível nacional e isto influenciou na decisão dos membros da Igreja de Campinas^{20/}.

Em 78 foi publicada uma Carta Pastoral, comemorando os 70 anos de criação da Diocese de Campinas. Nela o bispo além de justificar o governo hierárquico da Igreja, exercido por ele, como um "direito divino", afirma que "é pela coordenação e unidade que se caminha para a vivência concreta dos objetivos da Igreja, dos objetivos evangélicos"^{21/}.

A participação de todos no serviço da Igreja é importante, reconhece o bispo, contudo, não se pode "desconhecer a função de governo que compete ao animador da unidade, o bispo..."

Ao se referir às CEBs, o bispo nesta Carta Pastoral, conclama os agentes e presbíteros para que as despertem e as animem. Este apelo é feito, após ter destacado "a recomendação da Igreja", as "experiências feitas" e as "conclusões de premissas sólidas", como elementos fundamentais para se lançar na caminhada "sem aventuras", mas com "certezas possíveis".

As CEBs deveriam ser despertadas e animadas por serem elas um novo modelo descoberto pela Igreja, na medida em que "a paróquia não satisfaz mais as exigências do cristão de hoje"^{22/}.

^{20/} Cf. 1º capítulo, p.35-36.

^{21/} In Carta Pastoral de D.Gilberto Pereira Lopes, 78,p.2, (grifo nosso).

^{22/} Idem, p. 28.

Algumas objeções, segundo o bispo, são feitas em relação às CEBs tais como:

- a autonomia da Igreja;
- esvaziamento das paróquias;
- um conteúdo doutrinário que apregoa o nivelamento de funções;
- as CEBs buscam uma libertação puramente social e econômica;
- utilizam a análise marxista como instrumento de análise da realidade social, introduzindo na Igreja a luta de classes, com todas as suas consequências.

Todavia, "estas e outras objeções, que se fazem, não atingem as nossas CEBs. Elas se desejam vinculadas profundamente à Igreja, acatando com alegre docilidade tudo aquilo que ensina o Magistério Eclesiástico". Com tal afirmação, o bispo parece projetar nas CEBs um imaginário representativo que garante a legitimidade da estrutura hierárquica da Igreja.

Esta legitimidade para as CEBs contudo, não se dava pura e simplesmente através da presença do sacerdote e seu "carisma de função" mas na medida em que, no confronto com a realidade social em que estavam inseridas, buscavam respostas concretas e assim crescia a consciência política de seus membros, começavam a também exigir dos sacerdotes um posicionamento de luta, junto à luta delas. Este passou a ser um critério de legitimidade do trabalho do presbitério junto às CEBs.

Sabemos contudo, que o presbítero dentro da constituição hierárquica da Igreja, corre o risco muitas vezes de ficar entre os anseios dos fiéis e o "instinto" de preservação da própria instituição. Neste sentido, é importante lembrar um último aspecto da presença da hierarquia e de sua tradicional força junto às CEBs: trata-se do fato de que no momento em que as CEBs pareciam tomar corpo e força própria, dentro da ação pastoral da Igreja de Campinas o bispo irá novamente interferir, chegando mesmo a destituir a coordenação da Pastoral das Vilas Planejadas e Alguns Bairros e iniciar um processo gradativo de paroquialização das CEBs. Com isto, pode-se afirmar que a força que lhes foi atribuída esteve muito mais na própria instituição que as criou

e incentivou, que nelas mesmas.

3.4.1.3. CEBs e Participação do Leigo

Interessante ressaltar que, sendo a participação do leigo uma das características marcantes da chamada "Igreja da Pastoral Planejada", os passos dados neste sentido foram bastante tímidos, em se tratando da participação interna à Igreja, principalmente no que diz respeito às decisões. O incentivo para a participação no contexto social, inclusive em termos de decisões, foi e continua sendo bem maior.

Apesar do incentivo à participação do leigo, a presença e tutela do sacerdote como representante da hierarquia e em consequência, da instituição, tem sido marcante. "Toda a confiança que depositamos no leigo será frustrada sem a orientação renovada e libertadora que virá por meio dos presbíteros"^{23/}.

Sendo as CEBs um elemento original dentro da chamada Igreja da Pastoral Planejada, elas não serão a exceção do comentado acima, ou seja, o incentivo à sua participação no contexto político-social será bem mais amplo, principalmente no que diz respeito à participação do leigo como cidadão. Porém, em se tratando da participação interna, as CEBs possuem um "nível próprio" na medida em que a Igreja se legitima também por sua hierarquia, cujo poder é resguardado por sua fonte divina.

As CEBs, como "primeiro e fundamental núcleo eclesial deve, no seu próprio nível, responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também do culto que é sua expressão"^{24/}.

3.4.1.4. CEBs: Poder, Participação e Organização Social

A presença da hierarquia junto às CEBs foi crescendo proporcionalmente ao crescimento e participação destas junto às

^{23/} In Carta Pastoral de D.Gilberto Pereira Lopes, 1978, p.25.

^{24/} Idem, p. 27 (grifo nosso).

reivindicações organizadas nas Vilas e Alguns Bairros; junto ao esforço de organização e sindicalização dos trabalhadores e também à discussão e tentativa de articulação propriamente política e partidária, que tiveram oportunidade de se desenvolver com o surgimento dos novos partidos na sociedade brasileira a partir de 79.

Uma questão poderia surgir aqui: se a presença e tutela da hierarquia eram tão marcantes nas CEBs, como elas puderam ter um envolvimento e participação na organização de determinadas reivindicações, na organização sindical e política?^{25/}

Um primeiro elemento pode ser buscado em Gramsci quando ao discutir sobre a eficácia do restabelecimento da ordem ideológica por parte da Igreja, ressalta o contato permanente dos intelectuais religiosos com o povo, e acrescenta: "no meio destes intelectuais encarregados de difundir a ideologia oficial entre as classes populares, existe sempre a tendência a se solidarizar mais com as massas do que com a hierarquia eclesiástica"^{26/}.

Por outro lado, é necessário dar destaque também à própria situação política-econômica da sociedade brasileira durante a década de 70. Sociedade esta, marcada pela presença de um Estado autoritário cujas leis de exceção buscavam um "desenvolvimento com segurança" impedindo qualquer forma de organização e manifestação da sociedade civil. Politicamente a Igreja se tornou como que um grande "guarda-chuva", dando abrigo a várias forças sociais que impedidas de ação, pelo poder do Estado autoritário instaurado em 64, tentavam agir sob a proteção da Igreja. Neste sentido ela teria sido uma força importante na organização

^{25/} Roberto Romano em sua obra: Brasil: Igreja contra Estado, relata a aproximação da Igreja com o povo, no sentido de colocar este como uma continuidade daquela em sua luta contra o Estado. Desta forma, o "Estado deveria precaver-se e evitar ao máximo opor-se a ela: isto abriria o fosso a separá-lo da nação". CF. deste autor: "Comunidades de Base", op.cit. p. 183.

^{26/} In Portelli, H.; Gramsci e a questão religiosa; Ed. Paulinas, p. 69.

da sociedade civil^{27/}.

E esta Igreja, principalmente a partir do momento em que há o envolvimento de seus membros (padres e freiras) nas gar- ras da repressão, começa a defender com mais força e explicita- mente a questão dos Direitos Humanos e do Estado de Direito. Isto pode ser percebido através da ação de alguns bispos e prin- cipalmente através dos documentos oficiais da própria CNBB. Docu- mentos estes, que muitas vezes foram elaborados com a presença dos bispos brasileiros no próprio território da Arquidiocese de Campinas, em Itaici. Fato que possibilitou o contato direto, prin- cipalmente entre as CEBs da região e os vários membros da hierar- quia, de posições mais progressistas e de influência na elabora- ção destes documentos. Não só por isto, como também pela necessi- dade de manutenção da unidade da Igreja, estes documentos e estes contatos, influenciaram na Igreja de Campinas.

A defesa dos Direitos Humanos e do Estado de Direito feita pela Igreja, apesar de tudo, esteve muito mais próxima de uma preservação da própria instituição que de um apoio irres- trito à organização da sociedade civil.

3.4.2. Afirmação "Extra-Igreja"

As CEBs marcaram presença também junto a movimentos po- pulares, sindicais e políticos da região, de forma a se afir- marem extra-Igreja.

As CEBs, por sua própria localização geográfica, ou seja, nas Vilas Planejadas e bairros da periferia onde havia ca- rência de necessidades básicas (como: água, luz, esgoto, asfalto, saúde, creche, lazer....), não tiveram grandes dificuldades em

^{27/} Cf. Ferreira de Camargo, Cândido P.; "Comunidades Eclesiais de Base" in São Paulo: O Povo em Movimento, Vozes e CEBRAP, p.59. Em nosso trabalho - adotamos o conceito de "sociedade civil" de Gramsci "O que se pode chamar de sociedade civil (reúne) o conjunto dos organismos vulgarmente ditos "privados" e corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exer- ce em toda a sociedade". Gramsci opõe à sociedade civil a sociedade políti- ca (o Estado no sentido estrito do termo), da qual ela constitui a "base", o "conteúdo ético". Cf. Portelli, Hugues, Gramsci e o Bloco Histórico, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977, p. 20. Cf. também: Gramsci, A.; Os intelectuais e a organização da cultura, Rio de Janeiro, Ed. Civiliza- ção Brasileira, 1979, principalmente o 1º capítulo.

em participar e mesmo em organizar, na região, movimentos populares ou então contribuir na reflexão sobre a importância do sindicato e partidos políticos, bem como a necessidade da participação junto a eles.

A grande maioria das vilas e bairros onde as CEBs estavam presentes, localizava-se no lado oeste da cidade, seguindo a Via Anhanguera, região de um razoável contingente de indústrias, onde inclusive, se implantariam mais tarde os distritos industriais. O lado leste da cidade permanecia habitado pelas classes médias e alta, onde também se encontravam em maior número, as praças, as áreas de lazer, clubes, igrejas, escolas particulares, etc...

Mesmo estando localizadas nestas áreas, isto só, não seria o suficiente para que o processo de reflexão e participação surgisse, como que espontaneamente. Este processo surgiu das necessidades presentes e da busca de soluções para elas. Neste sentido, os agentes de pastoral tiveram um papel fundamental de suscitar a discussão em torno das necessidades, e de forma organizada, buscar as possíveis soluções. Isto constitui um fato não só político como também pedagógico em sua forma de encaminhamento.

3.4.2.1. CEBs e Movimento Reivindicatório

Em 76, por iniciativa da Coordenação das Vilas Planejadas foi criado o Conselho de Pastoral Intervilas, com a participação de 2 representantes do Conselho de Pastoral de cada comunidade.

Seu objetivo era "estabelecer uma maior comunicação entre as diversas comunidades".

Relatando o início das atividades desse Conselho Intervilas, Nelly, uma agente de pastoral (leiga) da Vila Campos Sales, diz o seguinte: "Esse CPIV promoveu em 31 de outubro deste mesmo ano (76) um encontro de todos os Conselhos de Pastoral, para refletirem sobre A Ação Política das Vilas Planejadas, e os problemas que as famílias encontram. Para apresentar estes problemas cada Vila refletiu antes em suas comunidades, os seus

maiores problemas e apresentou no dia com teatros, jograis, jornal falado. A nossa comunidade fez em forma de teatro representando a situação financeira e conseqüente disso a falta de diálogo. Foi muito bem apresentado, muito real e os 'artistas' se saíram muito bem"28/.

Em 77, o Conselho de Pastoral Intervilas, conforme programação constante no 2º Plano de Pastoral da Arquidiocese, desencadeou um movimento reivindicatório em torno da falta do leite e do ônibus.

O início deste movimento, como relata Nelly, foi a partir da "conscientização do problema através de reuniões, folhetos explicativos de casa em casa, reflexões nos círculos bíblicos" . (sic)

Sem dúvida este movimento reivindicatório organizado a partir das Vilas Planejadas, foi importante marco para o desencadeamento de outros movimentos, mais organizados no final da década de 70, tais como a Assembléia do Povo. Foi também, o início, de forma mais organizada, da concretização efetiva das características proféticas das CEBs a nível do social.

Tendo em mãos um dos folhetos explicativos deste movimento de reivindicação pude constatar a presença significativa de desenhos caricaturais sobre a situação dos moradores das Vilas frente à necessidade de leite e de ônibus; perguntas sobre os motivos da falta deles para os habitantes das vilas, e não para todos na sociedade; informações, principalmente no caso do leite, sobre o grau de necessidade de seu consumo, etc...Um elemento importante a ser destacado neste folheto é a presença também de citações bíblicas estrategicamente colocadas, numa coerência que procura dar sentido ao texto.29/

No início do texto pode-se ler o seguinte: "O Senhor fará grandes coisas conosco" (SL 125) porque deu inteligência ao homem para a solução dos seus problemas. "Clama em alta voz sem

28/ T.Jorge, Nelly: "Vida da Comunidade Cristã Vila Campos Sales", mimeo-p. 7 - SIC - (grifo da autora).

29/ Cf. folheto em anexo, p. 182

constrangimento, faz soar sua voz como a corneta, denuncia meu povo suas faltas". (Is. 58,1).

No meio do texto, lê-se: "Eu vi a aflição do meu povo e ouvi os seus clamores por causa dos seus opressores, sim, Eu conheço seus sofrimentos...e por isso Eu os levo para uma terra fértil e espaçosa, onde corre leite e mel". (Ex. 3,7-8)

Finalmente outra frase aparece, terminando o texto: "Eu vim para que todos tenham vida, e vida plenamente".(Jo.10,10)

Estas frases não só incentivam a participação dos moradores mas, por serem retiradas da Bíblia, legitimam a ação reivindicatória como algo querido por Deus, portanto, sagrado.

Em termos de movimentos reivindicatórios, as CEBs em Campinas, na década de 70, tiveram uma participação significativa no sentido de organizar e mesmo sustentar estes movimentos através não só de assessoria, como também de mobilização da população das vilas e periferia da cidade. Esta mobilização da periferia, a partir da Pastoral, se deveu principalmente ao fato de que em 78 os bairros periféricos de algumas regiões de Campinas, passaram a fazer parte também da Pastoral das Vilas.

Esta inclusão dos bairros da periferia na Pastoral das Vilas estava ligada ao aumento da consciência política dos agentes, em meio ao trabalho pastoral. Isto devido principalmente às discussões feitas por eles em suas reuniões e cursos de aperfeiçoamento. E aqui é importante lembrar que o número de agentes leigos crescia aos poucos.

Sobre o 1º curso de agentes, realizado em Vinhedo (janeiro de 78), é feito o seguinte comentário: "a discussão do conceito de povo e a análise sociológica e econômica do sistema capitalista começou a aclarar algumas de nossas dificuldades no trabalho pastoral"; e ainda, justificando a inclusão dos bairros na Pastoral das Vilas, diziam os agentes"... o trabalho pastoral deve ser unido porque a vida (problemas como: transporte coletivo; salarial; individualismo; desunião; etc...) da maioria dos moradores das vilas e periferias é a mesma. O fato de morarem em bairros cuja estrutura urbana é diferente não justifica a separação do trabalho pastoral...o que justifica a união ou desunião do trabalho é a realidade concreta, a vida destes

moradores"^{30/}.

O Conselho de Pastoral Intervilas foi suspenso em outubro de 79, por ter sido considerado por seus próprios membros como "sem função", na medida em que "as reivindicações foram assumidas pela Assembléia do Povo e pelo Movimento do Custo de Vida".

3.4.2.1.1. CEBs e a "Assembléia do Povo"

A presença das CEBs junto aos movimentos populares se deu de maneira mais marcante junto à chamada Assembléia do Povo, nome dado ao movimento de organização popular da periferia de Campinas (Vilas, Bairros, Favelas, Loteamentos Clandestinos), de caráter reivindicatório em torno de suas necessidades fundamentais tais como: saúde, educação, transporte, asfalto, água, luz, esgoto, terra, moradia...

A Assembléia do Povo foi articulada a partir de 79. Teve o seu auge no início da década de 80, quando conseguia reunir em frente à prefeitura um número aproximado de 6.000 pessoas, para entregar ao prefeito suas reivindicações. Era, como o próprio nome indica, uma "Assembléia do Povo" onde a participação expressiva da população da periferia e a combatividade coloquial de seus representantes, legitimados pela prática junto ao seu ambiente de moradia, serviram como pressão ao poder público, no sentido de serem atendidas as suas reivindicações básicas.

A capacidade de mobilização presente na Assembléia do Povo, graças a imediatividade e concretude de suas reivindicações, possibilitou-lhe um reconhecimento político significativo frente ao poder público em seu relacionamento com a periferia.

Inicialmente a Assembléia do Povo, atingia grande parte da periferia da cidade, contudo, logo em seguida passou a ser caracterizada como um movimento tipicamente de favelados, os quais passaram a utilizar a estratégia de formação de "associações de favelados" (legalmente constituídas, como alternativas para uma busca de solução, mais a longo prazo, do problema que atingia 10% da população campineira, ou seja: a existência

^{30/} In Reflexão dos Agentes - "apenas recordando algumas discussões e conclusões do curso de janeiro de 78" - SIC - Arquivo da Arquidiocese.

das favelas. A "concessão do uso definitivo das terras" passou a ser a grande "bandeira" de luta da Assembleia do Povo, no início dos anos 80.

O espaço físico para a organização e articulação da Assembleia do Povo foi cedido pela Igreja (no Centro de Pastoral Pio XII). As CEBs deram sua contribuição a partir da presença de agentes de pastoral e principalmente de seus próprios membros na coordenação, organização, mobilização e articulação do movimento Assembleia do Povo, junto ao poder público e aos interesses imediatos da periferia.

Cabe lembrar ainda, que a prática de uma organização independente do controle da prefeitura, que leva em consideração as necessidades básicas e imediatas da periferia da cidade, tentando uma união de interesses, não foi obra original da Assembleia do Povo mas, teve início na cidade de Campinas (década de 70), a partir das Vilas Planejadas sob a Coordenação da Pastoral.

3.4.2.2. CEBs e Participação Sindical

O destaque maior, no trabalho pastoral junto a classe trabalhadora, foi dado à categoria dos metalúrgicos que em termos nacionais vinha dando mostras de maior capacidade e possibilidades de organização. Haja visto as greves acontecidas no ABC a partir principalmente de 79.

Em Campinas, segundo dados do IBGE(75) a categoria metalúrgica abrangia 46% dos trabalhadores industriais.

No início da década de 80, o sindicato dos metalúrgicos de Campinas atingia 7 municípios, com um total de 45 mil trabalhadores. O índice de sindicalização era relativamente alto em relação à média brasileira pois, atingia praticamente 55% da categoria.

Em 73 o sindicato sofreu uma intervenção do Estado, prática comum no regime militar. Comum também era o fato de que com estas intervenções, toda a diretoria era cassada. Em Campinas, no entanto, o vice-presidente do sindicato passou a partir de então, a assumir a presidência, e por um bom tempo - até 84.

Este fato por si só, já nos mostra um certo grau de credibilidade deste presidente em relação ao regime vigente. Comprovando ainda mais esta credibilidade, deve-se acrescentar que em 82, este mesmo presidente, foi candidato à prefeitura de Campinas pelo partido do governo (PDS).

A assistência médica, dentária, jurídica e até mesmo a construção de moradias para os trabalhadores se destacaram como obras desta diretoria.

Os metalúrgicos que tentavam fazer algum tipo de oposição ao sindicato, eram "misteriosamente" mandados embora das firmas onde trabalhavam. Tal fato demonstra uma certa articulação de interesses entre a direção das indústrias e a do sindicato.

A mobilização e organização da categoria em relação a seus interesses de classe, não tinham continuidade e eficiência, chegando até mesmo em alguns casos a serem "minadas" pela própria diretoria.

Neste sentido, um fato é relatado em "carta aberta" de apoio aos grevistas metalúrgicos, em 79, assinada pela Pastoral Operária e pela Comissão de Pastoral das Vilas Planejadas. Enquanto a reivindicação da categoria no Estado de São Paulo era de um aumento salarial de 78,1%, estabilidade no emprego e delegados sindicais, "aqui em Campinas, a assembléia do sindicato dos metalúrgicos foi conduzida de modo a impedir a participação dos 7.000 metalúrgicos presentes, e o presidente da entidade terminou a assembléia alegando que estavam todos de acordo com a proposta dos patrões (63% menos a antecipação) quando a maioria estava claramente a favor dos 78,1".

Um dos empecilhos para a organização da classe trabalhadora estava presente mesmo, na própria imobilidade dos sindicatos, imposta não só pela lei que regulamenta a sua existência, como também pela presença na diretoria dos chamados "peleões" (elementos que servem de instrumento dos interesses dos patrões junto aos trabalhadores), como era o caso de Campinas.

A partir de 78, houve a formação de uma chapa de oposição sindical para fazer frente ao "peleguismo" existente no sindicato dos metalúrgicos. As CEBs tiveram uma participação significativa de envolvimento de seus elementos tanto na articu-

lação da chapa, como também na divulgação da mesma.

Apesar das tentativas feitas em 78 e 81, somente em 84 é que uma chapa de oposição conseguirá se eleger para a direção do sindicato dos metalúrgicos de Campinas e região. Em 87, esta chapa foi reeleita.

É significativa a presença na chapa eleita em 84, de 7 elementos ligados à pastoral da Arquidiocese. Dos elementos ligados à pastoral, 4 militavam na Pastoral Operária, 2 nas CEBs e 1 na JOC.

Das propostas contidas no programa da chapa eleita, é de se destacar a construção de um sindicato forte, "com raízes" nas fábricas e a democratização do sindicato através da direção colegiada de seus 24 membros; sendo a assembléia da categoria o órgão máximo de decisão, tendo inclusive o poder de destituir elementos da diretoria que se tornassem "pelêgos".

A participação na luta sindical na região por parte das CEBs, foi importante na medida em que possibilitou uma maior discussão sobre a importância do sindicato, a necessidade da sindicalização e organização da classe trabalhadora, segundo seus interesses de classe. Esta discussão passou a fazer parte das reuniões das comunidades, dos círculos bíblicos, das "semanas do trabalhador"; possibilitando também uma maior solidariedade para com os trabalhadores, através de manifestações favoráveis às suas greves, por meio de cartas de apoio e de arrecadações tanto em dinheiro quanto em mantimentos, para os fundos de greves. Esta situação de discussão e apoio, chegou mesmo a ser ampliada em direção a determinados organismos da própria Igreja de Campinas. Isto pode ser verificado tanto através do 2º e 3º Planos de Pastoral da Arquidiocese, quanto das celebrações comemorativas do 1º de maio que culminavam com o pronunciamento do próprio bispo.

No 2º Plano (77 - 79), o Conselho Arquidiocesano de Pastoral escolheu como prioridade para toda Arquidiocese: "O Mundo do Trabalho". E aqui, é importante salientar que entre as várias prioridades escolhidas pelas diversas vigararias da Arquidiocese para o 2º Plano de Pastoral, apenas as Vilas Planejadas haviam escolhido como prioridade o "Mundo do Trabalho"^{31/}.

31/ 2º Plano de Pastoral da Arquidiocese de Campinas - 1977-1979, p. 5 - 6.

No 3º Plano (78 - 84) esta prioridade levantada acima, continuará sendo uma das quatro principais escolhidas em assembléia, para toda a Arquidiocese.

Os pronunciamentos do bispo, por ocasião do 1º de maio, se pautavam pela tentativa de caracterizar a situação do trabalhador no contexto produtivo e social; pela valorização de suas organizações representativas e pelo apoio da Igreja à suas lutas. "Na condição de bispo, sinto-me chamado a animar a presença da Igreja junto ao movimento operário. Presença que respeita a autonomia das organizações operárias e ao mesmo tempo presta serviço de apoio, nas justas reivindicações". (...) "Apoiamos as aspirações dos operários e camponeses que querem ser tratados como homens livres e responsáveis, chamados a participar nas decisões que concernem à sua vida e futuro e animamos a todos em sua própria superação" (Puebla, II, 62). "Por isso fiz questão de apoiar, abençoar e fazer minha a opção da Igreja de Campinas pela 'Pastoral do Mundo do Trabalho' "32/

3.4.2.2.1. CEBs e Pastoral Operária

Em termos ainda de organização da classe trabalhadora, as CEBs contribuíram juntamente com militantes de movimentos especializados - como a ACO e JOC - para a articulação da Pastoral Operária em 73, a qual tinha como um dos objetivos principais a "evangelização da classe trabalhadora" a partir de sua organização nos sindicatos.

As CEBs e a Pastoral Operária procuraram exercer um trabalho articulado de organização da classe trabalhadora, principalmente a partir da categoria dos metalúrgicos.

A Pastoral Operária buscava atingir os trabalhadores através da formação de grupos de reflexão, de cursos sobre leis trabalhistas e a necessidade de participação e fortalecimento dos sindicatos, de "campanhas de sindicalização", da criação de "gru-

32/ In "Mensagem de D. Gilberto Pereira Lopes aos trabalhadores no dia 1º de Maio-1981". mimeo.

pos de fábricas" e até mesmo através da articulação de chapas de oposição dentro do movimento sindical existente. Para tanto, o contato com os agentes de pastoral e mesmo, com os participantes mais ativos das CEBs foi de fundamental importância. As comunidades eram consideradas pelos membros da Pastoral Operária, como espaço de "conscientização e mobilização" dos trabalhadores. Assim sendo, não só os participantes da Pastoral Operária se empenharam em oferecer subsídios para as CEBs em discussões relacionadas aos trabalhadores, como também a própria Coordenação de Vilas chegou a elaborar, em forma de círculos bíblicos, elementos que contribuíssem para a preservação e expansão de tal espaço.

Analisando porém uma reflexão feita pelo coordenador da Pastoral Operária, tendo por base um plenário de discussão como parte de um curso oferecido para agentes de pastoral a respeito do "Mundo do Trabalho", dez anos após a criação da Pastoral Operária, pode-se perceber que muitas vezes o trabalho pastoral com a classe trabalhadora é dificultado, na medida mesma em que os agentes tentam olhar o mundo do trabalho a partir da ótica da comunidade ou da paróquia. Isto leva ao querer não só direcionar as organizações dos trabalhadores, como também a introduzir nelas, modelos de organização próprios das comunidades religiosas.

O coordenador da Pastoral Operária, percebendo estas dificuldades, coloca, de uma forma pertinente, o mérito desta pastoral, qual seja: "despertar a consciência de classe e em incentivar a organização do trabalhador. Mas ela não orienta a luta dos trabalhadores. Essa orientação e a direção da luta cabe aos trabalhadores, cristãos ou não"^{33/}. Isto deveria acontecer não como uma ação supletiva, mas como uma atividade permanente.

^{33/} Praxedes, W.; "A propósito de uma pastoral voltada para o mundo do trabalho", agosto, 1982 - mimeo.

3.4.2.3. CEBs e Participação Político-Partidária

Em relação à participação político-partidária o incentivo por parte da hierarquia era bem mais discreto que o dado à participação sindical. Talvez pela própria dimensão mais globalizante do partido, em relação aos sindicatos.

A igreja já não possui mais um partido e nem é mais, um partido dentro da própria sociedade. Isto acontece, graças principalmente, à perda de plausibilidade do religioso também no contexto político. Contudo, há a possibilidade de veiculação de suas propostas e de seu próprio "destino", num outro partido, via participação de seus fiéis.

Em Campinas, a discussão político-partidária esteve presente nas CEBs, principalmente no final da década de 70, com a reformulação partidária acontecida como estratégia do governo para enfrentar a possível rearticulação das oposições, a nível político-partidário, no MDB. Rearticulação esta, que pode ser percebida através do crescimento deste partido nas eleições de 74 e 78.

A vitória do MDB esteve ligada não só ao descontentamento da nação em relação aos rumos impostos pelo governo militar, como também devido à aproximação de determinados elementos do único partido da oposição, dos movimentos populares e sindicais, inclusive das CEBs.

Com a reformulação partidária, não houve inicialmente, por aprte das CEBs, uma opção declarada por um partido específico; talvez pela própria postura de distanciamento do clero e da posição oficial da Igreja em não apoiar um determinado partido. Contudo, na prática, na maioria das CEBs, mesmo aceitando discutir as propostas de outros partidos, houve um posicionamento favorável e um empenho prático em torno do PT.

Muitas vezes as reuniões dos núcleos do partido eram feitas nos próprios centros comunitários e a maioria dos participantes, eram membros também das CEBs.

Ricardo Galleta em sua tese de mestrado: "Pastoral popular e política partidária", identifica 4 razões para a "preferência nacional", por parte dos membros mais ativos da pastoral

popular, pelo PT:

- a)- "O caráter classista do PT" - a pastoral popular tinha também uma opção pelas "classes populares";
- b)- "um partido construído de baixo para cima", a partir dos núcleos de bairros onde, inclusive, existiam as CEBs;
- c)- "presença mínima de políticos profissionais no PT e experiências negativas com o MDB. O PT surgia como alternativa nova, formado por sindicalistas que tinham sido apoiados pela CEBs, em suas greves e lutas em favor dos trabalhadores;
- d)- "recusa do padrão tradicional dos partidos de esquerda"^{34/}

No caso de Campinas, um dos motivos do posicionamento das CEBs em torno do PT, possivelmente possa estar ligado ao fato de que o governo municipal já estava nas mãos da oposição (MDB - PMDB) e mesmo assim as reivindicações da população, ainda que depois de feitas de forma organizada, não estavam sendo atendidas a contento.

Em termos de hierarquia, não houve uma definição explícita, mesmo por parte das religiosas e padres embora, é claro, uma pequena minoria se posicionasse, não oficialmente mas na prática do dia-a-dia junto às comunidades.

Os agentes leigos se posicionavam mais claramente.

O posicionamento em favor do PT, por parte das CEBs em Campinas pode ser percebido não só através da criação e participação dos núcleos do partido, como também pela participação de seus membros enquanto candidatos, nas eleições municipais de 82.

No resultado final destas eleições, o partido conseguiu ficar em 3º lugar em relação à candidatura para prefeito; candidato indicado internamente, inclusive pelos chamados "igre-

^{34/} Galleta, R. ; Pastoral Popular e Política Partidária; Ed. Paulinas, 1986, p. 22-23.

jeiros" (denominação dada aos membros das CEBs). Para a Câmara Municipal, foram eleitos 2 candidatos do partido. Contudo, nenhum dos candidatos indicados pelas CEBs foi eleito.

A orientação do partido nestas eleições era a de "pu-xar" o maior número possível de votos. Em Campinas, os núcleos li-gados às CEBs seguiram fielmente esta orientação. Menos ingê-nuas foram as organizações e "tendências" de esquerda que concen-traram suas forças em candidatos únicos, elegendo-os.

Uma pesquisa mais ampla precisaria ser feita; contudo, pelos dados que apresentamos, uma questão merece maior reflexão: Qual a força política das CEBs?

Em termos políticos-partidários a força das CEBs é ainda muito pequena na cidade de Campinas.

Levando em consideração as eleições de 82, as CEBs conseguiram apenas a suplência no cargo de vereança. Cargo que foi depois assumido efetivamente, após a morte do titular.

Nas eleições de 86 para o Congresso Constituinte, a significativa representação conseguida pelo PT, dada as condi-ções da legislação partidária, acusações não comprovadas que com-prometeram o partido politicamente, e falta de infra-estrutura, inclusive financeira (e até mesmo criativa, nos meios de comunica-ção) para competir com outros partidos mais estruturados e com apoio financeiro mais consistente; e ao mesmo tempo a insignifi-cante expressividade de seus candidatos frente ao número dos congressistas constituintes, nos leva a confirmar a pequena for-ça político-partidária das CEBs, na medida em que, no caso de Campinas, elas estiveram ligadas mais diretamente a este partido.

A força política das CEBs esteve muito mais em sua capacidade de contribuição no fortalecimento das organizações populares e na elevação do nível de consciência de seus membros, que na articulação político-partidária.

Isto porque política basicamente se dá a partir da solução de conflitos; ou pelo menos da tentativa de solução dos mesmos. E embora tanto o partido quanto as CEBs estejam vincula-dos a uma determinada estrutura (partidária ou institucional da Igreja), a solução dos conflitos passam por caminhos diferentes. Enquanto no partido a solução dos conflitos se dá em meio ao

próprio conflito, com a intermediação das forças que o compõe, nas CEBs, além das forças que compõe o próprio conflito, a intermediação da hierarquia (bispo) contém um peso decisório, legitimado por seu poder divino. Enquanto o caminho de solução dos conflitos sociais nas CEBs, via instituição, são legitimados pela tradição, unidade e difusão da fé; nos partidos, a argumentação, a astúcia, a tática e a estratégia ganham maior solidez e movimento.

A discussão pois da força política das CEBs e especificamente a força político-partidária que podem exercer, não pode deixar de levar em consideração sua ligação com a estrutura da Igreja e o fato propriamente religioso que representam.

CONCLUSÃO

Do exposto acima, podemos delimitar algumas conclusões possíveis:

- As CEBs se afirmam em meio às ambiguidades e condições presentes nelas mesmas, na Igreja e na própria sociedade.
- As CEBs se tornam inteligíveis, se explicam e se afirmam em primeiro lugar como comunidade. E esta não é algo completamente definido e nem tem um sentido unívoco. Seu sentido é profundamente ambíguo na medida em que, varia conforme o discurso de quem o profere:
 - Para os que as vivem, elas podem ser tanto o local, quanto o grupo de pessoas que as constitui ou ainda o próprio modo de vida que vai se vivendo em seu interior. E esse modo de vida para quem o vive, se torna um movimento de crescimento em função das próprias relações que vão sendo criadas entre seus membros, com a Igreja (enquanto instituição) e com o contexto social.
 - Para a hierarquia, as CEBs são uma forma de ampliação do seu poder e uma possibilidade de preservação de um tipo de monopólio religioso no universo social, ainda que de forma nova.
 - As CEBs se afirmam também enquanto portadoras de características proféticas tais como: "ruptura", "mudança", "crítica" e "contralegitimidade". Características cujas possibilidades de surgimento podem estar ligadas a uma situação de crise^{35/} tanto da Igreja na busca de seu monopólio em meio a uma defasagem no número de seus quadros, quanto da busca de legitimida

^{35/} "Enquanto discurso de ruptura e de crítica que só encontra na inovação de sua inspiração carismática a justificativa ideológica de sua pretensão em contestar a autoridade das instâncias detentoras do monopólio do exercício legítimo do poder simbólico, o discurso profético tem maiores chances de aparecer em períodos de crise, manifesta ou latente, afetando sociedades inteiras ou determinadas classes, isto é, em períodos nos quais as transformações econômicas ou morfológicas determinam, nesta ou naquela

de de um Estado autoritário que separava-se cada vez mais da nação. Ora, se as CEBs surigram por iniciativa da própria Igreja, estas características parecem firmar-se muito mais em relação ao contexto social regido por um Estado autoritário, que em relação à própria instituição.

Nesse sentido, verificamos duas formas de afirmação das CEBs em Campinas:

1. Uma afirmação "intra-Igreja", percebida através da posição de destaque das CEBs nos Planos de Pastoral da Arquidiocese, principalmente no 3º Plano. Aí, tanto o objetivo quanto as prioridades estavam muito mais próximos dos interesses das CEBs do que das paróquias da Arquidiocese. Neste sentido, tanto o objetivo quanto as prioridades eram inovadores.

Esse objetivo e prioridades estiveram presentes no 3º Plano, graças principalmente à capacidade de organização das próprias comunidades. Tais inovações demonstram uma aparente hegemonia e força das CEBs na Igreja de Campinas. Aparente porque embora presentes no 3º Plano, não foram completamente efetivadas na prática, não só pela falta de criação de condições para tal, como também pela presença no interior da Igreja, de interesses de classes contrários a tal efetivação, e ainda pela forte presença da hierarquia e seu "instinto" de preservação da instituição. Esta presença permeou a existência das CEBs. Tal presença pode ser constatada, de certa forma, já através dos padres e freiras que trabalhavam junto às CEBs como também, pelas posições assumidas pelo bispo no sentido de preservar a unidade e a "homogeneidade da pastoral", dando início ao processo de parquialização das CEBs.

A preservação da instituição, mesmo que de forma nova, e como tal, a preservação também de um monopólio no campo religioso foi tentada via a presença da hierarquia cuja legitimidade e poder, lembrados pelo bispo, são tidos como de origem di-

(continuação da nota 35)

parte da sociedade, a destruição, o enfraquecimento ou a obsolescência das tradições ou dos sistemas de valores que forneciam os princípios da visão do mundo e da conduta na vida", in Boudieu, P.; "Uma Interpretação da Teoria da Religião de Max Weber", op.cit. p. 93.

vina, portanto, inquestionáveis. Ora, já que a Igreja se legitima como portadora de tal poder e poder implica em decisão, a participação dos leigos nas decisões passará pelos critérios estabelecidos e permitidos pela instituição; ainda que decididos em assembléia arquiocesana.

Neste sentido, a capacidade de mobilização e de organização das CEBs é limitada pela instituição e enquanto permancessem em tais limites, as CEBs legitimam e são legitimadas também pela instituição.

2. Há também uma outra afirmação das CEBs que denominamos de afirmação "extra-Igreja". Esta se deu em meio a ação-participação das CEBs nos movimentos reivindicatórios (principalmente na "Assembléia do Povo"), na organização sindical (destacamos a oposição sindical na categoria dos metalúrgicos) e ainda na participação político-partidária (com a preferência pelo PT).

A afirmação das CEBs, com as características proféticas que salientamos anteriormente, se faz, para os seus membros como uma missão necessária. Missão esta que busca inclusive, uma transformação social mediada pela realização do "Reino de Deus". Mediada portanto, pelo religioso ou pelo menos, a partir do religioso.

É importante ressaltar ainda, que a afirmação das CEBs se faz também em meio a uma precariedade de preparação de seus quadros (agentes e militantes) tanto a nível interno a elas mesmas, quanto na ação de seus agentes junto ao movimento popular, sindical e o propriamente político-partidário.

Os quadros de liderança das CEBs pouco se renovaram, embora a questão da necessidade de formação de agentes fosse uma constante. Isto pode ser afirmado inclusive, a partir das decisões da Assembléia Arquiocesana de 86, onde a formação de agentes, sentida ainda como necessidade, continuou sendo também uma das prioridades na Arquiocese.

A afirmação das CEBs por sua ação no contexto social, se deu pela mobilização, articulação e organização de seus membros e também dos moradores da periferia da cidade, junto ao movimento popular, sindical e político. Esta ação pode ser vista como fruto não só das necessidades presentes no local geográ-

fico em que surgiram as CEBs, mas também como fruto da própria ação planejada da Igreja, que como vimos se encontrava em situação de mercado.

Neste sentido, pode-se concluir que, apesar da marcante presença das CEBs no contexto social, o resultado de sua ação nos leva a crer na afirmação muito mais da Igreja que delas mesmas.

4. O MOMENTO DA CRISE

Introdução:

O momento que denominamos de crise das CEBs não tem um início preciso dentro do tempo e da história vividos por elas. É um momento concomitante ao tempo e à história das próprias CEBs, contudo, pode ser melhor verificado a partir do final do chamado "Momento de Afirmação", quando houve um aclaramento da crise em função das contradições vividas pelas CEBs.

Na medida em que as CEBs vão vivendo as contradições internas, com a Igreja e com a sociedade, também os conflitos vão surgindo entre as forças que as compõe e as limitam. E é em meio às possibilidades e condições de superação destes conflitos que a crise se revela e pode ser percebida.

Nesta parte do trabalho pretendemos explicitar melhor os conflitos vividos pelas CEBs; como estes conflitos chegam a caracterizar-se como crise para elas e quais as possibilidades e condições de enfrentamento dos mesmos por parte das CEBs.

Ora, os conflitos vividos pelas CEBs podem ser identificados didaticamente a partir de 3 níveis de relação que elas mantêm, e que consideramos de maior pêsso:

- do nível de relações internas das CEBs;
- do nível de relação das CEBs com a instituição;
- e do nível de relação das CEBs com a sociedade.

No início desta pesquisa, a nossa hipótese era de que a crise se instaura nas 3 instâncias mas, na medida em que fomos pesquisando, ficou muito mais evidente que o foco fundamental da crise das CEBs se dá com a instituição e secundariamente no interior delas mesmas e na relação com a sociedade, daí a ênfase maior que demos ao conflito com a instituição. Iremos analisar as CEBs a partir de agora, sob estas 3 instâncias de relação.

4.1. O Conflito no Nível das Relações Internas das CEBs

4.1.1. Os "Cumpridores de Preceito", o "Grupo Ativo" e os "Agentes de Pastoral"

O conflito das CEBs no nível das relações internas pode ser identificado, principalmente a partir da luta entre o movimento instituidor do "novo" e a estrutura instituída do "velho".

Nas CEBs isto pode ser percebido pela relação existente entre o chamado "grupo ativo" da comunidade e os seus "cumpridores de preceito".

As comunidades nas Vilas e bairros periféricos de Campinas eram constituídas, cada uma, por um grupo de 100 pessoas aproximadamente. Destes participantes, um grupo ainda menor, de 15 a 30 pessoas, tinha uma participação mais ativa na sustentação da vida e organização da comunidade. Esta participação se dava através de uma maior frequência na vida diária da comunidade, nas equipes de trabalho, no culto, nas celebrações, nas "reuniões da comunidade". Nestas reuniões, seus participantes tentavam uma organização interna através da distribuição de tarefas por equipes (batismo, catequese, crisma, finanças, etc..) e também realizavam discussões, buscando soluções conjuntas para os problemas que atingiam os membros das comunidades e/ou os moradores das Vilas e bairros periféricos, numa tentativa de ligação entre Fé e Vida^{1/}.

Este "grupo ativo" da comunidade buscava através do desempenho de seus trabalhos, atingir as pessoas que chamamos aqui de "cumpridores de preceito". Estas pessoas, enquanto católicas, buscavam na comunidade o cumprimento de suas obrigações religiosas, principalmente no que diz respeito ao recebimento dos sacramentos (batismo, eucaristia, crisma, confissão, matrimônio).

Além do "grupo vivo", existia um outro formado pelos Agentes de Pastoral, que em número ainda mais reduzido, não ul-

^{1/} Cf. Projeto de Pesquisa: "Comunidades Eclesiais de Base na região de Campinas: Pastoral, Pedagogia e Política", p. 1.

trapassando 3 a 4 elementos, era o mais diretamente responsável pela coordenação participante e pela ligação e intercâmbio com outras comunidades, com a Coordenação da Pastoral nas Vilas e com a própria Arquidiocese. Estes Agentes podiam ser tanto padres e freiras, quanto leigos que tivessem uma participação mais ativa, disponível e conforme as orientações e objetivos estabelecidos pela Coordenação de Pastoral das Vilas, em consonância com os objetivos pastorais da Arquidiocese decididos nas Assembléias Arquidiocesanas^{2/}.

A fundamentação básica para a ação dos Agentes de Pastoral nas vilas se pautava pela necessidade sentida por eles, de vivenciar os valores cristãos tais como a caridade, a fraternidade, o serviço, etc. Valores estes, adquiridos tanto através de uma formação cristã obtida nos seminários e casas religiosas (no caso dos padres e das freiras) quanto pela proximidade com uma determinada formação cristã mais aberta, provinda do Vaticano II e de Medellín, ou mesmo de Puebla (no caso não só destes mesmos padres e freiras como também de alguns leigos que começavam a acreditar numa maior possibilidade de participação na Igreja).

A necessidade de vivenciar estes valores cristãos, irá crescendo em direção ao social, em um sentido mais amplo, buscando recuperar inclusive, outros valores também cristãos, tais como a Justiça. Isto pode ser percebido pela valorização inicial do "Povo" que neste momento podia ser identificado com as pessoas que habitavam as Vilas e os bairros da periferia da cidade. Esta valorização justifica o fato de que alguns Agentes passaram a morar na própria vila, buscando com isto, com um empenho de "missão", as soluções para os problemas vivenciados por seus moradores. Soluções que são buscadas tanto no imediato quanto na tentativa de uma organização mais duradoura.

^{2/} Inicialmente esta categoria "**Agente de Pastoral**" era designada aos padres, religiosas e a alguns intelectuais (assistentes sociais, professores, seminaristas, etc..) que se empenharam no trabalho pastoral junto às Vilas. Posteriormente, em função do surgimento de novas comunidades, esta categoria foi também empregada a alguns elementos que mais se destacaram pelo seu trabalho "ativo" nas comunidades. Com a participação destes novos elementos, enquanto agentes de pastoral, houve também uma outra divisão entre "**agentes velhos**" (padres, religiosas e intelectuais) e "**agentes novos**" (os que se destacaram enquanto participantes das CEBs e que foram caracterizados aqui como "**grupo ativo**").

A necessidade sentida pelos Agentes, de vivenciar os valores cristãos ao nível do social mais amplo, é concomitante ao crescimento da própria consciência deles. Crescimento de consciência que pôde inclusive mostrar que as soluções de muitos problemas vividos pelos moradores das Vilas e bairros periféricos, não se encontravam, ou não dependiam apenas das CEBs mas passavam por instâncias mais amplas tais como os sindicatos e os Partidos Políticos. Isto possibilitou a transferência de ação de alguns Agentes para estas instâncias, consideradas por eles como sendo mais amplas e com maiores possibilidades de ação e soluções para os problemas dos moradores.

Nas comunidades, o "grupo ativo", que salientamos acima, servia como filtro de passagem das propostas de mudanças da chamada "Igreja Renovada". Os "cumpridores de preceito" estavam muito mais preocupados com a busca de sustentação de sua fé, com o aperfeiçoamento pessoal e voltados também para os elementos próximos à religiosidade popular católica tais como: os santos, as rezas, procissões, missas, festas religiosas, etc...

4.1.2. A Fé e a Religiosidade Popular

A fé mantinha tanto os "cumpridores de preceito" quanto o denominado "grupo ativo", numa mesma comunidade. E, em muitos momentos os próprios componentes da religiosidade popular foram utilizados como intercâmbio entre o "novo" e o "velho", em função de passos a serem dados em direção do "novo". Neste sentido, algumas comunidades realizavam procissões, em determinadas ocasiões, buscando recuperar uma antiga forma de ação pastoral junto aos fiéis, dando-lhes no entanto, um conteúdo novo. Um conteúdo que possuía um sentido não apenas de admiração ou veneração ao santo(a) padroeiro, demonstrados enquanto se caminhava pelas Vilas e bairros, mas também um sentido que representava a própria vida, ou como eles mesmos diziam, a "caminhada" do povo de Deus, hoje. "Caminhada" na qual, para que as dificuldades encontradas pudessem ser vencidas, precisava-se da "união" e da organização de todos.

Nas procissões, isto era demonstrado através da fala do dirigente, dos cânticos entoados e também pela própria maneira

de organizá-las: não mais em filas (uma em cada lado da rua), mas todos juntos, andando em bloco (uma pessoa ao lado da outra).

Em épocas consideradas "fortes" pelo catolicismo, como por exemplo na "Semana Santa", a via-sacra era também realizada a partir de um conteúdo "renovado" que buscava identificar no bairro, situações de semelhança entre as vividas por Cristo em direção ao calvário e ressurreição (dando uma ênfase maior à ressurreição), e as vividas pelo povo hoje, e mais concretamente pelos moradores das Vilas e bairros periféricos.

Nestas celebrações pelas ruas das Vilas e bairros, era comum a reflexão sobre situações de necessidade de empregos com salários justos para se sobreviver; de construção de creches para o abrigo das crianças, de tal forma que os pais pudessem trabalhar com maior tranquilidade, não deixando seus filhos soltos pelas ruas; de construção também de passarelas para que as pessoas não morressem em locais onde o trânsito era perigoso, etc... Estas situações de sofrimento e morte que eram refletidas nestas celebrações, poderiam ser transformadas em situações de vida-ressurreição, na medida em que as pessoas se unissem e se organizassem para fazer cumprir os seus direitos.

4.1.3. A "Relação de Diferença"

A relação entre o "grupo ativo" e os "cumpridores de preceito" dentro de uma comunidade, mesmo que unidos pela fé, era uma "relação de diferença". Esta se configurava pela maior participação do chamado "grupo ativo" dentro e fora da comunidade, pelo seu empenho de "missão" em favor da organização das pessoas na comunidade, no bairro, na cidade, sendo portanto, um empenho de organização tanto do religioso quando do social; e ainda no domínio da palavra e da informação transmitidas nas celebrações e reuniões da comunidade.

Carmem Cinira, ao analisar "por dentro" a CEB de Morro Grande (na Freguesia do Ó, na Grande São Paulo), faz um comentário sobre sua liderança que poderia também ser feito em relação às CEBs de Campinas:

...."esse grupo relativamente pequeno que lidera a comunidade é suficientemente ativo, mobilizado e empenhado para,

efetivamente, dar uma impressão de participação mais global do povo do bairro nas atividades da Igreja. É com notável energia que algumas pessoas participam de reuniões diversas, no bairro e fora dele, arregimentam vizinhos e parentes para participar de atividades, desenvolvem várias atividades simultaneamente e estão constantemente dispostas a assumir novos encargos e responsabilidades. É a partir do trabalho de alguns poucos que o grupo realmente se desenvolve e, também, cresce. Por isso são tão conhecidos e reconhecidos no bairro. Sua posição de liderança tem efetiva razão de ser, e o prestígio que desfrutam resulta do empenho com que dedicam uma parcela significativa de seu tempo a atividades comunitárias. Passam a ser representantes do bairro e, quando saem dele para reivindicar direitos, falam com autoridade de quem sabe que tem uma posição conquistada com esforço real. Falam pelos outros com segurança, porque se sentem efetivamente representando os outros. Estes, por sua vez, reconhecem a legitimidade dessa representação"^{3/}.

4.1.4. Poder e Legitimidade

A "relação de diferença" existente nas CEBs, demonstra ao mesmo tempo uma forma de poder que é exercida sobre os "cumpridores de preceito", os quais a legitimam, na medida mesma em que atende de certa forma a seus interesses. Interesses estes que estão ligados tanto à necessidade de uma vivência religiosa, quanto pela superação de determinados entraves à consecução de melhores condições de vida no contexto social.

O poder do "grupo ativo" provém pois de quem o legitima, ou seja, dos "cumpridores de preceito".

É necessário lembrar aqui que este "grupo ativo" e os Agentes de Pastoral, recebem de certa forma uma legitimidade também da Igreja enquanto instituição. Legitimidade que se dá a partir da própria necessidade sentida pela Igreja, de uma presença nas Vilas e bairros e também pela carência de seus quadros, a qual poderia ser suprida pela presença dos Agentes.

^{3/} In Cíntia Macedo, Carmem; Tempo de Gênese; Ed. Brasiliense, p. 180.

Esta legitimação do poder do Agente ou do "grupo ativo" é feita e permitida pela instituição, desde que não haja uma substituição de seus quadros efetivos (padres e freiras) quando disponíveis para a ação pastoral.

4.1.5. A Convivência com um Conflito

A "situação de diferença", em termos de participação e poder, se configura como uma situação de convivência com um conflito latente entre o "novo" e o "velho", presente no interior das CEBs, que em Campinas não chegou a ser o elemento fundamental para caracterizar a sua crise.

Como participante da Comunidade Jardim São Marcos, hoje chamada "Comunidade Nossa Senhora Aparecida", pude ouvir depoimentos tais como: "participar das reuniões na cidade eu não posso, mas ajudar a lavar a roupa do padre (paramentos para o culto), as toalhas do altar ou trazer flores para enfeitar o salão (centro comunitário)...pode deixar comigo". Ou ainda, pode-se encontrar entre os participantes das celebrações ou missas, enquanto se celebra ou se discute alguma questão considerada importante, pessoas que dedilham devotamente o terço, cochichando suas orações.

Esses exemplos aqui citados, podem indicar também a existência de uma certa resistência por parte dos "cumpridores de preceito" em assumir o "novo" proposto pelos agentes e "grupo ativo". Contudo, esta resistência não chegou a ser um empecilho ou uma desaprovação à participação na comunidade mas, era muito mais, uma forma diferente de entender e de exercer esta participação .

O enfrentamento deste conflito latente se deu, no interior das CEBs, pela própria convivência, tendo a fé como elemento de intercâmbio e as estratégias de utilização de componentes da religiosidade popular como caminho em direção ao "novo", tido para os Agentes e "grupo ativo", como possível de ser realizado.

4.2. O Conflito das CEBs com a Instituição

O conflito das CEBs com a instituição não pode ser discutido aqui, sem se levar em consideração os elementos presentes neste trabalho quando discutimos os momentos de Geração e Afirmação das CEBs.

As CEBs em Campinas foram geradas a partir da instituição, e sua afirmação se deu em meio a presença e controle, às vezes discretos mas firmes, da própria hierarquia^{4/}.

Ora, este conflito com a instituição pode ser percebido mais diretamente, através do confronto que se estabeleceu entre as CEBs e as paróquias e principalmente entre as CEBs e a própria hierarquia.

O movimento instituidor do "novo" e a estrutura instituída do "velho" perpassam também esta instância de conflito das CEBs, não mais a partir da relação "grupo ativo" e "cumpridores de preceito" mas pela relação CEBs e instituição.

A divisão feita aqui para se discutir o conflito com a instituição, entre CEBs e paróquia e CEBs e hierarquia, é apenas uma maneira de se discutir um mesmo conflito a partir de dois de seus prolongamentos, ou seja, na realidade o conflito se dá mesmo, com a instituição, pois, a paróquia é apenas uma parte da estrutura que tem sido eficaz historicamente, para a manutenção da própria instituição. Manutenção esta que tem sido efetivada, graças principalmente ao empenho da hierarquia.

Em sua Carta Pastoral de 78, o bispo de Campinas ao discutir sobre as objeções que se fazem ao trabalho das CEBs e sobre sua possibilidade de "esvaziamento das Paróquias", salientava que "pastoralmente, não se pode destruir algo, sem que se ponha coisa melhor em seu lugar, deixando vazios de insegurança e deserções"^{5/}. Nestas circunstâncias as CEBs poderiam ser um risco de desorganização da vida da Igreja.

^{4/} Cf. "Momento de Geração" e "Momento de Afirmação" - Cap. II e III desta Dissertação.

^{5/} Cf. Carta Pastoral de D. Gilberto Pereira Lopes - 1978, p. 29.

Esta precaução frente à possibilidade da destruição do "algo", ou seja, da estrutura de paróquias, e o surgimento de uma possível "coisa melhor", isto é, da organização da Arquidiocese a partir das CEBs, será uma constante preocupação do bispo e dos órgãos diretivos da Igreja de Campinas. Esta preocupação será respaldada pelo desejo de concretização de paróquias, fundamentada na tradição da organização da Igreja que, apesar das dificuldades de formação de seus quadros (especificamente a formação do clero) durante as décadas de 60-70,^{6/} tem sido historicamente eficiente e possibilitado a manutenção da instituição. Isto porque jurídica e pastoralmente o comando da paróquia pertence ao vigário que por sua vez tem uma ligação de "comunhão" e obediência ao bispo diocesano.

Este desejo de concretização de paróquias estará presente na fala e na ação do bispo, até que aos poucos vai se tornando uma realidade, ou seja, até que as condições para a preservação desta estrutura seja conseguida; principalmente no que diz respeito à existência de padres para suprir tal necessidade.

4.2.1. As CEBs e as Paróquias

Em Campinas as CEBs surgiram desvinculadas das paróquias. Dentro da Arquidiocese elas constituíam, inicialmente, uma jurisdição mais ampla em relação a uma determinada paróquia. Estavam no entanto, sob a responsabilidade de um pequeno grupo de padres empenhados no trabalho pastoral junto a elas, com a permissão do arcebispo metropolitano.

Embora, no princípio, o trabalho pastoral nas CEBs pouco se diferenciasse do trabalho desenvolvido nas paróquias, juridicamente elas não se ligavam às paróquias. Em 73, constatamos a presença de quatro padres compondo a equipe de coordenação de pastoral nas Vilas; cada um assumia um determinado setor

^{6/} Idem, p.25.

de trabalho: de jovens, de casais, de catequese, etc...^{7/}.

A partir do final da década de 70, época constatada nesta pesquisa como sendo de afirmação das CEBs, algumas delas, devido a sua localização geográfica, já estavam vinculadas a determinadas paróquias; ou mesmo já haviam sido transformadas em paróquias, como foi o caso da Vila Boa Vista, em 69.

Quando portanto, analisamos o conflito entre as CEBs e paróquias, algumas delas já estavam ligadas a certas paróquias. Outras permaneciam desvinculadas. Isto acontecia em razão de dois fatores:

- ou por estarem em regiões novas onde não havia sido criada uma paróquia;
- ou por se situarem em regiões que, mesmo pertencendo geográfica e juridicamente a determinadas paróquias, estas não possuíam organização suficiente, em termos de padres, religiosas ou leigos, para um trabalho organizado de ação pastoral que pudesse atingí-las.

O trabalho pastoral em todas as CEBs estava no entanto, vinculado à Coordenação de Pastoral das Vilas, constituída inicialmente por um pequeno grupo de padres e religiosas, buscando suscitar novas lideranças de leigos que passavam a vincular-se a ela de forma organizada.

O trabalho burocrático (documentos e papéis de certidões de batismo, crisma, casamento, etc..) nas Vilas não vinculadas às paróquias, estava a cargo das religiosas que nelas residiam.

O conflito entre as CEBs e paróquias não será contudo de ordem burocrática, mas sim no desempenho do trabalho pastoral.

4.2.1.1. A Presença da Igreja nas Vilas: "Áreas Experimentais"

Desde o início do processo de gestação das CEBs, o Conselho de Presbíteros^{8/}, já havia detectado a impossibilidade de

^{7/} Cf. "Esboço Histórico da Coordenação da Pastoral dos Núcleos Habitacionais da COHAB" - mimeo - Arquivo da Arquidiocese.

^{8/} Sobre o que é o Conselho de Presbíteros, cf. capítulo I p. 28.

criação de paróquias nas Vilas Planejadas:..."o surgimento dessas vilas não pode ser considerado como mero crescimento das paróquias já existentes. Elas constituem unidades sociológicas determinadas e dificilmente reconhecerão, em termos de atitude prática, o centro paroquial a que juridicamente pertencem. Igualmente, não é possível considerá-las sem mais uma nova paróquia no sentido jurídico tradicional. Aliás seu surgimento é rápido e não havia padres suficientes para assumir essas paróquias de papel"^{9/}.

Não havendo pois, padres para assumir as possíveis paróquias que ficariam assim, apenas no papel, e dada a situação social das Vilas que, além de nova era também diferente das regiões onde já existiam paróquias estruturadas, era necessária uma adaptação por parte dos moradores das Vilas, que surgiam com relativa rapidez. Buscou-se esta adaptação em meio a uma imperativa necessidade da presença da Igreja, transformando estas Vilas em "áreas experimentais" de ação pastoral com um incentivo à criação de CEBs.

O fato de serem "áreas experimentais" garantiu a possibilidade da existência das CEBs nas Vilas, contudo não foi possível, posteriormente, a manutenção da autonomia destas mesmas comunidades em relação às paróquias, graças principalmente ao próprio caráter conjuntural presente já na delimitação desta caracterização de "áreas experimentais".

A Igreja, enquanto instituição representativa e organizadora de uma crença religiosa, diante da nova realidade surgida com o aparecimento das Vilas Planejadas, se antecipou à própria demanda de seus fiéis e procurou aí se instalar. A necessidade da presença da Igreja nestas Vilas, já não foi tanto de seus fiéis, mas muito mais dela mesma.

Nos bairros tradicionais, tanto a ocupação quanto a criação das "estruturas mínimas", se davam em termos de tempo, de uma maneira relativamente lenta. A partir da interação de seus habitantes, estes mesmos pediam a presença da Igreja através do

^{9/} Queiróz, Celso - "Planejamento Habitacional e Pastoral"; In Boletim Informativo ENCONTRO, nº 1, p.8.

contato com o vigário, para que assim pudessem ter também o seu local de culto. Aliás, muitas vezes este local já era reservado pelos próprios moradores que também se empenhavam em construir o prédio com tal finalidade, o qual passava a ser, de forma bastante visível, o sinal da presença da Igreja nestes bairros. Sinal que se completava com a presença do vigário ou, quando isto não fosse possível, de outro padre que o representava.

Se buscarmos situações históricas, anteriores a estas dos chamados bairros tradicionais, poderemos encontrá-las, como foi o caso de Campinas, em circunstâncias tais em que a cidade ganha sua legitimidade e legalidade a partir mesmo da própria presença da Igreja. É justamente aquele momento de coincidência entre a existência da Igreja, com a existência da própria cidade.

Nos bairros tradicionais a existência da Igreja tem um espaço de tempo relativamente mais longo, se comparada com a existência dos bairros, contudo, a sua presença era de certa forma garantida com o passar do tempo.

Nas Vilas Planejadas a presença da Igreja não possuía sua garantia apenas com o passar do tempo. Há um descompasso que a Igreja tenta compatibilizar. Isto foi feito, dadas as circunstâncias conjunturais da Igreja, tomando as Vilas como "áreas experimentais" de ação pastoral.

4.2.1.2. Conflito Pastoral

A relação entre CEBs e Paróquias era bastante diversificada, variando conforme a atuação do vigário e a linha de pastoral adotada pela paróquia. Isto porque a estruturação da organização pastoral da Arquidiocese girava em torno da paróquia. Em uma reunião realizada em 23/05/79, entre o bispo, o coordenador de pastoral da Arquidiocese, a coordenação de pastoral das Vilas e Alguns Bairros e ainda alguns Agentes de Pastoral, esses últimos reclamavam da "mentalidade dos padres donos de território". Para alguns Agentes, determinadas paróquias se assemelhavam a "um território que pertence a um Senhor e aí só entra alguém com a licença dele"; outros alertavam para a necessidade de uma disposição para se "encontrar uma saída para os pro

blemas e diminuir os conflitos para o bem do povo"^{10/}.

Em 82, esta relação não era menos conflituosa. Eis uma constatação feita por Agentes de Pastoral, numa reunião da coordenação onde se "trocava experiências" sobre o relacionamento entre Paróquias e CEBs: - "muito poucas paróquias aceitam este novo modo de ser Igreja: ou entra em conflito, ou ignora, ou é totalmente omissa na área"^{11/}.

As CEBs, enquanto "áreas experimentais", não estavam ligadas à organização da pastoral da Arquidiocese de Campinas, por meio das chamadas Vigararias que abarcavam várias paróquias próximas geograficamente^{12/}. As CEBs por terem surgido com as Vilas e por ser sua localização mais esparsa, constituíram uma forma diferente de organização, pois estavam ligadas à Pastoral arquidiocesana por meio da Coordenação de Pastoral das Vilas que, a partir da entrada de alguns bairros da periferia da cidade, em 78, passou a se chamar Coordenação da Pastoral das Vilas e Alguns Bairros.^{13/}

A própria denominação "alguns bairros" é significativa e pode denotar uma luta interna da Igreja em relação ao campo de atuação pastoral. Não são todos os bairros, mas apenas alguns que passam a pertencer à Coordenação de Pastoral das Vilas. Isto pode significar uma conquista de espaço da atuação pastoral, sob a coordenação desta comissão arquidiocesana. Espaço conquistado dentro de uma luta interna, pois a coordenação continuou arquidiocesana, acrescentando apenas "alguns bairros".

As CEBs sob a Coordenação Arquidiocesana de Pastoral de Vilas e Alguns Bairros estavam também organizadas em setores, os quais congregavam as comunidades dos bairros ou vilas mais

^{10/} Cf. Relatório da Coordenação de Pastoral ds Vilas e Alguns Bairros - 23/05/79 - Arquivo da Arquidiocese.

^{11/} In Relatório da reunião da Coordenação de Pastoral das Vilas e Alguns Bairros - 13/04/82 - Arquivo da Arquidiocese.

^{12/} Até 76 a Arquidiocese de Campinas possuía 6 Vigararias, criadas em 69. Com a criação da Diocese de Limeira em junho de 76 - desmembrada, em parte, da de Campinas - houve uma redivisão da Arquidiocese que passou a ter 4 vigararias. Por volta de 79 cada vigararia passou a ser denominada: Região Pastoral, seguindo as orientações do Direito Canônico, já que a Arquidiocese havia dado anteriormente uma denominação própria.

^{13/} Esta coordenação era também chamada pelos agentes de "Comissão de Vilas". Neste trabalho utilizamos as duas denominações indistintamente.

próximas entre si. Esta forma de organização das CEBs por setores e sob uma coordenação pastoral estava mais próxima de uma linha de pastoral comum, fundada numa perspectiva de "Igreja renovada", que pela proximidade geográfica entre elas.

As CEBs congregadas em setores e, com a perspectiva de ação levantada acima, e talvez por isso mesmo, continuavam mantendo uma relação diversificada e conflituosa com as paróquias. Algumas poucas paróquias respeitavam a linha de pastoral da comunidade; outras assumiam as comunidades por simpatia; outras ainda permitiam a presença de "comunidades autonômas" dentro delas. Por outro lado existiam também paróquias que, ou não entendiam a "caminhada da Comunidade", ou ignoravam o trabalho ou até mesmo onde a "guerra era aberta"^{14/}.

4.2.1.3. "Conflito de Missão"

Muitas vezes, leigos de certas paróquias, imbuídos de um desejo de "missão" e de aproximação dos pobres, tentavam atingir as CEBs ou o seu espaço de ação^{15/}. Estas contudo, respaldadas pela ação permanente e constante de seus agentes que se pautavam não só pelos objetivos inscritos no "Diretório Pastoral nas Vilas do BNH" ou nos planos de ação pastoral, como também pela afirmação das características proféticas presentes nas CEBs, tentavam a todo custo impedir a ação destes leigos das paróquias com propostas pastorais consideradas como "separadas da realidade das comunidades".

Pode-se constatar aqui um conflito de missão, na medida em que tanto os participantes mais ativos das CEBs, incluindo os agentes, quanto os leigos das paróquias e até mesmo determinados vigários, se sentiam como possuidores de uma tarefa de "salvar os homens". Uma tarefa portanto sagrada mas que, contudo, possuía referências diferenciadas.

^{14/} Cf. "Relatório da reunião de Coordenação de Pastoral das Vilas e Alguns Bairros" - 13/04/82 - Arquivo da Arquidiocese.

^{15/} Entre esses leigos, destacamos principalmente os vinculados à Conferência de S. Vicente de Paulo ("Vicentinos"), e ao movimento da Renovação Carismática ("Carismáticos").

Para os agentes e os participantes mais ativos das CEBs, a salvação teria que passar necessariamente pela transformação da situação de pobreza e marginalidade em que a maioria dos habitantes das Vilas e bairros da periferia viviam. Transformação esta que poderia culminar com a construção do "Reino-de Deus" já a partir deste mundo, superando a situação de pecado social criada pela estrutura de relações sociais estabelecidas pelo próprio homem. Sob esta perspectiva, pode-se entender melhor o envolvimento e articulação das CEBs junto aos movimentos reivindicatórios e uma certa participação política partidária de seus membros.

Para muitos leigos das paróquias no entanto, a situação de pobreza poderia ser considerada como instrumento de provação querido por Deus e que contudo, poderia ser compensada com a "vida eterna", desde que os pobres permanecessem fiéis a Ele e a sua Igreja. A situação de pobreza e marginalidade presentes nos bairros da periferia transformava-os em espaço propício para a divulgação da mensagem religiosa da qual os leigos das paróquias eram portadores. Assim sendo, buscava-se através de um trabalho de assistência religiosa nos bairros da periferia, atender a partir de um ponto de vista assistencial e caritativo (portanto diferente do ponto de vista das CEBs que em sua afirmação no contexto social, eram muito mais proféticas em seu discurso e prática^{16/}), aos apelos da Igreja em sua "opção pelos pobres".

Este conflito de missão se dá numa situação de "concorrência de mercado", interna à própria Igreja. De um lado temos as CEBs tentando preservar o seu espaço de ação; de outro, temos algumas paróquias tentando expandir o seu espaço pela conquista de um outro que lhes parecia propício.

Discutindo a interferência das paróquias nos trabalhos das CEBs, um padre fazia a seguinte observação, em determinada reunião da Coordenação de Pastoral das Vilas e Alguns Bairros: "temos que lutar para sustentar e ganhar mais espaços para as CEBs".

^{16/} Cf. III capítulo, p.60-61.

4.2.1.4. A Coordenação de Pastoral das Vilas e as Vigararias

A diversificação da clientela das várias vigararias e seu trabalho pastoral direcionado à manutenção de paróquias, provocou um descompasso em relação ao trabalho desenvolvido nas Vilas Planejadas e Alguns Bairros, na medida em que aí havia uma clientela mais homogênea e a preocupação fundamental era com a formação de CEBs^{17/}. Aí também, o trabalho pastoral, devido à sua própria organização, acabou sendo mais acelerado e participativo. Isto possibilitou não só um certo crescimento quantitativo das CEBs como também forneceu-lhes uma força organizativa e predominante junto às assembleias da Arquidiocese, onde eram decididas as prioridades a serem encaminhadas por toda a Igreja de Campinas. Isto fundamenta ainda mais o fato de que no 3º Plano de Pastoral, o objetivo e as prioridades tenham sido reconhecidamente inovadores. As CEBs influíram em tal resultado.

A participação das CEBs junto aos movimentos populares-sindicais da região, exigiam um posicionamento também da Igreja como um todo na Arquidiocese. Posicionamento manifestado principalmente através de cartas de apoio aos movimentos populares e reivindicatórios, como também pelos pronunciamentos do bispo por ocasião de cada "primeiro de maio". As posições e propostas contidas no 3º Plano de Pastoral da Arquidiocese são também expressão não só da capacidade de organização e mobilização das CEBs, como também da participação e politização das mesmas.

Ora, desde o início da reestruturação da Arquidiocese em função do planejamento de sua ação pastoral, buscava-se uma linha de pastoral comum. Contudo, este objetivo tornou-se praticamente impossível dada a diversificação da clientela e das forças internas existentes na Igreja. Isto pode ser percebido principalmente a partir do 2º Plano de Pastoral, montado de "baixo para cima". A prioridade escolhida por cada vigararia coincidiu com as prioridades contidas no 1º Plano, contudo houve uma diversificação na escolha de cada prioridade, de uma vigararia

^{17/} A diversificação ou a homogeneidade de cada clientela a que nos referimos aqui, caracterizava-se fundamentalmente pelas condições materiais de vida das pessoas. Esta homogeneidade presente nas Vilas, é no entanto relativa e tem como ponto de referência a diversificação da clientela dos bairros pertencentes às vigararias.

para outra, segundo sua localização, posição social de sua clientela e interesses das forças internas presentes em cada vigararia.

Lendo os vários objetivos propostos pelas vigararias no 2º Plano de Pastoral, percebe-se a diferença acentuada entre os objetivos das quatro vigararias (que tinham um trabalho direcionado às paróquias e cuja clientela era mais diversificada) e o objetivo da Comissão Arquidiocesana das Vilas Planejadas (cuja preocupação pastoral estava voltada para a formação de CEBs que, devido principalmente a sua localização geográfica, possuíam também uma clientela mais homogênea). Enquanto os primeiros se preocupavam com a "unidade", com o "caminhar juntos", com a "descoberta da presença de Cristo no outro", com o "levar o povo de Deus... a u'a maior comunhão de vida com o Pai e entre si...; as Vilas Planejadas propunham: "Acordar os oprimidos para que se libertem para uma transformação social, econômica, política e religiosa"^{18/}.

Este objetivo proposto pela Comissão de Vilas, demonstra um empenho político muito além dos objetivos propostos pelas vigararias; inclusive, é de se dar destaque para a proposta de transformação religiosa que no objetivo exposto acima, se torna necessária tanto quanto a social, a econômica e a política para que o "oprimido se liberte".

Quando se coloca como objetivo a transformação religiosa no mesmo nível que as transformações social, econômica e política, pode-se perceber neste fato a necessidade de uma "libertação do oprimido" nos principais aspectos da organização social. Ora, a necessidade de transformações social, econômica e política se justifica pela conjuntura da década de 70 onde a sociedade brasileira teve o seu espaço de organização e participação político-social, a má distribuição da renda e a organização da economia, controlados por um Estado autoritário. Quando se coloca pois, no mesmo nível destas, a transformação religiosa é sinal que a Igreja, enquanto organizadora desta instância junto às CEBs, precisaria também passar por transformações. Ora, não teria a Igreja passado por transformações? As CEBs não teriam surgido em meio as estas transformações?

A possibilidade deste tipo de questionamento, fortalece

^{18/} Cf."2º Plano de Pastoral da Arquidiocese de Campinas - 1977-79",p.59 e sobre os **Objetivos das Vigararias** - Cf.p. 22,32,41 e 50 do mesmo Plano.

ce a idéia de que as CEBs em sua ação profética atingiram muito mais instâncias sociais que a instituição enquanto instância propriamente religiosa^{19/}.

Uma outra questão poderia ser levantada aqui: até que ponto os elementos que participavam das CEBs tinham consciência da profundidade desta proposta?

Pela leitura dos documentos de que dispomos, referentes a este período, pela maneira como as CEBs estavam se organizando e como eram constituídas^{20/} em relação à sua ligação com a pastoral arquidiocesana, podemos supor que talvez a Coordenação de Pastoral das Vilas e alguns membros ativos, entre eles os Agentes de Pastoral das CEBs^{21/}, podiam ter consciência desta necessidade de transformação também religiosa como era colocada no objetivo pastoral das Vilas.

4.2.2. As CEBs e a Hierarquia:

Dentro da lógica da instituição, a hierarquia tem sido historicamente o principal suporte de sua manutenção e preservação.

Desde o surgimento das CEBs em Campinas, a hierarquia marcou sua presença junto a elas^{22/}, não só através da Coordenação de Pastoral das Vilas e Alguns Bairros, que em sua constituição garantia a presença representativa da hierarquia (padres e religiosas), como também pela submissão delas - enquanto eclesiais - à própria Cúria Metropolitana.

De que forma o conflito CEBs e Hierarquia se evidenciou?

4.2.2.1. Os leigos e a Coordenação

Um elemento importante que merece uma reflexão quando

^{19/} Cf. III Capítulo, p. 61.

^{20/} Cf. p. 94 deste capítulo.

^{21/} Em 79, "7 padres religiosos, 15 leigos e centenas de moradores" estavam empenhados no trabalho pastoral das Vilas.

^{22/} Cf. capítulo III, item, 3.4.1.2, p. 69 desta Dissertação

se discute o conflito entre CEBs e instituição (em sua variante: CEBs e Hierarquia) é a crescente participação do leigo na coordenação de Pastoral das Vilas. Participação esta que, apesar de crescente era ainda deficitária, devido às inúmeras necessidades que também passavam a existir em função de uma maior eficiência na organização do próprio trabalho pastoral junto às CEBs.

Esta equipe de coordenação surgiu em 71, como uma necessidade sentida pelos próprios agentes (padres e religiosas) de uma maior integração do trabalho pastoral. Inicialmente, apenas uma leiga participava. Somente em 75 é assegurada efetivamente a presença de um representante de cada Vila; e, em 78 um leigo (ex-religioso) é escolhido como coordenador da Pastoral nas Vilas.

Este aumento da participação do leigo na Coordenação da Pastoral das Vilas, coincide com a entrada de "alguns" bairros da periferia dentro da organização pastoral utilizada nas Vilas Planejadas. Para os Agentes, o trabalho pastoral junto às Vilas e bairros da periferia deveria ser unido pois os problemas que os seus moradores enfrentavam no dia-a-dia, eram iguais. Para os Agentes "...O que justifica a união ou desunião do trabalho (pastoral) é a realidade concreta, a vida destes moradores"^{23/}.

Tal perspectiva era reforçada pela Coordenação de Pastoral das Vilas que se propunha "manter contatos com outros movimentos de base"; "articular, transitoriamente, os movimentos reivindicatórios dos bairros, até formarem-se comissões (de bairros e interbairros)"^{24/}.

O trabalho da Coordenação da Pastoral das Vilas e Alguns Bairros era intenso. Era um trabalho pastoral, sem remuneração e que, no entanto, exigia uma dedicação grande. Talvez por isso mesmo, justifica-se o fato de termos encontrado depoimentos tais como: "poucos querem participar da equipe de coordenação, sendo eleitos aqueles que aceitam ser candidatos".

^{23/} In "apenas recordando algumas discussões e conclusões dos cursos de Janeiro - 78" - Arquivo da Arquidiocese.

^{24/} Cf. Relatório - Reunião de Agentes de Vilas Planejadas e Periferias" 11/02/78.

4.2.2.2. Leigos e a Cúria

A maior participação do leigo na coordenação de pastoral que vinha sendo desenvolvida nas vilas, aliada à entrada de alguns bairros da periferia nesta organização pastoral, serão motivos de preocupação para a Cúria Metropolitana enquanto "órgão de coordenação, animação e decisão de todas as atividades" da Igreja Particular de Campinas^{25/}.

O 2º Plano de Pastoral já deixava claro, ao expor sobre as atividades permanentes da arquidiocese que: "a grande meta da Cúria é, promover a unidade, suscitar, orientar e fazer crescer a vida pastoral da Arquidiocese". "Por isso, continua a exposição, a Cúria **prepara** as Assembléias de toda a Igreja, **programa** os encontros das quatro Vigararias e **acompanha** as atividades das Vilas, Comissões, do Instituto de Pastoral e demais organismos da Arquidiocese"...^{26/}. Ora, esse "acompanhar" as atividades das Vilas, passa a ser feito mais de "perto", através da nomeação de um clérigo, enquanto representante do bispo na Coordenação de Pastoral das Vilas.

O ato de nomear um representante do bispo para acompanhar "de dentro" a Coordenação de Pastoral de Vilas e Alguns Bairros, justamente num período em que a crescente presença do leigo se fazia notar, denota uma tentativa de acomodação das forças internas em luta na Igreja. Contudo, em vez de uma acomodação houve um aprofundamento do conflito. Isto pode ser percebido a partir de dois elementos:

- da tentativa de uma melhor articulação das "bases", através da ação do Conselho Pastoral Intervilas (CPIV);
- da posição de destaque conseguida pelas CEBs no 3º Plano de Pastoral da Arquidiocese.

^{25/} A Cúria era constituída pelos dois Arcebispos, pelos dois Vigários Gerais, pelos 4 Vigários Regionais e pelo Procurador da Arquidiocese. Cf. 2º Plano de Pastoral p.7.

^{26/} In "2º Plano de Pastoral...p. 7/8 - Grifo nosso.

4.2.2.3."Articulação das Bases"

O Conselho de Pastoral Intervilas foi uma iniciativa da Coordenação da Pastoral das Vilas Planejadas, criado em 76. Um de seus objetivos principais era; "estabelecer uma maior comunicação entre as diversas comunidades, por meio do entrosamento e da informação sobre as atividades realizadas em cada vila"^{27/}.

Este Conselho era formado por dois representantes de cada Conselho de Pastoral existente nas Vilas; estes haviam sido criados em 75 por sugestão da própria Coordenação. É interessante ressaltar aqui que, numa reunião desta Coordenação, em 79, se fazia uma crítica à maneira como teriam sido criados estes conselhos nas vilas; comenta-se sobre a verticalidade na criação do Conselho de Pastoral: "foi criado para depois saber o que seria feito".

Ora, esta verticalidade, acrescida ao fato de que a utilização de seus representantes junto ao CPIV poderia ser considerada como uma acumulação de atividades para um grupo pequeno de pessoas que iria cumprí-las, surtirá efeitos na própria eficiência da ação deste CPIV.

Embora tenha conseguido, em 77, mobilizar as CEBs em torno das reivindicações do leite e ônibus^{28/} e também despertá-las para outras reivindicações que lhes eram necessárias, tais como: água, esgoto, creches, asfalto etc.; este CPIV não conseguiria sobreviver ao ano de 79. Foi dissolvido por seus próprios membros pois:

- "não encontrou respaldo de participação das CEBs";
- "as reivindicações foram assumidas pela Assembléia do Povo e pelo Movimento do Custo de Vida";
- "havia uma dupla coordenação em certas atividades, em relação à coordenação das Vilas";
- "a ausência também, pouco a pouco, de padres e religiosas"^{29/}.

^{27/} In Histórico do CPIV - mimeo - Arquivo da Arquidiocese.

^{28/} Cf. p. 76 do III - Capítulo

^{29/} In Histórico do CPIV - p. 3; mimeo . Arquivo da Arquidiocese.

Esta tentativa de uma melhor articulação das bases por intermédio do CPIV, embora em meio a uma conjuntura propícia, principalmente no que diz respeito a uma articulação e mobilização em torno de reivindicações úteis para os moradores das Vilas e bairros da periferia, não conseguiu ir adiante. Dos motivos dados por seus próprios participantes para a dissolução deste Conselho, merece destaque o fato de que as reivindicações passaram a ser assumidas pela Assembléia do Povo e pelo Movimento do Custo de Vida. Significaria isto uma retomada por parte das CEBs, de seu espaço propriamente religioso dentro da Igreja, buscando a partir de uma melhor articulação interna, a desejada transformação religiosa, deixando com isto um maior espaço e autonomia para os movimentos populares reivindicatórios na ação social e política? Esta transformação religiosa desejada, passaria pela articulação e mobilização das CEBs em torno de um novo plano de pastoral? Ora, coincidência ou não, as CEBs irão se articular e conseguir uma posição de destaque dentro do 3º Plano de Pastoral da Arquidiocese. Posição que dentro deste Plano, continha, através do objetivo e prioridades, algo que se efetivado significaria para a Igreja de Campinas uma real transformação religiosa, sem esquecer contudo, um significativo apoio às necessárias transformações: social, política e econômica; guardada a devida autonomia destas instâncias.

4.2.2.4. CEBs e o 3º Plano de Pastoral

Quando falamos da posição de destaque conseguida pelas CEBs no 3º Plano de Pastoral, queremos lembrar não só objetivo e prioridades contidos nele, como também a capacidade de mobilização e articulação presente nas CEBs que possibilitou a aprovação em assembléia, de tais prioridades e objetivo^{30/}. Esta capacidade se justifica pela forma de organização das CEBs em torno de uma coordenação de pastoral própria e articulada, até certo ponto em função de seus interesses e também pela homogeneidade da clientela que participava dessas comunidades; além do mais, elas tiveram oportunidade de vivenciar esta capacidade através do movimento de reivindicação do leite e ônibus, ocorrido em 77, e tam-

^{30/} Cf. I capítulo, p. 38.

bém através de várias lutas reivindicatórias que aconteceram nos bairros e vilas. Ora, como as CEBs são eclesiais e como tal sentiam uma necessidade de transformação não só no âmbito social, político e econômico, como também no religioso, empenharam-se para que isto ocorresse na organização religiosa da Arquidiocese de Campinas. Este empenho se fez presente de maneira mais clara, em torno das propostas contidas no 3º Plano Pastoral. Todavia, é necessário lembrar que: "a força material ou simbólica que as diferentes instâncias (agentes ou instituições) podem mobilizar na luta pelo monopólio do exercício legítimo do poder religioso depende, em cada estágio do campo, de sua posição na estrutura objetiva das relações de autoridade propriamente religiosa, isto é, da autoridade e da força que conquistarem no decorrer da luta"^{31/}.

Neste sentido, o 3º Plano Pastoral serviu muito mais para explicitar o conflito dentro da Igreja, na medida em que deixava clara a posição das CEBs em termos de um objetivo que, na realidade não era o objetivo da Igreja de Campinas como um todo.

É significativa a citação aqui, de um depoimento sobre a aplicação do 3º Plano de Pastoral:

"Houve paróquia que proibiu explicitamente cursos do Instituto de Pastoral sobre o 3º Plano 'no seu território'. Além disso nós passamos 5 anos ouvindo padres das regiões Leste e Centro vituperarem o 3º Plano, dizendo que ele tinha sido feito pela periferia de Campinas e portanto, não lhes dizia respeito"^{32/}.

Um elemento importante que merece ainda, um destaque nesta reflexão que fazemos aqui, é a atuação da Coordenação de Pastoral das Vilas e Alguns Bairros, exercendo um poder de articulação e organização das CEBs através dos agentes, e até mesmo contribuindo para que nos planos de pastoral, principalmente no 3º, houvesse uma certa hegemonia dos anseios destas comunidades. Contudo, na estrutura objetiva das relações de autoridade da Igreja enquanto instituição, a Coordenação de Pastoral das Vilas e Alguns

^{31/} In Bourdieu, P.; "Uma Interpretação da Teoria da Religião de Max Weber" op.cit. p. 90.

^{32/} Depoimento do secretário da Coordenação Arquidiocesana de Pastoral durante os 5 anos de vigência do 3º Plano. O Instituto de Pastoral é um organismo vinculado à Coordenação de Pastoral Arquidiocesana para a formação e capacitação de agentes.

Bairros era apenas uma das comissões encarregadas da organização pastoral na Arquidiocese.

Embora nas assembléias arquidiocesanas a Coordenação das Vilas e Alguns Bairros fosse equiparada, em termos de participação às quatro vigararias existentes, seu coordenador não fazia parte da Cúria que era o órgão máximo de decisão da Arquidiocese. O poder desta Coordenação era adquirido muito mais através da mobilização e articulação das CEBs, que pela presença efetiva no órgão decisório e de maior poder dentro da Igreja particular de Campinas, a Cúria.

Desta forma, temos de um lado a Cúria que mantinha e sustentava sua legitimidade pela tradição e pelo "poder divino" adquirido pelo "carisma de função" de quem o encabeçava, e também de seus participantes. Por outro lado, temos a Coordenação das Vilas, que buscava manter sua legitimidade a partir de sua prática no contato com os agentes e através destes, com os leigos das comunidades. Em termos de tradição, esta Coordenação era ainda muito recente, além do fato de coordenar uma pastoral dentro de regiões consideradas como "áreas experimentais".

4.2.3. Instituição: Legitimidade e Força

A força e legitimidade da instituição, impregnada e assumida por seus membros nos organismos diretivos e decisórios, far-se-ão presentes de forma mais direta através da tentativa final de paróquialização das CEBs.

Interessante perceber que apesar de reconhecer em sua Carta Pastoral, em 1978 que as CEBs eram um novo modelo descoberto pela Igreja e que "a paróquia não satisfaz mais as exigências do cristão de hoje"^{33/}; o interesse de paróquialização das CEBs permaneceu uma constante por parte do bispo. Por que desta dupla posição? Teriam as CEBs em Campinas, servido de ameaça à estabilidade da instituição? Até que ponto isto ocorreu ou foi permitido?

^{33/} Cf. Carta Pastoral de D. Gilberto Pereira Lopes, 78, p.28.

Partindo do pressuposto de que "todo o esforço da hierarquia clerical consiste, por um lado em conter seus intelectuais através de uma disciplina de ferro, por outro em controlar as crenças populares para que se exerçam dentro dos limites julgados toleráveis";^{34/} pode-se perceber que mesmo enfrentando os vários conflitos em suas relações tanto com as paróquias quanto com a própria hierarquia, em nenhum momento houve qualquer proposta por parte da Coordenação de Pastoral ou dos Agentes, de ruptura com a instituição, mesmo porque na própria Coordenação e entre os Agentes, haviam elementos intimamente ligados à instituição, até pelo "voto de obediência".

Assim sendo, podemos perceber que nas discussões entre os membros dos órgãos diretivos e decisórios da Arquidiocese e a Coordenação de Pastoral das Vilas e Alguns Bairros, o conflito estava presente, porém a ruptura não. Normalmente quando se aproximava de um confronto maior entre as forças internas da Igreja, encontrava-se uma saída, fundamentada sempre a partir de uma perspectiva religiosa:

- Numa convocação da Coordenação de Pastoral das Vilas e Alguns Bairros para uma reunião de agentes (em 25/09/83), após ressaltar a seriedade do assunto a ser tratado, ou seja, a posição das CEBS frente ao desejo do bispo de paroquializá-las, é feito o seguinte comentário; "Contamos com a presença sempre generosa e atuante dos nossos agentes, para juntos com a ajuda do Espírito Santo encontrar os melhores caminhos para continuarmos a nossa caminhada de libertação na fé, esperança e caridade"^{35/}.
- Também é significativo o fato de que numa carta escrita pela Coordenação da Comissão de Vilas e Alguns Bairros, apresentando ao bispo e à Coordenação Arquidiocesana de Pastoral a posição daquela Coordenação em relação à situação das Comunidades frente à criação da nova Região Pastoral dos

^{34/} In Ortiz, Renato; A Consciência Fragmentada - Ensaio de Cultura Popular e Religião, p. 123.

^{35/} In "Retomando e Reajustando a Caminhada" ; Agosto/Setembro - 83.

Campos Elíseos, teria afirmado: "Desejando colaborar na afirmação e no aprofundamento do "Novo Modo de Ser Igreja", esperamos uma palavra de orientação por parte de nosso Pastor e da Coordenação Arquidiocesana de Pastoral, para podermos prosseguir na caminhada da Igreja no mundo de hoje"^{36/}.

A legitimidade e força da instituição se fará presente principalmente pela postura do bispo nas reuniões com a Coordenação de Pastoral das Vilas e Alguns Bairros, e com os Agentes. Na medida em que o discurso e o envolvimento-político-reivindicatório das CEBs se tornam mais claros, a posição do bispo também será mais firme. Isto pode ser verificado a partir dos escritos nas convocações, nos relatórios das reuniões de agentes, quando se referiam a posição do bispo, ou mesmo na própria fala dele, quando se tratava da questão da paroquialização das CEBs, se fazia de forma afirmativa e contundente. É comum encontrar aí, frases como estas: "As CEBs serão inseridas nas Paróquias"; (nosso objetivo é) "pensar na caminhada das CEBs diante da nova exigência do nosso Bispo que quer que todas as comunidades voltem para o interior das paróquias"; ou ainda "Como Bispo eu não aceito essa organização que não existe em nenhuma outra Diocese".

É claro que este tipo de firmeza nos posicionamentos que estamos discutindo não se dava de forma isolada, na pessoa do bispo. Era também, evidentemente, a posição de vários outros vigários de paróquias que exerciam pressão neste sentido. E como estas pressões vinham na direção da preservação da instituição, o bispo como representante máximo dela na região, tomava partido. Isto inclusive, era percebido pelos agentes quando afirmavam: "sente-se que o Bispo parece estar sendo pressionado por outros padres, de tal modo que a Coordenação de Vilas e Alguns Bairros, pelo fato de ser composta em sua maioria por cristãos e cristãs (leigos) da base e que decidem em sua esfera, não é mais admitida na Igreja de Campinas e se torna na acepção do Bispo como uma coordenação paralela e que atrapalha a caminhada da Igreja de Campinas. Vista desta perspectiva - continua-

^{36/} In "Carta da Coordenação da Comissão de Vilas e Alguns Bairros ao Bispo e a Coordenação Arquidiocesana de Pastoral" - 25/09/83 - Arquivo da Arquidiocese.

vam os agentes - percebe-se que a **questão** é política e de poder no interior da Igreja. A Comissão de Vilas tem poder e por isso se torna perigosa"^{37/}.

O envolvimento político-reivindicatório das CEBs, o poder adquirido pela Coordenação de Vilas no interior da Igreja de Campinas, coincidirão (e é necessário repetir) com a entrada de alguns bairros da periferia na ação pastoral desenvolvida nas Vilas e também com uma maior participação dos leigos junto à coordenação de pastoral destas regiões. Nota-se que na "proposta" de paroquialização das CEBs feita pelo bispo, ele não pretendia eliminar a Comissão de Vilas mas sim, eliminar a articulação dos bairros da periferia com esta Comissão. E aqui é importante lembrarmos que a força e legitimidade desta Comissão estava principalmente no desempenho da articulação junto às CEBs das Vilas e bairros. Portanto, atingindo esta articulação, a força da comissão seria também atingida. Os bairros deveriam se ligar às paróquias já constituídas ou por se constituir. Ora, esta forma de articulação poderia desestabilizar uma organização que historicamente vinha sustentando a própria instituição, ou seja, uma organização hierarquicamente constituída e legitimada através da estrutura de paróquias. Esta possibilidade que vinha acontecendo, a partir de uma maior participação leiga, poderia favorecer uma "desfetichização" da própria instituição. E aqui, poderíamos recorrer a Portelli que ao comentar Gramsci, lembra: o fetichismo^{38/} "é o único meio que a Igreja tem para salvaguardar a disciplina interna e a hierarquia de sua organização. O recurso à iniciativa dos fiéis levaria à explosão ideológica e organizacional da Igreja"^{39/}

^{37/} In Relatório da reunião da Coordenação - 30/08/83. Arquivo Arquidiocesano.

^{38/} Ao comentar sobre o fetichismo religioso, Portelli aponta o seguinte comentário de Gramsci "Como é possível descrever o fetichismo? Um organismo coletivo é constituído de indivíduos singulares, os quais formam o organismo na medida em que se entregam e aceitam ativamente uma hierarquia e uma direção determinadas. Se cada um dos membros individuais pensa o organismo coletivo como uma entidade estranha a si mesmo, é evidente que este organismo não existe mais de fato, transforma-se num fantasma do intelecto, num fetiche. É preciso ver se este modo de pensar muito difundido não é um resíduo da transcendência católica e dos velhos regimes paternalistas".- in Portelli, H.; op. cit. p.134.

^{39/} Cf. Portelli, H.; op.cit p. 134/5.

Este perigo aliás, já havia sido salientado e também prevenido pelo bispo em sua Carta Pastoral de 78, quando ao mesmo tempo em que incentivava o surgimento das CEBs, afirmava a necessidade de sua permanência no "seu próprio nível", criticando ainda o nivelamento de funções"^{40/}.

4.2.4. Desfetichização e Legitimidade

Esta possibilidade de "desfetichização" estava ligada também à legitimidade que determinados padres e religiosas vinham conseguindo junto às CEBs. Esta legitimidade se dava muito mais pela prática do que pelo "carisma de função. Tanto que, muitas vezes, os padres e religiosas que tinham uma prática permanente junto às CEBs eram conhecidos e chamados pelo nome e não pela "função" adquirida junto à instituição, enquanto padres e freiras.

Isto não quer dizer que as CEBs não estavam preocupadas ou interessadas com a celebração do culto religioso e com a presença de padres e freiras em seu meio. As CEBs os desejavam (padres e freiras), porém próximos ou, de preferência, dentro de suas "lutas" e "caminhada", como eram designados pelos membros das CEBs, sua organização e vida na comunidade.

Em determinadas comunidades onde não existia a presença constante do padre, em ocasiões de celebrações mais importantes, sempre se buscava convidar aqueles que tinham legitimidade pela prática pastoral que exerciam.

Este anseio presente nas CEBs era mais claro para seus agentes leigos e membros ativos que, devido à sua legitimidade junto aos "cumpridores de preceito", acabava se tornando aos poucos, o anseio de toda a comunidade.

A legitimidade de padres e freiras pela prática junto às CEBs, era inclusive percebida e discutida principalmente nas reuniões, a nível de coordenação. Numa delas (30/08/83), ao se discutir o poder do padre, foi feito o seguinte comentário: "Quando ele entra e não respeita a caminhada do povo e da comunidade, a coisa se complica. Por outro lado, o bispo legitima o

^{40/} Cf. Carta Pastoral de D.Gilberto Pereira Lopes, 78, p.,27.

poder do padre independentemente da sua ligação ou não com o povo do lugar. O seu poder vem não tanto pelo serviço, mas pelo fato de ser padre"^{41/}

Em outra ocasião, quando da visita do bispo à comunidade do Jardim Florence, foi ele interrogado sobre o fato do povo ter liberdade de escolher seu padre. Ele respondeu que sim "e se o padre não agradar a comunidade, esta poderá tirá-lo". Porém, nesta mesma visita o bispo reafirmou que "não concorda com a organização das Vilas e que quer os padres confinados a uma região territorial determinada"^{42/}.

4.2.5. A Contradição na Instituição

Um dos principais motivos alegados pelo bispo para fundamentar sua tentativa de inserção das CEBs nas paróquias, foi que elas estavam constituindo uma "organização paralela". Havia segundo ele, dois tipos de organização: "as Vilas e Alguns Bairros e outras paróquias". Assim sendo, havia uma "divergência de institucionalização". Isto acabaria por se tornar o limite máximo possível a ser alcançado pelas CEBs. A continuar "eclesiais" elas não poderiam ser "paralelas" ou "divergentes" pois desta forma, corriam o risco de serem consideradas "heréticas", haveria, segundo o bispo, a necessidade de se buscar uma "homogeneidade pastoral".

Esta alegação possivelmente não teria sido dada se, o fato de existir duas coordenações não comprometesse o que pretendia ser sustentado, ou mantido.

É interessante perceber que tanto as CEBs quanto a instituição estavam coerentes com seus objetivos e interesse. Coerência esta que possibilitou o surgimento de uma organização considerada pela instituição como paralela. Ora, esta possibilidade foi permitida pela própria instituição quando incentivou o surgimento das CEBs e inclusive aprovou, por intermédio do arcebispo metropolitano, as diretrizes para a organização dessas comunidades, contidas no "Diretório Pastoral das Vilas

^{41/} Cf. Ata de reunião da Comissão Arquidiocesana de Pastoral das Vilas e Alguns Bairros" - 30/08/83 - Arquivo da Arquidiocese.

^{42/} Cf. Ata de reunião "CPVB" - 13/09/83, p.2 - Arquivo da Arquidiocese.

do BNH"; no qual, em seu item 7.4., previa a aplicação de tais diretrizes também nos bairros de periferia.

A organização considerada "paralela" pelo bispo, não era da mesma forma considerada pela Coordenação Pastoral das Vilas e Alguns Bairros. Isto pode ser verificado a partir de uma de suas reuniões (30/08/83) onde se afirmava: "Ficou bem claro nesta reunião que a proposta da Comissão de Vilas e Alguns Bairros não é paralela, pois foi incentivada pela própria Igreja de Campinas através de seu bispo, seu coordenador de pastoral(...). Diante da realidade do não atendimento das pessoas dos bairros pelas paróquias estas pessoas procuravam muitas vezes as Vilas e a partir daí se integravam na caminhada. E mais ainda com a prioridade "CEBs-missionária" (votada em Assembléia das CEBs, em 78) entendeu-se ser missão das CEBs criar outras comunidades para que o Evangelho fosse vivido a modo popular e que assim a Igreja fosse assumindo o rosto do povo da periferia"^{43/}.

É importante ainda ressaltar aqui, o fato de que as CEBs em Campinas sempre fundamentaram sua ação e organização nos documentos da própria Igreja, desde o "Vaticano II", "Medelín", "Puebla" ou mesmo nos documentos da CNBB, principalmente os da década de 70. Todos estes documentos são considerados como inovadores. Caberia, no entanto, aqui uma questão: até que ponto realmente, estes documentos expressam os interesses da Igreja enquanto instituição? ou ainda, até que ponto os cristãos podem fundamentar sua ação, a partir destes documentos?

Ora, se as CEBs em Campinas, foram criadas e incentivadas pela Igreja; fundamentavam sua ação e organização nos documentos oficiais desta mesma Igreja; o que teria possibilitado esta alegação de serem elas uma organização paralela e que portanto deveriam ser inseridas nas paróquias ?

Esta alegação se justifica pela própria lógica da instituição, em não permitir em seu interior algo que a ameace ou que abale suas estruturas constituídas. E no caso específico da Igreja, enquanto instituição, suas estruturas são consideradas por ela, não só constituídas historicamente como também por

^{43/} Cf. Ata da reunião da CPVB - 30/08/83 - Arquivo da Arquidiocese. Sic

delegação divina, portanto sagradas. Delegação divina que não é dada a todos, mas "aos poucos" que são escolhidos ("Muitos são chamados mas poucos são escolhidos" Mt.20,16). E estes "poucos escolhidos" decidem e procuram manter o que foi historicamente constituído.

Ora, a crescente participação do leigo, inclusive nas decisões ao nível das CEBs e em suas articulações, mesmo tendo um sentido de missão, torna-se uma ameaça ao que historicamente fora constituído na Igreja. Um exemplo flagrante do que estamos afirmando, foi a própria maneira como foram feitas as discussões, em torno da paroquialização das CEBs. Como a proposta não era dos membros das CEBs, o bispo, como defensor da proposta, fora convidado para conversar sobre ela, com a coordenação e Agentes. Realizou-se então uma reunião (em 23/08/83) com o bispo, tendo como objetivo, colocar as preocupações, enquanto Comissão de Vilas e Alguns Bairros, diante da "nova organização das CEBs em Campinas quando elas seriam inseridas nas paróquias". A coordenação desta reunião ficou a cargo de um leigo participante das CEBs. Segundo a ata desta reunião, "houve a participação de quase todos" (além do bispo, participaram 23 pessoas, sendo 2 padres, 3 religiosas e 18 leigos). "Cada um levantando mais um problema e uma objeção e o bispo falando que essa nova organização dentro das paróquias não ia impedir a caminhada das comunidades, pelo contrário".

Nesta reunião, todas as objeções feitas foram rebatidas, em função da necessidade de se paroquializar as CEBs. Uma das maiores preocupações dos membros das CEBs foi colocada nos seguintes termos: "temos um trabalho em conjunto, a gente vai perder essa caminhada, somos habituados a trocar idéias, temos aquela integração entre todas as comunidades...". O bispo, por outro lado reconheceu o valor desta forma de trabalho das CEBs e que isto não deveria se perder, acrescentando ainda que: "No futuro a vinculação seria feita através da coordenação pastoral ou das equipes diocesanas". E ainda mais : "CEB será sempre uma prioridade"^{44/}.

^{44/} Cf. Ata da reunião da CPVB - 23/08/83 - Arquivo da Arquidiocese.

Uma das afirmações mais contundentes desta reunião, partiu justamente do bispo quando declarou: "Como Bispo eu não aceito essa organização que não existe em nenhuma outra diocese".

Podemos perceber através dessa afirmação uma maneira de solucionar os conflitos existentes entre as forças internas de ação pastoral da Igreja. Uma maneira que usa a força propriamente simbólica na medida em que, pela declaração feita, houve um apêlo à força do sagrado reconhecida na pessoa do bispo e que é tida também como superior, inclusive à própria organização das CEBs, já que estas são eclesiais. O bispo é o elo de ligação máximo, dentro da Igreja particular, dos fiéis com a instituição e com o sagrado.

4.2.6. A "Solução" para o Conflito

Como pudemos perceber na análise que fizemos sobre o conflito das CEBs com a instituição, houve um crescimento deste na medida em que as CEBs foram se articulando com alguns bairros da periferia e a participação do leigo foi crescendo dentro da organização e decisões destas comunidades. A capacidade de organização e articulação dessas CEBs se tornaram patentes, não só nas reivindicações de 77, como também na própria elaboração do 3º Plano de Pastoral da Arquidiocese, onde as prioridades e objetivo eram muito mais das CEBs do que da Igreja em sua totalidade.

O conflito existente deixa claro a presença e luta das forças dentro da própria instituição. Instituição esta que busca sua preservação, e para tanto se faz necessário ou encobrir, enquanto dê, ou solucionar tal conflito. Neste sentido, é importante lembrar aqui que em 80 a Assembléia Arquidiocesana teve como discussão central a primeira "prioridade do 3º Plano de Pastoral", ou seja, as CEBs. Contudo, lendo as avaliações feitas sobre esta Assembléia, pareceu-nos ser consenso entre elas a ausência dos conflitos, presentes na ação pastoral.

A Equipe de Coordenação desta Assembléia fez a seguinte observação: "Da maneira como foi montada a Assembléia, a colocação dos assessores ficou sendo a última palavra no assun-

to e ninguém discutiu sobre ela". E disse mais: "olhando alguns dos seminários, tem-se a visão de que tudo está indo muito bem, sem conflitos, sem contestações. A dinâmica serviu para encobrir tendências"^{45/}.

O Conselho de Presbíteros observou o seguinte sobre esta Assembléia: "A organização foi muito boa. Como não houve votação de propostas, houve maior descontração e entrosamento"^{46/}.

Finalmente temos também a avaliação da Comissão Arquidiocesana de CEBs que fez constar aí o fato de que, apesar de ter sido criada pela própria Arquidiocese e de existir há um ano, não foi pedida sua colaboração enquanto Comissão, "nem antes, nem durante e nem depois da Assembléia". Esta Comissão fez, entre outras, as seguintes observações:

- O objetivo da Assembléia não foi alcançado: "Não houve o aprofundamento que se pretendia e, de certa forma, aumentou a visão distorcida a respeito de CEBs".
- "Os valores característicos de CEB, que poderiam ser aprofundados nas 3 dimensões (Evangelificação e Catequese; Celebração da Fé; Compromisso com a realidade), foram usados de forma indevida pois, as experiências nem sempre partiram de CEBs".
- "A Assembléia parece ter sido montada para evitar os confrontos, o que se conseguiu. Entretanto, isso não é sinal de amadurecimento".
- "A metodologia impediu que aparecessem as experiências mais significativas das CEBs que já têm uma caminhada longa em nossa Diocese".
- "Deu-se oportunidade à apresentação de várias experiências, mas a Assembléia não foi um estímulo para a criação de um modelo novo de Igreja que nasça do Povo e que seja, realmente comprometida

^{45/} Cf. "Assembléia Arquidiocesana de 1980", p. 37; Arquivo da Arquidiocese - (grifo nosso).

^{46/} Idem, p. 88.

com o Pobre".

Poderíamos completar as observações desta Comissão a crescentando ainda, mais uma: "A Assembléia, na prática, mostrou que carregamos e, talvez, tenhamos de carregar por muito tempo ainda, o modelo piramidal de Igreja; este dificulta até mesmo espaço físico e estrutural para o nascimento de um novo modelo a partir das CEBs"^{47/}.

A partir das observações destas avaliações podemos re afirmar a existência de conflitos que no entanto, não tinham ainda uma solução a nível de Igreja particular.

A solução para o conflito entre CEBs e instituição em seus prolongamentos aqui discutidos, ou seja: CEBs e paróquia e CEBs e hierarquia foi, como vimos, através da utilização da força propriamente simbólica, reconhecida e presente no "carisma de função" do qual o bispo é possuidor. Mesmo havendo discussões posteriores a nível da organização existente entre as CEBs, a posição que acabou prevalecendo foi a de inserir as CEBs nas paróquias existentes. E para tanto, a organização e articulação das CEBs que vinham se desenvolvendo até então, teriam que ser refeitas visando a integração nas paróquias.

O primeiro passo para isto foi a criação da nova Região Pastoral dos Campos Elíseos. Esta Região Pastoral foi criada em 83, ano em que aflorou a solução para este conflito entre CEBs e instituição.

Após a destituição da Coordenação de Pastoral das Vilas e Alguns Bairros e a criação desta nova Região Pastoral, não percebemos outras mudanças significativas, dentro do espaço de tempo delimitado por esta pesquisa, que desabone nossa análise. E, tentando completá-la, buscamos reforço em Gramsci quando este afirma: "Deve-se notar que todas as inovações no seio da Igreja, quando não são devidas à iniciativa do centro, têm em si algo de herético e terminam assumindo explicitamente este caráter, até que o centro reaja energicamente, desbaratando as forças inovadoras, reabsorvendo os vacilantes e excluindo

^{47/} Cf. "Assembléia Arquidiocesana de 1980" , p.89-90; Arquivo da Arquidiocese .

os refratários"^{48/}.

4.3. O Conflito no Nível de Relação das CEBs com a Sociedade

Os conflitos vivenciados pelas CEBs em relação à sociedade, já foram de algum modo apontados quando discutimos o capítulo sobre a sua afirmação^{49/} e serão também retomados quando discutirmos o capítulo conclusivo.

Tais conflitos manifestaram-se na relação das CEBs com os movimentos reivindicatórios, com o movimento sindical e também, com os partidos políticos.

É importante ressaltarmos que a manifestação dos conflitos das CEBs com a sociedade não se dá apenas na relação com cada instância acima lembrada mas também em função da constituição eclesial das próprias comunidades que, de certa maneira lhes impõem uma especificidade.

Não cabe aqui retomar a discussão dos conflitos das CEBs com a sociedade em suas várias instâncias. Eles devem no entanto ser iluminados por uma teoria geral da sociedade, onde poderemos perceber o conflito fundamental do qual advem todos os outros, qual seja: o conflito de classes.

^{48/} In Gramsci, A.; Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, p. 284.

Também Bourdieu poderia ser citado aqui, quando, após comentar sobre a questão do monopólio da Igreja e a ameaça da ação profética como sendo uma ameaça à própria existência da instituição, acrescenta:..."quando as relações de força são favoráveis à Igreja, a consolidação dessa depende da supressão do profeta (ou da seita) por meio da violência física ou simbólica (excomunhão), a menos que a submissão do profeta (ou do reformador) ou seja, o reconhecimento da legitimidade do monopólio eclesiástico (e da hierarquia que o garante), permita sua anexação pelo processo de canonização (por exemplo, S.Francisco de Assis)". Cf. "Gênese e Estrutura do Campo Religioso", in op.cit., p. 62.

^{49/} Cf. III Capítulo, sobretudo os itens 3.2 e 3.4.2.

4.3.1. CEBs, Religião e Luta de Classes

Os conflitos vividos pelas CEBs não se dão única e exclusivamente devido às forças internas em luta na Igreja, mas têm também uma origem fora da instituição ou mesmo fora das próprias CEBs. Neste sentido, os conflitos vividos pelas CEBs não são criados apenas por elas, mas passam a ser vivenciados por estas comunidades, na medida mesma em que elas são constituídas por elementos históricos que vivem numa determinada sociedade dividida em classes sociais. Classes estas que se constituem historicamente através da própria estrutura de organização da produção nesta mesma sociedade.

Neste processo de produção, as classes sociais estão numa luta constante: ou tentando mantê-lo ou buscando a sua transformação. Tentam mantê-lo, as classes que controlam e se beneficiam dos meios de produção. E por outro lado, buscam transformar este processo, as classes que constituem a força de trabalho e não têm condições, devido à própria estrutura de organização desta produção, de usufruir de maneira mais justa, dos resultados daquilo que é produzido.

Segundo Engels, "Fora precisamente Marx quem primeiro descobriu a grande lei da marcha da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas, quer se processem no domínio político, religioso, filosófico ou qualquer outro campo ideológico, são na realidade apenas a expressão mais ou menos clara de lutas entre classes sociais, e que a existência e, portanto, também os conflitos entre essas classes sociais são, por seu turno, condicionados pelo grau de desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e pelo seu modo de troca, este determinado pelo precedente"^{50/}.

Ora, não é nossa pretensão descrever aqui todo o processo produtivo e a constituição das classes sociais em nossa sociedade, mas queremos destacar a importância, influência ou mesmo a imposição de determinados limites, em decorrência deste processo, na organização geral de qualquer sociedade, em suas

^{50/} In "Prefácio de Engels para a 3ª edição" de O 18 Brumário de Luiz Bonaparte; 1985, p. 328.

várias instâncias, inclusive na religiosa.

Neste sentido é importante lembrar que "numa sociedade de classes, toda a ação religiosa é uma ação efetuada no seio de conflitos de classe e, como tal, é uma ação atravessada, limitada e orientada por tais conflitos. A maneira, porém, como esses conflitos atravessam, limitam e orientam a ação religiosa em seu seio, varia de uma classe a outra, de um grupo social a outro"^{51/}.

É ainda pertinente lembrar que a constituição e permanência dessas classes sociais se dão num processo histórico dinâmico; assim sendo, "uma classe social é uma realidade móvel e mutante, multiforme e heterogênea, que nunca é "dada" de maneira estática, isolada e de uma vez por todas. Uma classe social é - sempre - fruto provisório de um processo inerente a todo modo assimétrico de produção; e este resulta da tendência a re distribuir assimetricamente os membros de uma determinada comunidade nas diversas posições implicadas pela divisão do trabalho típica desse modo de produção"^{52/}.

Ora, ao analisarmos as CEBs sob o ponto de vista de sua constituição poderemos constatar que elas são constituídas por homens históricos, situados e condicionados por uma realidade concreta, econômica, política, social e cultural. São homens que vivem uma situação de marginalidade. Marginalidade esta que pode ser constatada pela própria localização geográfica destas comunidades. Localização que, numa sociedade capitalista, independe da vontade ou da escolha de seus moradores mas, está diretamente relacionada às condições e possibilidades econômicas determinadas pela localização destes moradores no processo produtivo da sociedade.

Em Campinas as CEBs surgiram nas Vilas Planejadas pelo BNH e atingiram também alguns bairros da periferia. Esses locais geográficos foram criados e reservados para serem habitados por um contingente de pessoas que vieram para Campinas em busca de melhores condições de vida que se pensava conseguir,

^{51/} In Maduro, Otto; Religião de Luta de Classes; Petrópolis, Vozes, 1981 p. 99.

^{52/} Idem, p.101 - grifo do autor.

a partir do trabalho em suas indústrias, já que Campinas havia se transformado aos poucos num dos grandes centros industriais do país^{53/}.

Na medida em que as CEBs, assim constituídas e localizadas vão vivendo as suas contradições internas e também as contradições da sociedade onde elas são formadas, elas vão construindo um processo educativo-político. O caráter político desta educação produzida nas/pelas CEBs vai sendo adquirido na medida em que seus membros vão interiorizando as contradições da sociedade e, absorvendo e/ou criando os requisitos indispensáveis à participação no contexto social.

É nesta participação que os membros das comunidades vão também se envolvendo mais e descobrindo a "luta de classes". Esta descoberta não acontece pela utilização corrente da categoria "luta de classe", mas pela prática social efetivada através da participação nos movimentos reivindicatórios e também pelas discussões sobre a necessidade de participação nos sindicatos e nos partidos políticos.

Segundo Marilena Chauí, a "luta de classes não é apenas o confronto armado das classes, mas está presente em todos os procedimentos institucionais, políticos, policiais, legais, ilegais de que a classe dominante lança mão para manter sua dominação, indo desde o modo de organizar o processo de trabalho (separando os trabalhadores uns dos outros e separando a esfera de decisão e de controle do trabalho da esfera de execução, deixando esta última para os trabalhadores) e o modo de se apropriar dos produtos (pela exploração da mais-valia e pela exclusão dos trabalhadores do usufruto dos bens que produziram), até as normas do Direito e o funcionamento do Estado. Ela está presente também em todas as ações dos trabalhadores da cidade e do campo para diminuir a dominação e a exploração, indo desde a luta pela diminuição da jornada de trabalho, o aumento de salários, as greves, a criação de sindicatos livres até a formação de movimentos políticos para derrubar a classe dominante. A luta de classes é o cotidiano da sociedade civil. Está na política salarial, sanitária e educacional, está na propaganda e no consumo, está nas greves e nas eleições, está nas relações entre pais e filhos, profes

^{53/} Cf. 2º Relatório para a FAPESP - anexo: "O Processo Urbano-Industrial de Campinas.

sores e estudantes, policiais e povo, juízes e réus, patrões e em pregados"^{54/}.

4.3.2. CEBs e a "Solução" dos Conflitos, em Função da Luta de Classes

Embora as CEBs possam perceber e vivenciar determinados conflitos existentes em função da luta de classes, presente na sociedade na qual estão inseridas e são portanto perpassadas por ela, a solução destes conflitos não está na percepção das CEBs. A solução deles vem de fora das CEBs, acontece na sociedade. Isto porque a luta de classes tem sua origem na estruturação da organização da produção na sociedade; e a sua superação se dá pois, pela criação de condições materiais que possibilitem a transformação desta estruturação. Ora, a criação destas condições não cabe às CEBs, na medida mesma em que elas não estão diretamente ligadas à organização produtiva da sociedade. As CEBs poderão dar uma certa contribuição, porém não serão as únicas responsáveis para criar tais soluções.

A organização sindical autêntica e os partidos políticos ligados aos interesses dos que são "força de trabalho" e sustentação da organização produtiva da sociedade, poderão contribuir de forma mais direta e efetiva para que as condições materiais necessárias sejam criadas e possibilitem, dentro do processo histórico, transformações que venham a diminuir cada vez mais os conflitos existentes na sociedade em decorrência da "luta de classes" em seu interior.

Sendo assim, os conflitos vividos pelas CEBs, em consequência da luta de classes presentes na sociedade, não serão os principais causadores de sua crise; pelo menos na situação histórica vivida por elas em Campinas.

^{54/} In Chauí, Marilena; O que é Ideologia; Ed. Brasiliense, 1981, p. 75-

O envolvimento e participação das CEBs de Campinas nos movimentos reivindicatórios da década de 70, o crescimento da participação leiga em sua coordenação de pastoral, as discussões em seu interior sobre a necessidade da participação nos sindicatos (seu envolvimento na chapa de oposição dos metalúrgicos) e na política partidária (principalmente no PT) podem significar uma incipiente consciência de classe. E o conflito surge na medida em que a consciência de classe emerge (pelo menos nos agentes, se não na maioria dos membros da comunidade). E na medida em que estas formas de participação foram crescendo, a luta de classes também se fazia mais clara na consciência dos participantes destas comunidades. Contudo, é necessário lembrar que as CEBs são eclesiais e como tal têm sua ligação com a Igreja enquanto instituição. E esta, tanto em relação ao social quanto em relação à sua própria constituição, enquanto organizadora e promotora do religioso, tem um suposto que se pauta pela unidade e não pela luta de classes. Ora, a realidade mostra contudo que a Igreja não é uma comunidade harmônica e é caracterizada por contradições e não pela unidade. Esta no entanto, tem sido conseguida, principalmente em situações de crise, pela imposição da força propriamente simbólica, presente na Igreja por intermédio de seus dirigentes, legitimada historicamente, que transcende a capacidade de percepção e organização de seus fiéis e que ao mesmo tempo é reconhecida e aceita por eles.

Já que as CEBs são eclesiais, o processo educativo-político vivido por elas é mediado também pelo religioso.

Ora, durante a década de 70, devido as circunstâncias conjunturais da sociedade que transparecia como sendo fechada e arbitrária, na medida em que se sustentava no regime militar, as CEBs puderam se destacar mais sob o aspecto educativo-político. Foram elas um espaço possível e permitido, inclusive devido à sua organização e força mobilizadora e articuladora dentro do contexto social. Porém, a partir do momento em que o país começa a viver, no final da década de 70, um processo de passagem de um "sistema" fundado na chamada "linha dura" para um "sistema" que propõe a "distensão" e a "abertura", dando origem ao regime que se sustenta na chamada "Aliança Democrática", as CEBs sofreram um certo retraimento neste destaque que elas haviam conseguido anteriormente.

É concomitante a este retraimento, a emergência na cena política dos partidos, dos sindicatos (autênticos), e das associações de classes.

Em Campinas, este processo irá coincidir com a tentativa de paroquialização das CEBs, havendo como que uma tentativa de volta ao religioso. E aqui somos tentados a concordar com Alfredo Fierro que ao analisar a "Iglesia y mesianismo en la transición española" faz o seguinte comentário: "Con la transición a la democracia, la correlación de fuerzas dentro del cristianismo ha vuelto a su situación 'normal', a la históricamente habitual y dominante. El poder eclesiástico ha recuperado su hegemonía y el profetismo se ha evaporado. Las comunidades cristianas populares pueden continuar sosteniendo un discurso en todo semejante al de hace unos años con acentos proféticos y mesiánicos. Pero el impulso latente y eficaz bajo el discurso ha desaparecido. Su desaparición ha sido correlativa de la producción del acontecimiento semi-escatológico esperado, la recuperación de las libertades públicas. Era la expectativa de esquecimiento lo que nutría la llama mesiánica, que vuelve ahora estado de rescoldo, talvez en espera de nuevos avivamientos, pero escasamente ya visible"^{55/}.

^{55/} In Fierro, A.; Teoria de los Cristianismos; Ed. Verbo Divino, Estella (Navarra), 1982, p. 370.

5. CONCLUSÃO

PASTORAL, PEDAGOGIA E POLÍTICA

Introdução

Lendo os Boletins, Relatórios de Reuniões, os Calendários das Atividades, os "Folhetos de Missas", ou mesmo os Cânticos utilizados pelas CEBs, torna-se tarefa difícil a separação de três componentes que nestes documentos aparecem interligados, ou seja: a pastoral, a pedagogia e a política.

Se tomamos por exemplo, um cântico muito utilizado pelas CEBs durante a década de 70:

NOSSA ALEGRIA

Nossa alegria é saber que um dia
Todo esse povo se libertará
Pois Jesus Cristo é o Senhor do Mundo
Nossa esperança realizará

Jesus manda libertar os pobres
E ser cristão é ser libertador
Nascemos livres pra crescer na vida
Não para ser pobre nem viver na dor.

Vejo no mundo tanta coisa errada
A gente pensa em desanimar
Mas quem tem fé está com Cristo
Tem esperança e força pra lutar.

Não diga nunca que Deus é culpado
quando na vida o sofrimento vem
Vamos lutar que o sofrimento passa
Pois Jesus Cristo já sofreu também.

"Libertação se encontra no trabalho
Mas há dois modos de se trabalhar

Há quem trabalha escravo do dinheiro
 Há quem procura o mundo melhorar.

De pouco a pouco o tempo vai passando
 A gente espera a libertação
 Se a gente luta ela vai chegando
 Se a gente espera ela não chega não.

Podemos perceber que o próprio cântico é uma maneira pedagógica de se transmitir uma determinada mensagem que por sua vez é, ao mesmo tempo, pelo seu conteúdo, pastoral e político. É pastoral pois possui e transmite elementos de uma determinada crença religiosa:

"Jesus Cristo é o Senhor do mundo"
 "Quem tem fé sempre está com Cristo"
 "Não diga nunca que Deus é culpado"
 "Jesus Cristo já sofreu também".

É político pois contém elementos que demonstram, uma certa relação e organização das pessoas num determinado contexto social:

"Nossa alegria é saber que um dia
 Todo este povo se libertará"
 "Nascemos livres pra crescer na vida
 Não para ser pobre nem viver na dor".
 "Vamos lutar que o sofrimento passa"

Ou ainda, as duas últimas estrofes:

"Libertação se encontra no trabalho
 Mas há dois modos de se trabalhar
 Há quem trabalha escravo do dinheiro
 Há quem procura o mundo melhorar"

"De pouco a pouco o tempo passando
 A gente espera a libertação
 Se a gente luta ela vai chegando
 Se a gente para ela não chega não".

Em algumas estrofes, pode-se perceber também a inter-relação entre o pastoral e político:

"Jesus manda libertar os pobres" (aqui podemos notar um posicionamento político na relação entre ricos e pobres, existente na sociedade). E o verso conclui que: "Ser cristão é ser libertador".

E o cântico continua:

"... quem tem fé sempre está com Cristo
tem esperança e força pra lutar".

E ainda:

"Vamos lutar que o sofrimento passa
Pois Jesus Cristo já sofreu também".

Finalmente, há de se fazer notar que além do fato de ser o próprio cântico uma ação pedagógica, no caso específico deste que estamos analisando, podemos encontrar principalmente na terceira estrofe, os três elementos componentes de um método (que discutiremos adiante) bastante utilizado nas comunidades, ou seja: o **VER-JULGAR-AGIR**. Vejamos pois:

"Vejo no mundo tanta coisa errada (**VER**)
A gente pensa em desanimar
Mas quem tem fé sempre está com Cristo (**JULGAR**)
Tem esperança e força pra lutar" (**induz um AGIR**)

Um outro exemplo poderia ser dado, na tentativa de comprovar a dificuldade que colocamos inicialmente. Se tomarmos o "Folheto de Missa", denominado "**Todos Irmãos**", também muito usado entre as comunidades, poderemos perceber a presença e interligação dos três elementos: pastoral, pedagogia e política. Citamos apenas o "Folheto" utilizado em 03/10/82, cujo tema central era: "Todos somos iguais". Nele encontramos um ítem, chamado "Tema de Reflexão", feito antes da leitura do Evangelho, cujo conteúdo seria preponderantemente político se não fosse sua utilização pedagógica dentro de uma celebração litúrgica (missa), portanto pastoral. Vejamos o que diz o texto:

"O mundo está dividido entre ricos e pobres.
São as CLASSES SOCIAIS. E esta divisão não é por acaso .
Existem aqueles que são donos das fábricas, das terras,
das máquinas, das ferramentas de trabalho.
Trabalham pouco e se enriquecem bastante.
Fazem as leis e controlam a Justiça.
São donos dos grandes jornais, dos canais de TV.
Têm apoio do exército e da polícia.
Dominam e impõem sua vontade.
Esta é a classe alta. É a classe dominante. São minoria.
Apenas 5% da população.
Existem aqueles que não tem as ferramentas, nem terras, nem
poder, nem lucro, nem dinheiro. Trabalham muito e ficam cada
vez mais pobres. Só tem a força do braço, alugada por baixo
salário. Quando se ajuntam para lutar pela Justiça são força
invencível! Mas a classe dominante toma muito cuidado para
que isto não aconteça. Seria o fim.
Esta é a classe dominada. É a classe trabalhadora.
São milhões! 80% da população.
A classe dominante se serve da política para dominar.
Por isso faz força, usa todos os meios, para ganhar eleições.
Assim produz a ilusão de que tem apoio do povo.
Nestas condições, como ser missionários hoje?(sic) Como fa
zer conhecer a resposta de Cristo?
Como fazer com que todas as pessoas tenham vida digna e
mesmo participem na organização econômica, social, política
e cultural?

A separação entre o pastoral-pedagógico-político, na realidade não acontece entre as CEBs, pelo menos é o que demonstra seus documentos ou mesmo sua prática, para quem a viveu. Tal separação é possível apenas numa transcrição didática. E é o que faremos em seguida.

Antes, no entanto, é necessário destacarmos que a Igreja de Campinas ao criar e incentivar as CEBs, não possuía um projeto pedagógico e nem um projeto propriamente político, mas sim elementos para um projeto eminentemente pastoral que contudo, em seus momentos de elaboração e tentativas de efetivação, não poderia deixar de ser pedagógico e político.

O projeto pastoral da Igreja de Campinas não pode ser encontrado de forma definitiva e pronta, mas pode ser percebido num constante fazer-se, a partir de uma necessidade sentida pelos órgãos diretivos da Igreja local, não só de planejar a ação desta, num contexto social de transformações aceleradas, como também inspirados pela forma de organização pastoral planejada da Igreja em âmbito latino-americano e brasileiro.

Tal projeto foi sendo construído em meio à reestruturação e organização de instâncias organizativas da ação da Igreja, durante a década de 60, tendo ainda como pontos culminantes, os planos pastorais da década de 70^{1/}.

O que nos interessa ressaltar aqui, é como as CEBs, criadas e incentivadas pela instituição, exerceram também uma ação pastoral, pedagógica e política, enquanto participantes da Igreja de Campinas. Em que medida a ação das CEBs se difere da instituição e quais as possibilidades de sustentação de tal ação.

5.1. A Ação Pastoral

5.1.1. CEBs e Ação Pastoral

Nos capítulos anteriores tivemos elementos para se saber como foi feita a pastoral através das CEBs. Quando falamos sobre o Momento de Geração, vimos que o trabalho dos agentes de pastoral nas Vilas esteve inicialmente voltado para o acolhimento, integração e promoção humana de seus habitantes tendo concomitantemente um trabalho religioso através do qual se tentava chegar "a uma catequese e vida litúrgica consciente". Embora pouco se diferenciando do trabalho feito nas paróquias, o incentivo aos pequenos grupos e à pastoral batismal pareceram demonstrar melhores resultados.

No que chamamos de Momento de Afirmação, pudemos perceber o destaque dado às CEBs nos programas e prioridades dos Planos de Pastoral da Arquidiocese e principalmente os resultados

^{1/} Cf. p. 27 1º Capítulo.

no 3º Plano, em razão da organização e mobilização das comunidades, tornando-o inovador, principalmente em seu objetivo e prioridades, para uma arquidiocese tradicionalmente conservadora.

O trabalho pastoral foi um elemento fundamental para a afirmação das CEBs, e continuou sendo, mesmo no chamado Momento de Crise que se deu não exclusivamente pela sua pastoral, mas pela forma de sua organização e articulação, consideradas como paralelas frente aos órgãos diretivos da instituição.

Ora, o trabalho pastoral como elemento fundamental para as CEBs, se justifica pela eclesialidade de tais comunidades e também pela permanente presença nelas, do princípio de ligação entre Fé e Vida. Tal princípio busca uma relação constante entre a Bíblia (palavra de Deus) e os acontecimentos cotidianos e históricos-sociais dos fiéis.

O princípio de ligação entre Fé e Vida se fez presente nas comunidades, desde o atendimento das necessidades religiosas dos fiéis (através dos grupos de batismo, catequese, crisma, liturgia, etc...), até o trabalho cuja preocupação preponderante era a divulgação e expansão da comunidade através dos "grupos de ruas", que se reuniam esporadicamente para rezar o terço ou discutir o Evangelho; ou ainda através dos "círculos bíblicos" preparados para serem realizados em épocas consideradas pela comunidade como especiais, tais como a "Semana Santa", a "Semana do Trabalhador (maio), o "Mês da Bíblia" (setembro) e o Natal.

Entendendo por pastoral, a forma através da qual a Igreja organiza seu relacionamento e transmissão de seu conteúdo religioso a seus fiéis, podemos afirmar num primeiro momento, que a criação das CEBs em Campinas, foi uma das formas utilizadas pela instituição para atingir tal finalidade. Através da presença das religiosas, buscava-se plantar a "semente-Igreja" nas Vilas Planejadas que, num processo relativamente rápido, estavam sendo criadas.

5.1.2. Campo de Ação Pastoral Diferenciado

Escolhidas inicialmente como "áreas experimentais" de pastoral, as Vilas foram aos poucos, sendo transformadas em campo de ação pastoral diferenciado em relação à ação tradicio-

nalmente desenvolvida nas paróquias da arquidiocese. De uma necessidade inicial de presença da Igreja nas Vilas, estas foram buscando ser, através de um pequeno grupo de padres, religiosas e posteriormente também de leigos, uma presença diferente de Igreja. Em que termos tal diferença pode ser percebida?

Em primeiro lugar, através do empenho e compromisso desse pequeno grupo em assumir tal trabalho pastoral que, principalmente no caso das religiosas, deveria ser assumido "não por obediência, mas por ideal".

Por ser um campo de pastoral novo, a racionalização e burocracia dos serviços, comuns ao trabalho pastoral nas paróquias e mesmo nas demais instituições religiosas, não se fazia presente nas Vilas.

Além de ser um campo de pastoral novo, o trabalho nas Vilas abria perspectivas para as religiosas, para uma maior proximidade com "o mundo", com as pessoas comuns e principalmente com a redescoberta dos pobres, já que muitas vezes não tinham tais possibilidades nos conventos ou mesmo, em seu campo de ação pastoral (paróquias, colégios, hospitais etc...). Tal proximidade poderia inclusive, solucionar crises pessoais desencadeadas em razão do desgaste do chamado carisma inicial dos fundadores de tais congregações religiosas no decorrer do tempo. Desgaste este, provocado pelo crescimento, racionalização e consequente burocratização de tais ordens religiosas. Morando nas Vilas, as freiras tinham maiores possibilidades se estarem muito mais próximas do carisma que as levaram a assumir tais congregações religiosas.

A fundamentação para o empenho e compromisso do pequeno grupo que assumiu o trabalho pastoral nas Vilas, era declaradamente religiosa: "como sacerdotes e religiosas desejamos colocar-nos a serviço dos outros irmãos, atendendo a um chamado imperioso do Cristo, para trabalhar e viver entre eles"^{2/}.

O trabalho pastoral nas Vilas vai aos poucos se diferenciando do que vinha sendo desenvolvido nas paróquias, também em função das circunstâncias vividas pela arquidiocese, uma vez que estava localizada numa região onde a industrialização e urbanização provocaram mudanças aceleradas. As Vilas Planejadas surgi

^{2/} In "Reflexão dos Padres e Irmãs - Vilas Planejadas", 06/06/70- Arquivo da Arquidiocese.

ram como possibilidade do atendimento, por parte do poder público, à necessidade de moradia e acomodação das pessoas que vieram para Campinas, buscando melhores condições de trabalho em suas indústrias. As CEBs, criadas inicialmente nestas Vilas, foram a maneira encontrada pela Igreja, para atingir os seus fiéis de fato e em potencial, presentes nelas.

Um elemento diferenciador na pastoral da arquidiocese será a presença e ação desempenhada pelas religiosas e leigos nas Vilas. Como sabemos, o agente "clássico" que por tradição e função tem mantido o monopólio da execução da Pastoral da Igreja tem sido o padre, contudo, dada a circunstância de carência de quadros especializados (clero) vivida pela Igreja no final da década de 60, as religiosas foram também chamadas para serem o "sinal-Igreja" nas Vilas. Aí, foram aos poucos desenvolvendo um trabalho de formação de quadros complementares, a partir dos leigos, em função da ação pastoral. Dentro de tais condições, uma nova forma de organização pastoral foi sendo moldada.

Ao nível da comunidade, o leigo é levado a participar, a falar e a agir. Aceitando, inicialmente com dificuldades, a impossibilidade da constante presença do padre, o leigo passa a assimilar a presença comprometida e constante da religiosa que por sua vez busca sustentação do trabalho pastoral na captação de agentes leigos. Tais agentes passam também a assumir as atividades referentes ao culto, celebrações e tarefas organizativas da comunidade.

A partir da concepção de que a "Igreja somos nós", muitos leigos passaram a assumir na comunidade de base uma participação mais efetiva, alargando o seu espaço de ação, atingindo inclusive a esfera de decisões internas da comunidade. É importante contudo, ressaltarmos que tal participação se tornou efetiva muito mais no nível interno das comunidades e em sua organização e relação inter-comunidades, via Coordenação de Pastoral das Vilas e Alguns Bairros, que em relação à organização geral da Arquidiocese, via Cúria Metropolitana (ou Coordenação de Pastoral). Desta forma, a concepção de que "a Igreja somos nós", ao mesmo tempo que possibilita uma participação maior do fiel, pode escamotear ou mesmo "suavizar" a organização hierárquica fundamental, tradicionalmente presente na Igreja

Nas celebrações litúrgicas, como a missa por exemplo, é comum ainda hoje percebermos a participação do leigo, principalmente durante a homilia quando o padre o instiga, através de questões a partir do Evangelho, ou lhe deixa um espaço aberto de participação para interpretações das leituras bíblicas.

É necessário porém lembrar, que em tais celebrações o padre ainda ocupa o lugar central. A participação leiga se torna um espaço permitido. Tal situação é aceita e legitimada pela comunidade de fiéis que participa das celebrações.

Quando o padre não está presente e é realizado na comunidade o culto da Palavra, o número de fiéis pode diminuir entre os "cumpridores de preceito". O "grupo ativo" e os agentes assumem no entanto, um espaço de participação efetiva, delegado pelo sacerdote e aos poucos legitimado pela comunidade de fiéis.

Embora as CEBs tenham sido criadas e incentivadas pela instituição, como uma forma de ação pastoral que se fazia necessária, tal forma foi aos poucos se diferenciado em sua afirmação e ao mesmo tempo buscando interferir na própria ação pastoral da Igreja enquanto um todo. Esta interferência pode ser percebida principalmente através do 3º Plano de Pastoral, em suas etapas de elaboração e tentativas de realização na Arquidiocese.

A diferenciação que salientamos acima, tornou-se mais clara a partir da criação da Coordenação de Pastoral das Vilas e Alguns Bairros e graças principalmente, à sua composição, legitimidade e organização.

5.1.3. Unidade e Alinhamento

A busca de uma unidade da pastoral sempre esteve presente, como um desejo dos órgãos diretivos da Igreja. Tal busca pode ser verificada através dos Planos de Pastoral, principalmente no primeiro e terceiro onde se tinha um objetivo comum a toda a Arquidiocese. Todavia, o conflito constitutivo da própria instituição impediu a real efetivação de tais projetos, já que ao serem decididos em assembleias (principalmente o referente ao 3º Plano) estava muito mais próximos dos interesses das forças

internas da Igreja melhor organizadas. As CEBs em Campinas, no final da década de 70, demonstravam uma melhor organização, daí a predominância de seus interesses sobre as demais forças existentes. Esta predominância porém, não fora suficiente para modificar substancialmente a pastoral arquidiocesana. Os conflitos acirraram e possibilitaram a interferência dos órgãos diretivos da instituição que em razão de sua própria ordem lógica de preservação, alegando uma coordenação paralela, destituiu a Coordenação da Pastoral das Vilas e Alguns Bairros e tentou um alinhamento das CEBs às paróquias existentes na Arquidiocese.

Esta tentativa de alinhamento, ou como dissemos anteriormente, de paroquialização das CEBs, não se deu, sem antes remover padres que tinham um trabalho pastoral junto às comunidades.

Desta forma foi possível, dentro da história das CEBs em Campinas um arrebanhamento dos fiéis, garantindo a presença da Igreja nas Vilas Planejadas e em Alguns Bairros, pela criação das CEBs e, quando estas demonstravam uma certa ameaça à própria instituição, houve uma certa neutralização das forças potencialmente presentes em seu interior.

Conversando com um agente de pastoral sobre as CEBs em Campinas, este afirmava que "apesar delas terem sido um grupo questionador, em contato com as paróquias, não conseguiram modificar essencialmente a vida destas". E acrescentou: "alguns padres, religiosas e a Coordenação de Vilas, exerceram um papel relevante para o avanço e fortalecimento das CEBs, tanto que após a desarticulação da Coordenação e remoção de padres que trabalhavam ou assistiam as comunidades, muitas delas se desestabilizaram"^{3/}.

Tal depoimento fêz-nos lembrar de uma observação de Portelli que usaremos para completar esta parte de nosso trabalho. Diz ele: "O problema dos intelectuais é socialmente marginal, mas ideologicamente determinante: marginal, pois os intelectuais católicos não constituem mais do que uma fração ínfima da população católica. Mas sua influência não é desprezível na Igreja na medida em que ela pode utilizá-la para seu próprio esplendor"^{4/}.

^{3/} Depoimento de uma agente de pastoral, cujo trabalho vem sendo desenvolvido entre as CEBs de Campinas, desde 1979.

^{4/} In Portelli, H., op.cit., p. 135.

5.2. A Ação Pedagógica

5.2.1. Educação como Prática Social

Ao processo de produção e transmissão de saber, resultante das relações entre os homens dentro de uma determinada sociedade, chamamos de Educação. Esta, consiste numa prática social que é mediatizada pelas crenças, idéias, valores, pelo modo de organizar o trabalho, a fala, a política, a cultura, etc... de uma determinada sociedade.

"Não há uma forma única nem um único modelo de educação. Em mundos diversos a educação existe diferente e de acordo com as necessidades dos grupos"^{5/}.

A escola, evidentemente não é o único meio, em nossa sociedade, de produção e transmissão de saber. Este é produzido e transmitido historicamente de várias formas, na medida mesma em que o homem se relaciona com os outros no meio em que vive.

Num país como o que vivemos, ou mesmo numa região urbana e industrial como Campinas, onde a realidade escolar deixa muito a desejar, no que diz respeito à distância entre a oferta e o potencial de demanda da população de baixa renda, tal parcela da população, negada neste e em boa parte de seus direitos, pode ser organizada ou se organizar a partir de suas condições e interesses de classe, buscando meios que a auxiliem a sair da precariedade de vida que lhe é imposta. Na relação e na organização que se vai criando na busca de tais meios, esta parcela da população vai vivendo e construindo um processo de educação popular. Educação que se dá fora da escola institucional, num movimento assistemático que contudo, pode ser permeado por um tipo de saber voltado para os interesses de classe de tal parcela da população.

^{5/} Brandão, Carlos Rodrigues, O que é Educação, São Paulo, Ed. Brasiliense, 3ª Ed., Col. Primeiros Passos, 1981, p. 9.

5.2.2. - CEBs e Educação Popular

Ao considerarmos as CEBs desde o seu momento de gestação na Arquidiocese de Campinas, podemos perceber que elas possuíam as condições básicas para que um processo educativo popular se instaurasse. Tal afirmação pode ser feita sobre as CEBs, em razão de sua localização geográfica (nas Vilas Planejadas e posteriormente em alguns bairros periféricos), de sua constituição (pessoas de baixa renda), e ainda em razão da presença dos agentes de pastoral que desde o início tiveram como preocupação, suscitar lideranças leigas no meio em que estavam inseridos.

O processo educativo desenvolvido nas CEBs se realizou a partir da relação de seus membros entre si, com a Igreja enquanto instituição e ainda, com os outros membros e instituições da sociedade.

O fato de ser a comunidade constituída por um pequeno grupo de pessoas, favoreceu um relacionamento interpessoal, de conhecimento e de interesse, ocorrido nas reuniões, nos círculos bíblicos, no desempenho de tarefas e até mesmo no culto e nas celebrações.

Tal relacionamento pôde se intensificar ainda mais, na medida em que as pessoas que participavam de uma comunidade, além de morarem numa mesma região, possuíam os mesmos problemas referentes à infra-estrutura urbana ou às condições de vida e trabalho. A comunidade possibilitava a discussão de tais problemas, buscando formas organizadas de solução para os mesmos.

Nesta busca e em suas relações internas as CEBs se tornavam participativas e democráticas. Todos tinham o direito e o espaço de falar e de participar, e de certa forma, os agentes de pastoral procuravam envolver os outros membros das CEBs na execução de tal participação, principalmente no que se refere às tarefas internas ou mesmo externas, quando se formavam comissões de trabalho pastoral, ao nível da Arquidiocese ou então, comissões de trabalho nos movimentos reivindicatórios, ao nível do social.

Por terem sido criadas e incentivadas pela Igreja e por serem eclesiais, as comunidades necessariamente mantiveram

uma relação também com a instituição. Relação, que como vimos nos capítulos anteriores, se deu em meio a um certo controle pela hierarquia, a conflitos com as Paróquias ou mesmo com determinados órgãos diretivos da Arquidiocese, mas não pela ruptura que levaria a uma descaracterização das comunidades.

A relação das CEBs com outros membros da sociedade se deu pela busca do atendimento a determinadas necessidades religiosas (principalmente dos sacramentos) que outras pessoas faziam na comunidade ou mesmo quando esta tentava sua expansão pela divulgação de sua presença e dos elementos religiosos que possuía. É no entanto, na tentativa de solução dos problemas comuns de infra-estrutura urbana, de condições de vida e trabalho, que as comunidades expandiram as relações em direção a outros membros e instituições da sociedade. Esta relação se deu pela participação ou organização de movimentos reivindicatórios, tanto ao nível da própria vila ou bairro, quanto também no envolvimento de outras vilas e bairros com problemas semelhantes.

A participação ou organização de movimentos reivindicatórios exigia uma demonstração de força frente ao poder público, responsável para que as reivindicações fossem atendidas. Daí a necessidade de articulação por parte das CEBs, quando organizavam tais movimentos, com as associações de moradores, com outras igrejas ou seitas, com partidos políticos, etc., para poderem enfrentar as instituições ou órgãos públicos mais diretamente responsáveis pelas soluções reivindicadas.

Todo este contexto de relações presentes nas CEBs, constituiu um processo educativo de consciência e aprendizagem.

É nas relações, na percepção das necessidades e na prática que busca a superação de tais necessidades que as comunidades foram aprendendo, sabendo e se educando.

5.2.3. CEBs: Educação e Limite

Sendo as CEBs eclesiais, caberia aqui uma questão pertinente: qual a esfera propriamente educacional da igreja? ou ainda mais especificamente: O que a Igreja de Campinas se propunha em termos pedagógicos em sua ação missionária, catequétici-

ca e litúrgica? Como isto foi realizado nas CEBs?

Na introdução deste capítulo já salientamos que a Igreja de Campinas não possuía um projeto pedagógico ou político, mas elementos de um projeto pastoral que inclusive envolveu as vilas, onde surgiram as CEBs, enquanto "áreas experimentais de ação pastoral". Todavia, a ação dos agentes nas Vilas e bairros periféricos se deu em meio a uma relação pedagógica capaz de despertar uma certa organização e articulação dos membros das CEBs que no entanto, não chegou a impedir, no confronto com o interesse e força dos órgãos diretivos da instituição, a desejada paroxialização.

Na ação pedagógica desenvolvida nas CEBs, o desenrolar de ações reivindicatórias pôde oferecer uma razoável contribuição. O que aliás é reconhecido oficialmente. Na Carta Pastoral de 78 podemos ler: "a luta reivindicatória deve ser o ítem principal de um processo pedagógico de participação e tomada de consciência da situação real e dos mecanismos ocultos que a explicam. É só na prática transformadora, a partir dos problemas reais, que as comunidades exercerão seu papel libertador"^{6/}.

Sabemos porém que tal "luta reivindicatória" tem seu limite circunscrito ao social e que mesmo aí, as CEBs enquanto eclesiais não se identificam com determinadas formas de organização deste social, tais como sindicato e partidos políticos. Quando muito, as CEBs preparam os cristãos para a atuação nestas instâncias. As CEBs não têm um sindicato ou um partido político mas, através de seus membros podem exercer uma certa influência sobre eles.

"As tarefas realizadas pelas CEBs situam-se ao nível dos valores e das motivações utópicas enquanto os canais apropriados para a manifestação político-ideológica na esfera da legitimação ultrapassam o âmbito de atuação da Igreja".^{7/}

6/ In Carta Pastoral de D. Gilberto Pereira Lopes, 1978, p.10.

7/ Krischke, Paulo J., "As CEBs na 'Abertura': Mediações entre a Reforma da Igreja e as Transformações da Sociedade", In A Igreja nas Bases em Tempo de Transição, Porto alegre, L&PM - CEDEC, 1986, p. 194.

A esfera educacional da Igreja e das CEBs enquanto eclesiais, não é pois a política, é motivacional, ou seja, elas proporcionam motivações para a formação política. O que, segundo Krischke dependeria "fundamentalmente da possibilidade e disponibilidade de movimentos ideológicos e partidos "viáveis" a nível regional - em cuja ausência a Igreja tenderia, seja a exercer uma função "supletiva" no cenário político, ou a retrair-se a atividades internas, de oposição sistemática na esfera motivacional, à espera de novas oportunidades a "longo prazo".^{8/}

Ora, quando as CEBs começam a surgir em Campinas, em fins da década de 60, os movimentos ideológicos contrários aos regime instaurado no país em 64, eram rigorosamente reprimidos (o AI-5 estava em vigor) e os partidos, existiam (na oficialidade) apenas enquanto confiáveis ao regime^{9/}. Tal situação possibilitou a ação "supletiva" da Igreja, sobretudo na esfera motivacional, o que no entanto não impossibilitou atitudes concretas não só no âmbito das reivindicações, quanto também na efetiva contribuição para o surgimento de sindicatos autênticos e mesmo partidos políticos que inspiraram uma certa confiança, em fins da década de 70. Sob o aspecto pedagógico, como isto foi realizado nas CEBs?

5.2.4. O Ver-Julgar-Agir

Um dos elementos que deu uma contribuição significativa no processo educativo das CEBs foi o método característico, porém não exclusivo, utilizado por elas, qual seja: o Ver-Julgar-Agir.

^{8/} Cf. Krischke, P., op.cit. p. 196.

^{9/} Cf. AI-2, e para uma contribuição na discussão deste período Cf. Gorender, Jacob, Combate nas Trevas - A Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada, São Paulo, Ed. Ática, 1987. E também: Moreira Alves, Maria H., Estado e Oposição no Brasil - 1964-1984, Petrópolis, Vozes, 1985.

A aplicação deste método dentro das CEBs não é feita de maneira sistemática e rigorosa. Podemos dizer porém que seus componentes fazem parte da própria vida de uma parcela significativa destas comunidades, desde o momento que denominamos de gestação, onde os percebemos no processo que vai das preocupações do Conselho de Presbíteros^{10/} até a ação inicial dos agentes de pastoral das Vilas.

O Ver estava na realidade das Vilas, percebidas como locais sem assistência religiosa católica. O Julgar era feito a partir do imperativo de evangelização e fé, como exigência pastoral. O Agir se fez pela presença das religiosas que buscavam suscitar lideranças leigas capazes de sustentar a presença e permanência da Igreja nas Vilas.

O método Ver-Julga-Agir não é específico das CEBs, sua utilização já fora feita, com certa eficiência, pela Ação Católica em seus departamentos especializados (principalmente pela JUC e JOC). É fundamentalmente um método que leva à ação, acompanhada de um ganho de consciência social e política por parte de quem o exerce, na medida mesma em que se considera o Ver a realidade que se vive. Contudo, não é a qualquer ação que se leva, mas a uma ação fundamentada num imaginário religioso que se crê, e que por sua vez se funda nos valores do Evangelho. E será basicamente neste, que se buscará o Julgar.

Um dos momentos fortes na vida de uma comunidade, e onde poderemos perceber com maior clareza a aplicação do Ver-Julgar-Agir, é nas chamadas "reuniões-da-comunidade". Nestas, todos os membros da comunidade (crianças, jovens, adultos, idosos) são chamados a participar, e por vezes participam efetivamente de forma democrática. Tais reuniões são realizadas periodicamente e combinadas de comum acordo entre seus participantes. Elas são constituídas de rezas, leituras bíblicas, comunicados, cânticos e também de discussões sobre os problemas e dificuldades que envolvem seus membros e as regiões onde esses vivem e se relacionam. Ora, as regiões onde as CEBs nascem e desenvolvem, são precárias em infra-estrutura urbana e conse

^{10/} Cf. Queiróz, Celso "Planejamento Habitacional e Pastoral", in Boletim Informativo ENCONTRO, nº 1, março, 1968.

quentemente na própria condição de vida e, às vezes também na de trabalho.

Além dos aspectos relativos à organização interna (preparação do culto, das celebrações, divisão de tarefas no trabalho interno, etc...) alguns tipos de problemas prevaescem nas discussões feitas nas "reuniões da comunidade", tais como: os de tipo doméstico (doenças, ajuda na construção de um "barraco" destruído pela enchente ou mesmo pela prefeitura, contribuição mútua de "mantimentos", etc...), os de tipo social-reivindicatório (desalojamento de terras, falta de ônibus, creche, esgoto, asfalto, água, luz, etc...) ou profissional (condições de trabalho, necessidade de organização do sindicato, o desemprego, salários baixos, etc...). O momento de levantamento desses problemas, corresponde ao **Ver**. Após o qual, através da leitura do Evangelho ou de outro texto que contribua (como por exemplo os documentos da CNBB ou do CELAM) passa-se ao **Julgar**. E aqui é importante ressaltarmos que tal **Julgar** se constitui de um crivo ético, fundado numa verdade essencial da qual, a Igreja é detentora.

Por fim, a partir da relação "ação de Jesus" ou do desejo de seus legítimos representantes (tirada da leitura do Evangelho ou dos documentos dos bispos) e a "nossa ação" (tirada da "leitura da vida"), passa-se ao **Agir**, que é a organização de uma ação tentando superar concretamente os problemas existentes.

O **Ver-Julgar-Agir** em sua estruturação enquanto método, historicamente é lógico formal porque ele surge no interior de uma leitura metafísica do mundo (dentro da qual o método lógico formal se torna compreensível) em que a premissa maior seria as verdades universais da fé, a premissa menor seria os fatos, as contingências históricas da realidade vivida e a ação seria uma prática resultante da leitura do tempo histórico (premissa menor) a partir da verdade trans-histórica da fé (premissa maior). Portanto, teríamos a realização enquanto método de um silogismo: o termo maior seria a fé, o termo menor seria a realidade histórica e a conclusão o resultante dos dois termos anteriores.

As verdades universais da fé são o critério do **Julgar**. As contingências históricas são o objeto do **Ver**, e o **Agir**, é a conclusão da comparação entre a premissa menor e a premissa maior.

Por outro lado, podemos perceber que na vivência das CEBs o método ganhou uma certa dimensão dialética. Porquanto é a partir da praxis, ou da ação organizada em comunidade, que se modifica o modo pelo qual os participantes das CEBs vêem a realidade (há um ganho de visão). A ação modifica o Ver e ao mesmo tempo, há um ganho de consciência das próprias verdades da fé, levando às vezes a uma modificação da leitura das verdades universais da fé. A ação seria uma síntese dialética de dois momentos anteriores, quais sejam: a fé tal como ela é apreendida num dado momento e o mundo tal como ele é também apreendido. No momento seguinte, tanto a fé é apreendida de uma forma diferente, bem como o mundo também o é. Neste sentido a ação é uma síntese dialética, mesmo porque, não há uma ação que não seja pensada e nem um pensamento que deixe de levar a uma ação, pois senão seria um pensamento inócuo. Como as CEBs são fundamentalmente vida (vida concreta), a ação prevalece sobre o pensamento. Este é modificado, e o aprendizado das verdades universais da fé, do Evangelho, da Igreja, bem como seus critérios de verdade também são modificados, à luz desta mesma prática.

Importa lembrar ainda que a questão do método dialético (enquanto método), seja para a teologia ou para as CEBs, é um problema polêmico. As CEBs procuram se valer das contribuições que a dialética marxista (o materialismo histórico) traz à leitura da realidade, mas quer ir além. Neste sentido pretendem transcendê-la.

5.2.5. O Método e as Bases

Todo método por seu sentido e conteúdo, indica um caminho. O método utilizado nas CEBs indica a necessidade de compreensão da realidade e de compromisso de seus membros na busca de realização do "reino" com os valores do Evangelho. "Se esse caminho permite uma nova expressão das bases, escamoteia-se o fato de que o método, enquanto tal, não surge das bases. Permite, sem dúvida, que elas passem a ocupar uma nova posição na prática social e da Igreja, mas é uma proposta da hierarquia da Igreja que, nessa condição é levada às bases, a partir de uma interpretação globalizante que também foi elaborada via

hierarquia"^{11/}.

Possivelmente, o método a que estamos nos referindo nesta análise, tenha sido introjetado na vida das CEBs e lhes dado sustentação de modo que, seu aspecto formal, em suas instâncias **Ver-Julgar-Agir**, tenha possibilitado uma aproximação e compreensão maior do contexto social que se vivia; não chegando contudo a transformá-lo, na medida mesma em que tal transformação se torna possível não só através de uma determinada metodologia como também, pelas próprias condições de enfrentamento entre as forças presentes na instituição e no contexto social, e pelas condições materiais necessárias a tal transformação.

Não se pode negar todavia, a dimensão pedagógica das CEBs como um ganho qualitativo para a sociedade civil. E neste sentido, completamos nossa análise com uma afirmação de Cândido Procópio que diz: "na realidade, as CEBs desburocratizam a dominação eclesial, enquanto, na prática, desmitificam, de modo mais ou menos explícito, aspectos alienantes da ideologia religiosa, cúmplices da injustiça institucionalizada. Elas percorrem um caminho de aprendizado que induz à consciência crítica e antecipam uma experiência utópica, prefiguração, inspiração e sustento de um projeto de transformação histórica"^{12/}.

5.3. A Ação Política

5.3.1. CEBs: Política e Determinação Social

Entendendo a Política como ação e participação, em consequência da relação necessária que os homens mantêm entre si na sociedade, poderemos perceber a contribuição das CEBs, na medida mesma em que estas, são constituídas por homens históricos, situados e condicionados por uma realidade concreta, econômica, política, social e cultural.

As CEBs enquanto elemento religioso são determinadas socialmente, tanto quanto o é toda e qualquer religião. Sabe-

^{11/} Cinira Macedo, Carmem, *op.cit.* p. 78.

^{12/} In Ferreira de Camargo, Cândido Procópio, *op.cit.* p. 81.

mos contudo, do caráter relativo desta determinação. A religião (e com ela a CEB, enquanto católica), pelo fato de estar inserida dentro de uma sociedade de moldes capitalistas, não está isenta das contradições desta mesma sociedade. Ora, as contradições básicas do capitalismo advêm de sua própria organização produtiva na sociedade onde percebemos a divisão das classes sociais que numa luta constante de interesses, vão fazendo a história do homem. História pois, de contradição e de conflito.

Se a religião, qualquer que seja, é uma religião de homens situados, e se estes se encontram numa sociedade de conflitos, também estes permearão o campo religioso. Todavia, é necessário destacar que "o campo religioso pode ser considerado produto dos conflitos sociais, mas ao mesmo tempo, terreno de conflitos sociais relativamente autônomos, ou seja, os conflitos sociais influem de forma profunda sobre a religião, mas por sua vez, a religião, com sua autonomia relativa, atua sobre eles, ora fortalecendo o poder da classe dominante ou então como força deslegitimadora que estimula a construção de uma nova "sociedade". "Sob determinadas condições sociais e dada uma certa situação interna do campo religioso, certas práticas, certos discursos e instituições religiosas desempenham - em uma sociedade de classes - papel favorável ao desenvolvimento autônomo de certas classes subalternas e ao fortalecimento de suas alianças contra a dominação"^{13/}.

5.3.2. Fé e a "Organização da Vida"

A autonomia relativa do campo religioso, o qual as CEBs integram, permitiu a elas, a possibilidade de uma maior aceitação e, até mesmo, de uma certa atuação de seus membros no campo propriamente político. Neste sentido, a constante tentativa por parte dos membros das CEBs, de união entre Fé e Vida que trazia implícito a Fé e Política, ofereceu uma razoável con-

^{13/} Maduro, Otto, Religião e Luta de Classes, Petrópolis, Vozes, 1981, p.20.

tribuição para a organização da sociedade civil.

Uma importante contribuição das CEBs, foi a possibilidade de, em meio ao processo de aprendizagem e consciência que se instaurou em seu interior, favorecer a seus membros o desenvolvimento da fala. De tal forma que num exercício e incitamento constante de participação, seus membros iam aos poucos, perdendo o medo de dizer. Isto pôde ser percebido tanto ao nível interno (nas "reuniões da comunidade", nas celebrações, nos cultos, ou nas tarefas propriamente pastorais assumidas por seus participantes); na divulgação e expansão da comunidade (quando seus membros assumiam a coordenação das discussões nos "grupos-de-rua" ou círculos bíblicos); quanto nos movimentos reivindicatórios que as comunidades organizavam ou participavam (no movimento chamado "Assembléia do Povo", alguns membros das comunidades, pertencentes ao que chamamos neste trabalho de "grupo-ativo", chegaram a dirigir assembléias em praça pública com milhares de pessoas); e até mesmo no enfrentamento com o próprio bispo, principalmente por ocasião da discussão e decisão sobre a paroquialização das CEBs (na reunião decisiva para se discutir tal assunto, quem coordenou foi um leigo, participante das CEBs)^{14/}.

O fato de afirmarmos que o princípio Fé e Política estava implícito no Fé e Vida é significativo, pois indica de certa forma uma tática usada nas CEBs, na medida mesma em que para o senso-comum da sociedade brasileira, o termo política esteve, na maioria das vezes, carregado de um sentido pejorativo, como algo ruim e "sujo". Ora, o termo Vida não tinha tal sentido pejorativo e ao mesmo tempo, possuía um significado que poderia ser identificado com o que se pretendia transmitir como "verdadeira política". A "organização da vida", como a organização das relações entre os homens, buscando segundo a perspectiva das CEBs, uma sociedade mais justa, fraterna e participativa, pode desta forma ser entendida também como a "organização política".

^{14/} Cf. "Ata da Reunião Extraordinária da Coordenação de Pastoral das Vilas (ampliada) com D. Gilberto Pereira Lopes" - 23/08/83 - Arquivo da Arquidiocese.

Nas CEBs, a organização da vida (ou da política) passa necessariamente pela Fé, na medida em que se busca tal organização a partir do desejado "Reino de Deus", cujos princípios fundamentais estão no Evangelho.

O "Reino de Deus" como objetivo a ser atingido, reforça e sustenta a ação dos cristãos presentes nas CEBs, no contexto social.

O Ver-Julgar-Agir, possibilitou e exercitou os membros das CEBs a terem uma ação, cujo suposto estava no "reino" a ser realizado na realidade concreta que se vivia. Ora, o que se vivia onde as CEBs existiam era a necessidade de moradia ou de adaptação a uma nova realidade habitacional (Vilas Planejadas); de uma infra-estrutura urbana adequada; de creches; de escolas; de ônibus; asfalto; passarelas; alimentação; trabalho e salários justos; água; luz; esgoto....e de uma série de outras necessidades que variavam de região para região.

E foi neste contexto de necessidades que as CEBs, num processo de aprendizagem e consciência, desenvolveram a capacidade reivindicatória de seus membros.

A participação e organização de reivindicações imediatas na periferia (Vilas e Bairros) foi intensa por parte dos membros das CEBs, principalmente no final da década de 70. A capacidade de mobilização dos moradores, foi um elemento de considerável importância. Em alguns bairros, determinadas assembleias dos moradores eram organizadas dentro de poucas horas, graças à organização e empenho dos agentes e "grupo-ativo" das comunidades.

O apoio das comunidades ao movimento reivindicatório era um elemento considerado de grande peso para o resultado satisfatório desejado.

Vendo a realidade, julgando-a a luz do Evangelho e agindo na busca de realização do "reino", as CEBs puderam contribuir de certa forma para uma melhor organização da sociedade civil a partir de movimentos reivindicatórios, e de um despertar para uma consciência sindical e mesmo político-partidária de seus membros e dos que com eles eram atingidos pela ação das comunidades.

É importante no entanto, lembrarmos aqui, da predominância da ação da Igreja (e de certa maneira, também das CEBs), sob o aspecto político, na esfera motivacional. Sendo assim, as discussões políticas ou ocorrem ao nível do geral (princípios e valores) ou então, do imediato (reivindicações); dificilmente tal discussão privilegia o político partidário (enquanto concretização de idéias políticas) a não ser quando há posições convíctas de determinados agentes em torno de um partido.

5.3.3. CEBs e a Participação Político-Partidária

No que diz respeito à participação político partidária das CEBs, é oportuno verificar a posição oficial da Igreja arquidiocesana na qual elas estavam inseridas. Tal posição pode ser percebida a partir de um documento da Cúria Metropolitana, publicado em 82 e dirigido às Paróquias, Comunidades de Base, Comissões Pastorais, Movimentos e outros organismos da Arquidiocese de Campinas: "Comunicação Pastoral por Ocasão das Eleições".

Como na grande parte dos documentos oficiais da Igreja, este também se fundamenta em outros documentos oficiais, de instâncias superiores e no Evangelho, que contribuem para o julgar a realidade social que é vista em seus problemas ("desemprego", "rotatividade de mão-de-obra", "subempregos", "periferia", "marginalização"), os quais justificam a necessidade, a longo prazo, da "transformação estrutural" da sociedade "através de uma ampla revisão das estruturas constitucionais do país, legitimadas pela vontade popular"^{15/}. Para tanto, o cristão deveria contribuir através da intervenção política, e nunca pela omissão e conformismo. Esta intervenção poderia se dar pela presença ativa do cristão nos movimentos ou entidades "que exprimem a organização do povo" (associações, movimentos reivindicatórios, sindicatos) ou pelo envolvimento militante nos partidos políticos.

A contribuição do cristão, vem expressa no documento, no singular; o que indica o privilégio dado pela instituição à

^{15/} In "Comunicado Pastoral por Ocasão das Eleições", 30/08/82 - Cúria Metropolitana, mimeo. Arquivo da Arquidiocese, p. 5.

ação individual, ao nível político partidário^{16/}. Além disto, o documento deixa bem explícito que "nenhuma comunidade de Igreja, nenhum movimento, nenhuma organização pastoral, enquanto tais, devem atrelar-se a um partido político, pois entre os cristãos há de reinar a mais ampla e incondicional liberdade de opções partidárias, até para que aprendam com todas elas, no democrático exercício do pluralismo"^{17/}.

As CEBs em Campinas, enquanto eclesiais não assumiram oficialmente um posicionamento político partidário. Porém, como afirmamos anteriormente, "na prática, na maioria das CEBs, mesmo aceitando discutir as propostas de outros partidos, houve um posicionamento favorável e um empenho prático em torno do PT". Tal posicionamento esteve muito mais próximo das pistas que Leonardo Boff entrevistou para viabilizar o efeito da afinidade entre PT e os anelos sociais das CEBs. Três pistas foram dadas por Boff:

Primeira: "Importa fornecer às CEBs elementos de informação sobre todos os partidos, seus interesses reais, suas práticas. Aí aparecerá claramente o que se encontra em muitas cartilhas políticas: O PT é o único partido de classe do povo. A CEB é o lugar onde se diz a verdade política".

Segunda: "A CEB não pode ser célula partidária, porque não existe para isso, pois é para viver a fé e à luz da fé julgar a vida, também a política. Por isso faz-se mister criar comitês ou núcleos do PT que sejam independentes das CEBs. Aí se faz o debate partidário e a organização partidária".

Terceira: "Deve-se estimular o surgimento, a partir das CEBs, de lideranças partidárias para o PT. Com referência à dupla militância (na coordenação pastoral e responsabilidade de direção partidária) deve-se discutir a questão e resolvê-la dentro da própria comunidade em comunhão com a Igreja local (bispo e corpo presbiteral). Ser sementeira de líderes populares que podem também ingressar no partido de base, eis uma forma de con-

^{16/} Para um aprofundamento da questão político-partidária, cf. Vários, Cristãos: Como fazer Política, Coleção Fazer, Petrópolis, Vozes/IBASE/, 1987.

^{17/} In "Comunicado Pastoral por Ocasião das Eleições", p.5.

tribuição política que as CEBs podem prestar ao povo".

Boff ainda conclui: "O PT tem condições de levar mais longe as aspirações sociais amadurecidas dentro das CEBs, respeitar a autonomia relativa do religioso e dar forma política à fé libertária destes novos cristãos"^{18/}.

Da citação que fizemos acima, embora um pouco longa, quer nos parecer que as pistas indicadas, influenciaram e foram seguidas pelas CEBs em Campinas, principalmente ao nível dos agentes e "grupo ativo" destas comunidades. Ao afirmarmos que influenciaram, estamos querendo dizer que tais membros das CEBs, tinham conhecimento do artigo de Boff, e como ele, também estavam convíctos de que tais pistas eram as melhores.

Não pretendemos nesta análise, fazer um juízo de valor, mas analisar as CEBs em Campinas e sua ação e participação político-partidária.

Em relação à primeira pista oferecida por Boff, podemos perceber o peso absoluto dado ao PT e às CEBs, ou seja: "O PT é o único partido de classe do povo". "A CEB é o lugar onde se diz a verdade política". Os elementos de informação sobre todos os partidos, acabavam sendo transmitidos a partir desta convicção.

Em Campinas, a convicção que levou a tal absolutização esteve ligada à análises de conjuntura realizadas pelos agentes, que levavam em consideração não só a necessidade de transformações na sociedade, buscando construí-la "do jeito que Deus quer", como também que tais transformações deveriam ser feitas a partir dos trabalhadores. Ora, o PT por se tratar de "um partido de base popular" cujo perfil ideológico "recolhe o dinamismo político do povo", passou a ser considerado como o "conduto político natural das aspirações sociais das CEBs conscientizadas"^{19/}. Corre-se o risco aqui, de se considerar conscientizadas apenas as CEBs que optam pelo PT.

^{18/} Boff, Leonardo, "As CEBs, os partidos e o PT", in Folha de São Paulo, 26/08/82, p.3.

^{19/} Cf. Boff, Leonardo, op.cit.

No que diz respeito à segunda pista, notamos que vários núcleos do PT foram criados, porém com uma independência relativa, na medida mesma em que a maioria dos participantes destes núcleos (pelo menos os mais assíduos) eram também das comunidades, e por vezes, as reuniões do partido acabavam sendo realizadas em centros comunitários das CEBs, ou nas casas de seus participantes. Nos cursos sobre "Fé e Política", promovidos entre as CEBs, o PT como "conduto político natural", tinha uma posição privilegiada nas discussões, ocupando inclusive um espaço de articulação e expansão de seus quadros.

Havia no entanto, uma diferença fundamental entre CEBs e núcleos, centrada no conteúdo, já que nos núcleos o debate e a organização partidária eram preponderantes. Em termos de atividades práticas (reivindicações por exemplo), procurava-se entretanto, uma integração entre eles.

Quanto à terceira pista, e em consequência das duas primeiras, houve uma preocupação de se estimular o surgimento de lideranças partidárias para o PT. Neste sentido podemos perceber o esforço de lançamento de candidaturas de elementos ligados às CEBs, para as eleições de 82, principalmente ao nível municipal.

Além do lançamento de candidatos, houve um empenho prático por parte dos membros das comunidades em torno da preparação e participação de seus comícios, como também o trabalho de convencimento dos eleitores, nas portas de fábricas ou de casa-em-casa, nos bairros. O empenho dos membros das comunidades se estendeu também ao trabalho de "pichação"; de entrega de panfletos em pontos estratégicos onde o movimento de pessoas era grande; e até mesmo à "boca-de-urna".

Muitas questões poderiam ser levantadas e discutidas aqui, sobre a participação político-partidária. Uma, no entanto, nos parece ser importante não só pelo fato de ter sido colocada por agentes enquanto viviam tal processo, como também pelo fato de que as CEBs eram consideradas como espaço democrático e participativo: Não teriam sido as CEBs manipuladas por seus agentes de pastoral ao darem um peso absoluto ao PT, e ainda mais, a partir desta convicção, terem considerado as CEBs como espaço de verdade política? Até que ponto os participantes das CEBs es-

tavam convíctos desta "verdade" dos agentes?

Para respondermos a estas questões, uma pesquisa em maior profundidade (sob este aspecto) mereceria ser feita. O que não é nosso objetivo principal neste trabalho. Contudo, pelos dados que dispomos, os agentes e o "grupo ativo" das comunidades optaram por esta forma de ação e a justificaram pela própria necessidade de se construir um partido representativo dos interesses populares, dentro de uma conjuntura adversa ao processo democrático e participativo vivido internamente pelas CEBs. Tal conjuntura estava envolvida fundamentalmente pela reformulação partidária (79) e os empecilhos que ela continha para a estruturação de novos partidos, bem como pela proximidade de eleições que abrangeriam desde vareadores, prefeitos (a exceção das capitais), deputados, senadores e governadores, em 82.

5.3.4. CEBs, Partidos e Hegemonia na Organização Popular

Durante a década de 70, as CEBs poderiam ser consideradas como hegemônicas nos movimentos populares, principalmente no nível reivindicatório, em razão da Igreja ter sido como que o "grande guarda-chuva", sob o qual grande parte das oposições se abrigava. Porém, a articulação com as "tendências" de esquerda não se sustentou durante a chamada distensão e abertura, pelo fato de se ter em vista (tanto por parte dos agentes, quanto pela própria hierarquia) o perigo de manipulação. A hegemonia do movimento entra em jogo e com o surgimento dos partidos políticos (79) a articulação do movimento popular se diversificou em torno dos próprios partidos, embora numa constante busca de autonomia.

A cooptação do movimento popular, pelos partidos no poder, foi uma constante na década de 80.

Nesta diversificação conjuntural, a hegemonia das CEBs no movimento popular não se sustenta e, acrescido a isto o fato de que sua hegemonia ao nível da pastoral interna da Igreja, ser considerada como já vimos, aparente, as CEBs buscam sobre viver à procura de novos caminhos.

Se a politização das CEBs é dada de fora, pela conjuntura, pelas circunstâncias, mudando a conjuntura sua fraqueza poderá ficar patente em meio às novas forças políticas reestruturadas a partir da "abertura". Teria isto ocorrido com as CEBs, ou estaríamos aqui, fazendo uma análise apenas conjuntural?

B I B L I O G R A F I A

- ALVES, Rubem; Cristianismo - Ópio o liberacion?, Salamánca, Sig_ume, 1973
- AMARAL, Leopoldo, "Os irmãos Bierrenbach fundadores da indústria em Campinas", In: Diário do Povo, 03.03.57
- ANDRADE MACEDO, Carmem Cinira de, Tempo de Gênese - o povo das Comunidades Eclesiais de Base, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986
- ARNS, Paulo Evaristo; O que é Igreja? São Paulo, Ed. Brasiliense, Col. Primeiros Passos - 1981
- ASSMANN, Hugo, A Igreja Eletrônica e seu impacto na América Latina, Petrópolis, Vozes, 1986
- AZZI, Riolando, A Igreja Colonial - mito e ideologia, Petrópolis, Vozes, 1987
- BARAGLIA, Mariano; "Glória no Céu, poder na Terra - um estudo sobre vigários da grande São Paulo. Dissertação de Mestrado - Departamento de Ciências Sociais - USP - 1983
- BASTIDE, R., "Religion and the church in Brazil", In: T.Lynn Smith e Alexander M., Brazil, portrait of half a Continent, N.York, The Dryden Press, 1951
- BENDIX, R., Max Weber - um perfil intelectual, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1986
- BENEDETTI, Luis Roberto; Os Santos Nômades e o Deus Estabelecido; São Paulo, Ed. Paulinas, 1983
- BEOZZO, José O. (org.), O Vaticano II e a Igreja Latino - Americana, São Paulo, Ed. Paulinas, 1985
- BERGER, Peter L.; O Dossel Sagrado - elementos para uma teoria sociológica da religião, São Paulo, Ed. Paulinas, 1985

- BETTO, Frei; "A educação nas classes populares", in Encontros com a Civilização Brasileira, nº 13 - 1979
- _____; O que é Comunidade Eclesial de Base; São Paulo, Ed. Brasiliense, Col. Primeiros Passos, 4º ed. 1981
- _____; O Fermento na massa, o 4º encontro intereclesial das CEBs; Petrópolis, Vozes, 1981
- _____; CEBs rumo à nova sociedade - o 5º encontro intereclesial das CEBs - Canindé, julho de 83; São Paulo, Ed. Paulinas 1983
- BOFF, Clodovis; Como trabalhar com o Povo; Petrópolis, Vozes/IBASE, Col. FAZER, 2º ed. 1984
- _____; Agente de Pastoral e Povo; Petrópolis, Vozes, Teologia Orgânica - 1
- _____; CEBs e Práticas de Libertação; Petrópolis, Vozes, 1980
- _____; Deus e o Homem no Inferno Verde - quatro meses de convivência com as CEBs do Acre; Petrópolis, Vozes, 1980
- _____; Comunidade Eclesial e Comunidade Política; ensaios de eclesiologia política, Petrópolis, Vozes, 1978
- BOFF; Clodovis e BOFF; Leonardo; Teologia da Libertação no Debate atual; Petrópolis, Vozes, Teologia Orgânica 13 - 2º ed. 1985
- _____; "Comunidades cristãs e política partidária", in Encontros Com a Civilização Brasileira Nº 3
- BOFF, Leonardo; A fé na periferia do mundo; Petrópolis, Vozes 1978
- _____; Eclesiogênese - as CEBs re-inventam a Igreja; Petrópolis, Vozes, 1977
- BOFF, Leonardo, O Caminhar da Igreja com os oprimidos - Do vale de Lágrimas à Terra Prometida, Rio de Janeiro, Codecri, 1981
- _____; E a Igreja se fez povo - eclesiogênese: a Igreja que nasce da Fé do Povo, Petrópolis, Vozes, 2º ed. 1986
- _____, Leonardo, "as CEBs, os partidos e o PT" in FOLHA DE SÃO PAULO, 26.08. 82., p.3
- BOURDIEU, P. A Economia das Trocas Simbólicas, São Paulo, Ed. Pers

petiva, 1982

BRANDÃO, Carlos R.; O que é Educação? São Paulo, Ed. Brasiliense, Col. Primeiros Passos, 3º ed. 1981

_____; (org.) A questão política da educação popular; São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980

_____; Educação Popular; São Paulo, Ed. Brasiliense - Col. Primeiros vãos, 22 - 1984

_____; Saber e Pensar; Campinas, Ed. Papyrus, 1984.

BRUNEAU, Thomas; O catolicismo brasileiro em época de transição ; São Paulo, Ed. Loyola, 1974

CADERNOS DE EDUCAÇÃO POPULAR; números 1 e 3; Petrópolis, Vozes Nova 1982

CADERNOS DO CEDES; Concepções e experiências de educação popular; São Paulo, Cortes editora, ano 1, nº1, 1980

CADERNOS DE INFORMAÇÃO; As relações entre Igreja-Estado no Brasil: 1964-1978 - durante o governo do Mal. Castelo Branco, São Paulo, Centro de Pastoral Vergueiro, Nº2, fasc. 1 abril/78

_____; As relações entre Igreja-Estado no Brasil durante o governo do Mal. Costa e Silva, São Paulo, Centro de Pastoral Vergueiro, nº 3, fasc. 2, junho/79

_____; As relações entre Igreja-Estado no Brasil: durante o governo do Gal. Médici, out. de 70 a junho de 72; São Paulo, Centro de Pastoral Vergueiro, nº 5, fasc. 4, janeiro/81

_____; As relações entre Igreja-Estado no Brasil: durante o governo do Gal. Médici, julho 72 a fevereiro de 74; São Paulo, Centro de Pastoral Vergueiro, Nº 6, fasc. 5. junho/81

_____; As relações entre Igreja-Estado no Brasil: durante o governo do Gal. Geisel, 1974 - 1975; São Paulo, Centro de Pastoral Vergueiro, nº 7, fasc. 6, dezembro de 1981

CAMARGO, Candido Procópio F. de Comunidade Eclesial de Base, in Sin

ger, Paul e Vinícius Caldeira Brant (org.) São Paulo; O Povo em Movimento, Petrópolis, Vozes - CEBRAP, 1980.

_____ e outros: "Igreja Católica:1945 - 1970" in Fausto, Boris (dir.) História Geral da Civilização Brasileira, nº 11 - O Brasil Republicano, São Paulo, Difel, 1984.

CAMPOS JR.; Teodoro de Souza, "História da formação de Campinas" (Subsídios) In: Monografia histórica de Campinas, Rio de Janeiro, IBGE, 1952

CANDIDO, Antonio, Os Parceiros do Rio Bonito - estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida, São Paulo, Liv. Duas Cidades, 5ª ed. 1979

CARDOSO DE MELLO, João M., O Capitalismo tardio, São Paulo Ed. Brasiliense, 1982

CELAM; A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do concílio - conclusões de Medellín, Petrópolis, Vozes, 1971 4ª ed.

_____ ; Evangelização, no presente e no futuro da América Latina: conclusões da conferência de Puebla, São Paulo, Ed. Paulinas, 1979

CENTRO TÉCNICO ECONÔMICO DE ASSESSORIA EMPRESARIAL, "Estrutura Industrial do Município de Campinas", mimeo. 1976, Biblioteca Municipal de Campinas.

CHAUÍ, Marilena, Cultura e Democracia - o discurso competente e outras falas, São Paulo, Ed. Moderna, 1981

_____, Marilena, O que é ideologia, São Paulo, Ed. Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 3ª ed. 1981.

CNBB; Exigências cristãs de uma ordem política; São Paulo, Ed. Paulinas, 1978, Doc. CNBB nº 10

_____ ; Comunidades Eclesiais de Base no Brasil - experiências e perspectivas - São Paulo, Ed. Paulinas, 1979, "Estudos da CNBB

23.

____; Comunidades: Igreja na Base; São Paulo, Ed. Paulinas, "Estudos da CNBB nº 3, 4º ed. 1981.

____; Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil; São Paulo, Ed. Paulinas, 1982, "Documentos da CNBB" - 25

____; Plano de Emergência para a Igreja no Brasil, Rio de Janeiro, Livraria D. Bosco, 1963

COMBLIN, Joseph, A ideologia da Segurança Nacional - o poder militar na América Latina, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978, 2º ed.

CUNHA, Luiz Antonio, "Notas para uma leitura da Teoria da Violência Simbólica, In Revista Educação e Sociedade, nº4 - setembro, São Paulo, Cortez e Moraes, 1979

CÚRIA METROPOLITANA de Campinas, "Comunicado pastoral por ocasião das Eleições, 30.08.82, mimeo. Arquivo da Arquidiocese

DELLA CAVA, Ralph; "Religião e Política no Brasil", in Encontros com a Civilização brasileira - nº 1

____; "Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o Catolicismo Brasileiro - 1916/64" - in Estudos CEBRAP - 12; abril-junho 75, Ed. CEBRAP, São Paulo

DELLA CAVA, R., Milagre em Juazeiro, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977

DIAS, Romualdo; Construindo a organização popular; São Paulo, CEPIS, "Texto de Apoio" - 3, 1985

____, " A Metodologia na Educação Popular: O Projeto Educativo da Igreja Católica na Arquidiocese de Vitória - Espírito Santo", Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais aplicadas à Educação, Faculdade de Educação, UNICAMP, 1986

DREIFUSS, René A.; 1964: A conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe, Petrópolis, Vozes, 1981, 2º ed.

- DUARTE**, Laura M. S.; Isto não se aprende na Escola - a Educação do Povo nas CEBs, Petrópolis, Vozes, 1983
- DUFOUR**, Xavier Léon (dir.) Vocabulário de Teologia Bíblica, tradução de Fr. Simão Voigt, Petrópolis, Vozes, 2ª ed. 1977
- DUSSEL**, Enrique; La Religion, México, Edicol, 1978
- _____, Materiales para una Filosofia de la liberacion; Caracas, El Atenco, 1981
- FÁVERO**, Osmar; org. Cultura popular educação popular - memória dos anos 60; Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1983
- FERNANDES**, Dom Luis; Como se faz uma CEB; Petrópolis, Vozes/IBASE, Col. FAZER, 1984
- FIERRO**, Alfredo, Teoria de los cristianismos, Estella (Navarra), Ed. Verbo Divino, 1982.
- FREIRE**, Paulo; Carta à Guiné-Bissau - registro de uma experiência em processo; Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977
- _____; Educação como prática da Liberdade; Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1974, 4ª ed.
- _____; Pedagogia do Oprimido; Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1975, 2ª ed.
- FURTADO**, Celso, Formulação econômica do Brasil, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 4ª ed. 1961
- _____, "O modelo brasileiro de subdesenvolvimento", In O mito do desenvolvimento econômico, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 5ª ed. 1981
- GALLETTA**, Ricardo, Pastoral Popular e Política Partidária; São Paulo, Ed. Paulinas, 1986.
- GODOY**, Sylvino, "A Indústria em Campinas", In: Correio Popular, 04.09.57
- GOMES DE SOUZA**, Luiz A.; "Puebla e as práticas populares na América Latina", in Encontros com a Civilização Brasileira, nº 9

- _____; A política partidária nas CEBs; Petrópolis, Vozes, "Teologia Orgânica 6" - 1981
- _____; Classes populares e Igreja nos caminhos da História; Petrópolis, Vozes, 1982
- GORENDER, Jacob, Combate nas trevas - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada, São Paulo, Ed. Ática, 1987
- GRAMSCI, Antonio; Concepção Dialética da História; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978
- _____; Maquiavel, a política e o Estado Moderno; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 4º ed. 1980
- _____; Os intelectuais e a organização da cultura; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968
- GREGORY, A. e GHISLENI, M. A.; Chances e desafios das CEBs, Petrópolis, Vozes 1979
- GUIMARÃES, Almir R.; Comunidades De Base no Brasil: uma nova maneira de ser Igreja; Petrópolis, Vozes, 1978
- GUTIERREZ, Gustavo; A força histórica dos pobres; Petrópolis, 1981
- GUTIERREZ, Gustavo, Teologia da Libertação, Petrópolis, Vozes, 1979.
- HOORNAERT, Eduardo; Formação do catolicismo brasileiro; Petrópolis, Vozes, 1974
- HOUTART, François; Religião e modos de produção pré-capitalistas; São Paulo, Ed. Paulinas, 1982
- IANNI, Otávio; O colapso do populismo no Brasil; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, 4º ed. rev.
- IGREJA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA; Deus na vida do Povo - roteiros populares para as reuniões de comunidade e grupos de base; Petrópolis, Vozes, 1982, 2º ed.

- JARA**, Oscar; Concepção dialética da Educação Popular; São Paulo , CEPIS - "Texto de Apoio - 2" - 1985
- JORGE**, Nelly T., "Vida da Comunidade Cristã Vila Campos Sales", mimeo. junho de 1984.
- KRISCHKE**, Paulo, "Problemas teóricos das relações entre a Igreja e o Estado na crise de 64" - mimeo. - texto apresentado no IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, outubro, 1980
- _____, "As CEBS na "Abertura": Mediações Entre a Reforma da Igreja e as Transformações da Sociedade", In: Krischke, P. e Scott Mainwaring (org.), A Igreja nas Bases em Tempo de Transição 1974 - 1985, Porto Alegre, L&PM - CEDEC, 1986
- LAPPLE**, Alfred, Bíblia - interpretação atualizada e Catequese , vol. 2, São Paulo, Ed. Paulinas, 1978.
- LIBÂNEO**, João B.; "Conflito Igreja-Estado", in Encontros com a Civilização Brasileira, nº4
- _____; O que é Pastoral; São Paulo, Ed. Brasiliense, Col. Primeiros Passos - 69; 1982
- LIBÂNEO**, J. B., Pastoral numa sociedade de conflitos, Petrópolis, Vozes/CRB, 1982.
- MADURO**, Otto, Religião e luta de classes, Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.
- MARINS**, José; Missão evangelizadora da Comunidade Eclesial; São Paulo, Ed. Paulinas, 1977
- MARINS**, José e equipe, Práxis profética, profetas - Cristo - Comunidades primitivas, São Paulo, Ed. Paulinas, 1977.
- MARX**, Karl, O 18 Brumário de Luís Bonaparte, in Coleção Os pensadores, São Paulo, Editor Victor Civita, 1985.
- MELLO PUPO**, Celso Maria, Campinas, seu berço e juventude, Campinas, Publicações da Academia Campinense de Letras, 1969

- MICELI, Sérgio, "Introdução a Força do Sentido" in Bourdieu, P.,
A Economia das trocas simbólicas, São Paulo, Ed. Perspectiva,
1982 - introdução.
- MONLOUBOU, Louis, Os profetas do Antigo Testamento, Cadernos Bí-
blicos, São Paulo, Ed. Paulinas, 1986.
- MOREIRA ALVES, Marcio; A Igreja e a política no Brasil; São Pau-
lo Ed. Brasiliense - 1979.
- MOREIRA ALVES, Maria H., Estado e Oposição no Brasil - 1964-
-1984, Petrópolis, Vozes, 1985
- MUNIZ de SOUZA, Beatriz, "Aspectos do Protestantismo Pentecostal
em São Paulo", In: Waldo A. Cesar e outros, Protestantismo e Im-
perialismo na América Latina, Petrópolis, Vozes, 1968
- NEVES, Luzia da C. e agentes de pastoral, "Tentativa de Identifi-
cação da Realidade Sócio-econômico-religiosa em Núcleos Habita-
cionais-Campinas", Comissão de Vilas Planejadas - Arquidiocese
de Campinas, 1975, mimeo.
- ORTIZ, Renato, A Consciência Fragmentada - ensaios de cultura po-
pular e religião, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980
- OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de, Religião e dominação de classe - Gên-
se, estrutura e função do Catolicismo Romanizado no Brasil, Pe-
trópolis, Vozes, 1985
- PAIVA, Vanilda; org. Perspectivas e Dilemas da Educação Popular;
Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1984
- _____; org. Igreja e Questão Agrária; São Paulo, Ed. Loyola, 1985
- PALÁCIO, Carlos; "Uma consciência histórica irreversível (1960-
-1979): duas décadas de história da Igreja no Brasil;" in Sínte-
se, nº 17, Vol. VI SET/DEZ - 79 Ed. Loyola 1979
- PETRINI, João C.; CEBs: um novo sujeito popular; Rio de Janeiro,
Paz e Terra, 1984
- PIERUCCI, Antonio Flávio; Igreja: contradições e acomodação. - I-

- deologia do Clero Católico sobre reprodução humana no Brasil" in Caderno CEBRAP - 30 - Ed. Brasiliense.
- _____; Democracia, Igreja e Voto - o envolvimento dos Padres de Paróquia de São Paulo nas eleições de 82" - Tese de doutorado - Departamento de Ciências Sociais da FFLCH - USP - 1984.
- PORTELLI, H., Gramsci e a questão religiosa, São Paulo, Ed. Paulinas, 1984.
- PRAXEDES, W., "A propósito de uma pastoral voltada para o mundo do trabalho" - agosto, 1982, 1982, mimeo.
- PRADO JR., Caio, História econômica do Brasil, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1962
- _____, Formação do Brasil Contemporâneo - colônia, São Paulo, Ed. Brasiliense, 16ª ed., 1979
- PRO ARIS ET PRO FOCIS, Da Matriz Velha da Conceição à Nova Matriz do Carmo, São Paulo, Estúdio Gráfico Cruzeiro do Sul, 1939
- PUCCI, Bruno; A nova Práxis educacional da Igreja - 68-79; São Paulo, Ed. Paulinas/UNIMEP; 1985
- QUEIROGA, Gervásio F. de, CNBB - comunhão e corresponsabilidade São Paulo, Ed. Paulinas, 1977.
- QUEIROZ, Celso, "Planejamento Habitacional e Pastoral" in Boletim Informativo ENCONTRO, ano I - março 1968, nº1 - Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, Campinas.
- QUEIROZ, José J.; org. A Educação Popular nas CEBs; São Paulo, Ed. Paulinas, 1985
- RENOV (Relações Educacionais e Industriais Ltda), "Pesquisa Sociológica para fins de Planejamento Pastoral", sob a coordenação de Maria N. Mascellani, mimeo., Arquivo da Arquidiocese, 1972
- RICHARD, Pablo, A Igreja Latino-Americana entre o temor e a esperança - apontamentos teológicos para a década de 80, São Paulo, Ed. Paulinas, 1982

- _____ ; Morte das Cristandades e nascimento da Igreja; São Paulo Ed. Paulinas 1982
- ROLIM, Francisco C., Pentecostais no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1985
- ROMANO, Roberto; Brasil: Igreja contra Estado - crítica ao populismo católico; São Paulo, Kairós ed., 1979
- _____, "Contra o catolicismo político," In: FOLHA DE SÃO PAULO-Tendências/Debates, p.3, 26.11.87
- SALEM, Helena; org. A Igreja dos Oprimidos; São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981
- SANTOS, Beni dos, "Teologia e suas Funções" in Faculdade de Teologia N.S da Assunção, A nova emergência da reflexão teológica - teologia fundamental, São Paulo, Ed. Paulinas, 1986.
- SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO, Diagnóstico, 5ª Região Administrativa, mimeo. julho de 1972
- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO, "Diagnóstico das Características e Tendências do Desenvolvimento de Campinas", mimeo. 1983
- SEDOC; "Comunidades Eclesiais de Base: uma Igreja que nasce do povo"; encontro de Vitória; Petrópolis, Vozes, vol. 7 nº 81 , maio/75
- _____ ; "Comunidades Eclesiais de Base: uma Igreja que nasce do povo pelo espírito de Deus"; Petrópolis, Vozes, vol. 9, nº 95 out/76
- SEDOC; "Comunidades Eclesiais de Base: uma Igreja que nasce do povo pelo espírito de Deus", relatórios vindos das bases; Petrópolis, Vozes, vol. 9 nº 96, nov. 76
- _____ ; "Comunidades Eclesiais de Base; relatórios vindos das bases, encontro de João Pessoa"; Petrópolis, Vozes, vol. 11, nº 115, out. 78

- _____ ; " Comunidades Eclesiais de Base, estudos de peritos - en-
contro de João Pessoa"; Petrópolis, Vozes, vol. 11, Jan/ Fev.
1979
- SINGER, Paul e Vinícius C. Brant (org.), São Paulo: O povo em Mo-
vimento, Petrópolis, Ed. Vozes Ltda em co-edição com CEBRAP,
1980
- SIGRIST, José Luiz, A JUC no Brasil - evolução e impasse de uma
ideologia, São Paulo, Cortez Ed. - Ed. UNIMEP, 1982
- SIMMEL, Georg, "A natureza Sociológica do conflito" in Coleção
Grandes cientistas sociais - org. Evaristo de Moraes Filho, São
Paulo, Ed. Ática, 1983.
- SNYDERS, George, Escola, classe e luta de classes, Lisboa, Ed. Mo-
raes, 2º ed. 1981.
- TELLES, Vera Silva; "Anos 70: Experiências e Práticas Cotidianas"
in Kriscke, Paulo e Scott Mainwaring (org.); A Igreja nas Bases
em tempo de Transição - 1974 - 1985; Porto Alegre, CEDEC - L&PM
ed. ltda, 1986
- VALLE, Edênio e José j. Queiróz (org.), A cultura do povo, São
Paulo, Cortez & Moraes - EDUC, 1979
- VÁRIOS; Igreja e Classe Operária em Campinas - Estudo a partir da
experiência das Oposições Sindicais - 1975 - 1985, Campinas, mi-
meo., setembro de 1985
- VÁRIOS; Fé Cristã e Ideologia; Piracicaba, Ed. UNIMEP, 1981
- VÁRIOS; Cristãos: como fazer política, Coleção Fazer, Petrópolis,
Vozes IBASE, 1987
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; Comunidades Eclesiais de Base e Edu-
cação Popular; Petrópolis, Vozes, "Teologia Orgânica - 5", 1981
_____ ; Educar para Transformar; Petrópolis, Vozes, 1984
- WEBER, Max, Ensaio de Sociologia, Rio de Janeiro, Ed. Guanabara,
5ª ed. 1982.

- WEFFORT, Francisco C.; O populismo na política Brasileira; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978
- WERNECK SODRÉ, Nelson, Formação histórica do Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976

BOLETINS, DOCUMENTOS, FOLHETOS

(Arquivo da Arquidiocese)

- "ALGUMAS INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE A LUTA PELO DIREITO REAL DE USO DA TERRA AOS FAVELADOS DE CAMPINAS - SP", Coordenação da Assembléia do Povo, 1981 mimeo.
- "ASSEMBLÉIA ANUAL DAS CEBs" - Pauta e Subsídios - 11.11.79, Arquivo da Arquidiocese
- "ATA DA ASSEMBLÉIA DAS VILAS E ALGUNS BAIRROS" - 27.11.83, Arquivo da Arquidiocese
- "ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE PASTORAL INTER-VILAS" - 09.06.79, Arquivo da Arquidiocese
- "ATA DA REUNIÃO DA COORDENAÇÃO DE VILAS E ALGUNS BAIRROS", 09.02 - 79, Arquivo da Arquidiocese
- "ATA DA REUNIÃO DA COORDENAÇÃO DE VILAS COM D. GILBERTO, PE. PESOTO E ALGUNS AGENTES DE PASTORAL" - 23.05.79, Arquivo da Arquidiocese
- "ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL DAS VILAS E ALGUNS BAIRROS" - 21.04.82 - Arquivo da Arquidiocese
_____, 15.06.82
- "ATA DA REUNIÃO DA COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DAS VILAS E ALGUNS BAIRROS JUNTO COM O COORDENADOR DE PASTORAL", 31.05.83, Arquivo

da Arquidiocese.

"ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL DAS VILAS E ALGUNS BAIRROS" - Reunião Extraordinária da Coordenação (ampliada) com D. Gilberto, 23.08.83. Arquivo da Arquidiocese

_____, 30.08.83

_____, (Reunião da Coordenação), 13.09.83

_____, (Reunião dos Agentes) , 25.09.83

_____, 22.11.83

BOLETIM DA "OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA" - Campinas e Região , Programa e apresentação dos componentes da Chapa 3, Maio de 84

BOLETIM INFORMATIVO "ENCONTRO", Ano I - maio, 1968 - nº 2 - Secretariado Arquidiocesano de Pastoral - Campinas. Arquivo da Arquidiocese.

_____, Ano II - Fevereiro de 1969, nº 6

_____, Ano II - Setembro de 1969, nº 8

_____, Ano IV - fevereiro de 1971, nº 14

_____, Ano IV - julho de 1971, nº 16

_____, Ano V - novembro e dezembro de 1972 - N°s 22 e 23 .

BOLETIM INFORMATIVO: "O GANCHO", Pastoral Operária de Campinas - S.P.

BOLETIM INFORMATIVO PARA AS COMUNIDADES DE BASE - Comissão Arquidiocesana da Vilas - nº 7 - 08.07.79, Arquivo da Arquidiocese

BOLETIM: "REAJUSTANDO A CAMINHADA...", Comissão Arquidiocesana de Pastoral das Vilas e Alguns Bairros, Arquivo da Arquidiocese

"CALENDÁRIO DAS ATIVIDADES COMUNS ÀS CEBs E ALGUNS BAIRROS", consultamos os da década de 70 e 80. Arquivo da Arquidiocese.

"CARTA ABERTA AOS METALÚRGICOS DE CAMPINAS" - Pastoral Operária e Comissão das Vilas Planejadas - 1979.

"CARTA DA COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE VILAS E ALGUNS BAIRROS AO

BISPO E A COORDENAÇÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL" - 25/09/83 ,
Arquivo da Arquidiocese

Carta do Coordenador de Pastoral ao Cabido Metropolitano; Arquivo da Diocese, 1973

"CARTA PASTORAL DE DOM GILBERTO PEREIRA LOPES" - Arcebispo - Coadjutor", 70º aniversário da Criação da Diocese de Campinas 1908 - 1978", Cúria Metropolitana de Campinas.

COMPÊNDIO DO VATICANO II - Constituições, decretos, declarações ;
Petrópolis, Ed. Vozes, 1968

Convocação para a Assembléia Arquidiocesana; Arquivo da Diocese, 1982.

"CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLÉIA DAS VILAS E ALGUNS BAIRROS", 27.11. - 83, Arquivo da Arquidiocese.

"DIRETÓRIO PASTORAL NAS VILAS DO BNH" - Secretariado Arquidiocesano de Pastoral - Equipe de Vilas Planejadas - mimeo. Arquivo da Arquidiocese - 1972

"Diretrizes das Vigararias Regionais da Arquidiocese de Campinas"; In Boletim Informativo ENCONTRO, nº 8

DOSSIÊ DA ASSEMBLÉIA ARQUIDIOCESANA DE 1980 - Arquivo da Arquidiocese.

" ENCONTROS DE CONSELHOS DE PASTORAL E AGENTES DE PERIFERIA", 16.04.78, Comissão Arquidiocesana de Vilas Planejada, Arquivo da Arquidiocese.

"ESBOÇO HISTÓRICO DA COORDENAÇÃO DA PASTORAL DOS NÚCLEOS HABITACIONAIS DA COHAB" - mimeo. - Arquivo da Arquidiocese. 1978

Folhetos: "TODOS IRMÃOS" - Participação das Comunidades Cristãs nas Assembléias e Grupos, Consultamos os números referentes aos anos de 82 a 84 - Equipe Todos Irmãos, Lins, S.Paulo.

HISTÓRICO DO CONSELHO DE PASTORAL INVERVILAS (CPIV) - mimeo. Ar-

quivo da Arquidiocese. 1981

"MENSAGEM DE DOM GILBERTO PEREIRA LOPES AOS TRABALHADORES NO DIA 1º DE MAIO" - anos: 1978, 1981, 1984 e 1985; mimeo. Arquivo da Arquidiocese.

PLANO DE EMERGÊNCIA PARA A IGREJA DO BRASIL; Cadernos da CNBB Nº 1; Rio de Janeiro, Liv. D. Bosco ed. 1963 - 2º ed.

1º PLANO DE PASTORAL DA ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS - SP, 1975-76.

2º PLANO DE PASTORAL DA ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS - SP, 1977-79.

3º PLANO DE PASTORAL DA ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS - SP, 1980-82.

Coordenação de Pastoral - Arquidiocese de Campinas.

PLANO DE PASTORAL DE CONJUNTO - 1966/1970; Rio de Janeiro, Liv. D. Bosco ed. 1967 - 2º ed.

POLIANTÉIA do Cinquentenário da Diocese de Campinas - 1908 - 1958
São Paulo, Linografia Ed. Ltda. 1959

"PRIMEIRO ENCONTRO DOS AGENTES PASTORAIS DAS VILAS PLANEJADAS"

07/05/72 - mimeo. Arquivo da Arquidiocese

"Reflexão da Comissão Teológica da Revisão Pré-Sinodal sobre a Pesquisa realizada na Arquidiocese" - 17/18 de Abril de 1972 - Arquivo da Diocese.

"REFLEXÃO DOS AGENTES: apenas recordando algumas discussões e conclusões do curso de Janeiro de 78", mimeo. Arquivo da Arquidiocese.

"REFLEXÃO DOS AGENTES: apenas recordando algumas discussões e conclusões do curso de Janeiro de 78" mimeo. Arquivo da Arquidiocese.

" REFLEXÃO DOS PADRES E IRMÃS DAS VILAS PLANEJADAS: Costa e Silva e 31 de Março", 1970, mimeo. Arquivo da Arquidiocese

"REFLEXÃO DOS PADRES E IRMÃS - VILAS PLANEJADAS", 06.06.70, Arquivo da Arquidiocese.

- "Relação Quinquenal da Arquidiocese de Campinas - 1969/1974" Arquivo da Diocese
- "RELATÓRIO DA ELEIÇÃO DA COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DAS VILAS PLANEJADAS E ALGUNS BAIRROS", 02.12.79, Arquivo da Arquidiocese
- "RELATÓRIO DA REUNIÃO DE AGENTES DE PASTORAL", 09 e 10.08.79, Arquivo da Arquidiocese
- "RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS AGENTES", 25.06.82, Arquivo da Arquidiocese
- "RELATÓRIO DA REUNIÃO DA COORDENAÇÃO DE PASTORAL DAS VILAS E ALBAIRROS" - 13/04/82 - mimeo. Arquivo da Arquidiocese.
- _____, 30/08/83 - mimeo. Arquivo da Arquidiocese.
- "RELATÓRIOS DE ASSEMBLÉIAS DOS SETORES" - Comissão Arquidiocesana de Pastoral das Vilas e Alguns Bairros, Arquivo da Arquidiocese
- "RELATÓRIO DE REUNIÃO DA EQUIPE PROVISÓRIA DE COORDENAÇÃO DE PASTORAL NAS VILAS PLANEJADAS" - 13/09/71 - mimeo. Arquivo da Arquidiocese.
- "RELATÓRIO DE REUNIÃO DA EQUIPE PROVISÓRIA DE COORDENAÇÃO DE PASTORAL NAS VILAS PLANEJADAS COM AS IRMÃS DA VILA COSTA E SILVA" 07/10/71, mimeo. Arquivo da Arquidiocese
- "RELATÓRIO DO ENCONTRO DE AGENTES QUE ATUAM JUNTO À ASSEMBLÉIA DO POVO" - Dezembro de 79, Arquivo da Arquidiocese.
- "RELATÓRIO DO ENCONTRO: FÉ E POLÍTICA" - Convidado: Hugo Assmann, Comissão Arquidiocesana de Vilas e Alguns Bairros, 29-30.05.82
- "RELATÓRIO DO PRIMEIRO SEMINÁRIO PARA AGENTES DE PASTORAL"- "Ação Pastoral e Movimentos Populares" - Comissão Arquidiocesana de Apoio ao Movimentos Populares - 20-21.03.82, Arquivo da Arquidiocese.
- "RELATÓRIO DO VI ENCONTRO INTERECLESIAL DE CEBs" - Trindade, Go. 21 a 25 de julho de 1986

"Relatório Quinquenal da Arquidiocese de Campinas - 1975/1979" Ar-
quivo da Diocese

"RETOMANDO E REAJUSTANDO A CAMINHADA", Agosto-Setembro, 1983 mi-
meo. Arquivo da Arquidiocese.

"REVENDO, AVALIANDO E ATUALIZANDO A CAMINHADA - 1982", Comissão
Arquidiocesana de Vilas e Alguns Bairros, 26.12.81, Arquivo da
Arquidiocese.

"REVISÃO DO PLANO DE PASTORAL" - 1970 - Vila Costa e Silva - mi-
meo. Arquivo da Arquidiocese

TENTANDO AVALIAR O SUBSÍDIO - BALANÇA POLÍTICO DA ASSEMBLÉIA DO
POVO" - Agentes de Pastoral ligados à A.P., maio de 1981

"Um pouco de história da Revisão Pré-Sinodal: opções pastorais
para 1973" - Arquivo da Diocese.

JORNAIS DE CAMPINAS:

A Tribuna

Correio Popular

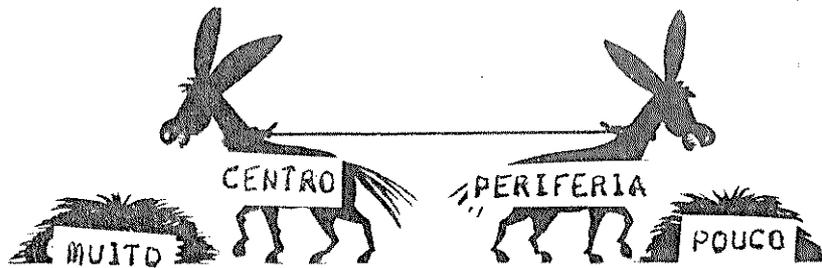
Diário do Povo

Jornal de Hoje

EMENTA À BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Marcello, Comunidades Eclesiais de Base e Inculturação da Fé, São Paulo, Ed. Loyola, 1986 - Coleção "Fé e Realidade" - XIX.
- GREGORY, Afonso, Comunidades Eclesiais de Base - Utopia ou Realidade, Petrópolis, Ed. Vozes/CERIS, 1973.
- MARINS, José e equipe, Metodologia Emergente das Comunidades Eclesiais de Base, São Paulo, Ed. Paulinas, 1980.
- MOISÉS, José Álvaro e outros, Alternativas Populares da Democracia: Brasil, anos 80, Petrópolis, Ed. Vozes/CEDEC, 1982.
- OLIVEIRA, Plínio Corrêa de, As CEBs...das quais muito se fala, pouco se conhece - a TFP as descreve como são, São Paulo, Ed. Vera Cruz Ltda. 5ª Ed. 1983.
- SANTOS, Paulo de Tarso, "Educação Política das CEBs" In Jornal Folha de São Paulo, Tendências/Debates, p.3 - Quinta-feira, 10 de setembro de 1981.
- SOUZA, Luiz Alberto Gómez de, A Política Partidária nas CEBs, Petrópolis, Ed. Vozes, 1981 - Teologia Orgânica 6.

ANEXO



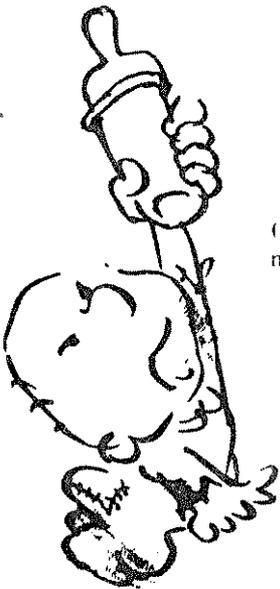
"O Senhor fará grandes coisas conosco"... (Sl 125) porque deu inteligência ao homem para a solução dos seus problemas
 "Clama em alta voz sem constrangimento, faze soar sua voz como a corneta, denuncia meu povo suas faltas" (Is 58,1)
 Será que todos nós temos conhecimento dos problemas que estamos enfrentando ?

Você sabia que o que cada brasileiro bebe de leite por dia é muito pouco. uma quantidade inferior ao que até o próprio governo recomenda?

Ora, a importância do leite como alimento é muito grande, porque é praticamente o único alimento que pode ser dado às crianças...

O que bebemos de leite por ano chega, em média a 55 litros, enquanto que o Instituto Nacional da Alimentação recomenda que se beba 146 litros por ano? Ora o Brasil possui um dos maiores rebanhos do mundo, uma cabeça de gado para cada brasileiro.

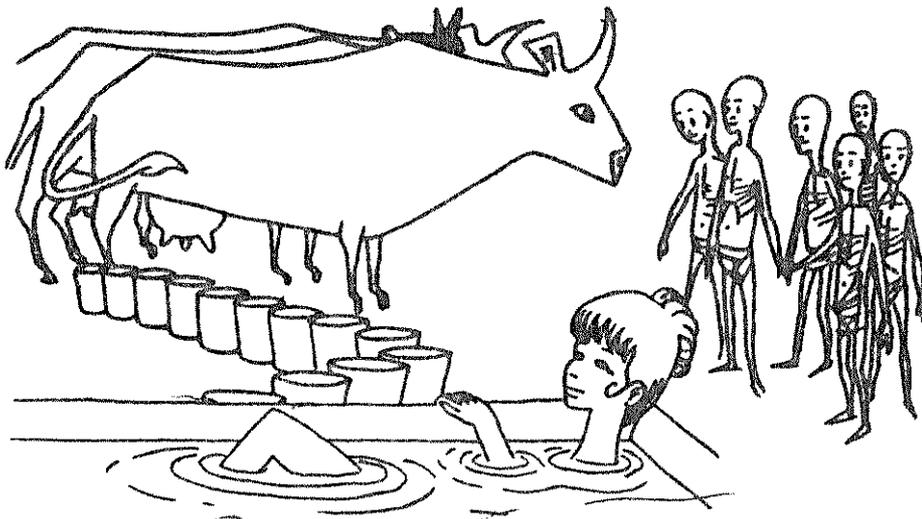
Também no preço que está... Com as filas para comprar. Com a falta do produto... tendo que pagar adiantado... Tendo que levar o pão para poder levar o leite... na periferia todo esse problema, mas...



Os ricos têm o leite até de sobra.

E os cavalos do Jockey Club tomam leite todo dia e do melhor...

Como é feita a distribuição do leite?



Uma mãe que mora na periferia, adotou uma criança com 3 dias de nascido. O menino que era gordinho começou a emagrecer e ficar doente. A consulta médica revelou falta de alimentação, precisava de leite para alimento, mas cadê o leite ?

"É dever do Estado não deixar ninguém sem escola, sem casa, sem água, sem roupa, sem transporte e sem alimentação" (leite)
 (CNBB Itaipó - fevereiro/77)

Porque será tantas diferenças?

Se nós produzimos bastante leite, para onde está indo?

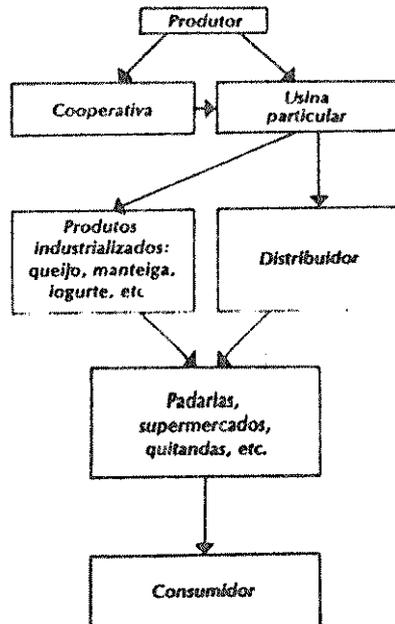
Quem produz o leite?



O produtor de leite é geralmente um pequeno sítiante que vive do seu trabalho junto com a família ganhando pouco

Falta leite C e até leite B. Por que o leite desaparece e quando aparece é tão caro?

Os caminhos do leite



São sempre os leites de pior qualidade, os que já contêm produtos químicos, que são empacotados para venda ao consumidor, porque os leites melhores, mais puros são usados para fazer queijos finos e iogurtes, que não dão certo com leite misturado.

Como já dissemos, uma grande parte do leite que chega às usinas é destinado a fabricação de produtos industrializados: queijos, iogurtes, manteiga, etc. São os chamados produtos de luxo, que podem ser vistos em todo armazém ou supermercado. As prateleiras e balcões mais enfeitados dos supermercados costumam ser exatamente os de produtos de luxo. Generos de primeira necessidade, como feijão, arroz, sabão, ficam mais escondidos, sem tanto cuidado, porque não precisam ser anunciados: todo mundo compra, pobre ou rico.

Somos pais e mães de família em desespero e, mais do que ninguém, sentimos os breços, a fome e os problemas de má distribuição do leite - estamos cansados dessa exploração.

"Eu vi a aflição do Meu povo e ouvi os seus clamores por causa dos seus opressores. Sim eu conheço seus sofrimentos... e por isso Eu os levei para uma terra fértil e espaçosa, onde corre o leite e o mel!" (Ex 3, 7-8)

Já sabemos que unidos somos uma força

E que força...

PODEMOS CONTINUAR DE BRAÇOS CRUZADOS OU TEMOS QUE FAZER ALGUMA COISA?

nos ônibus, nós estamos VIVENDO...

O drama do dia-a-dia

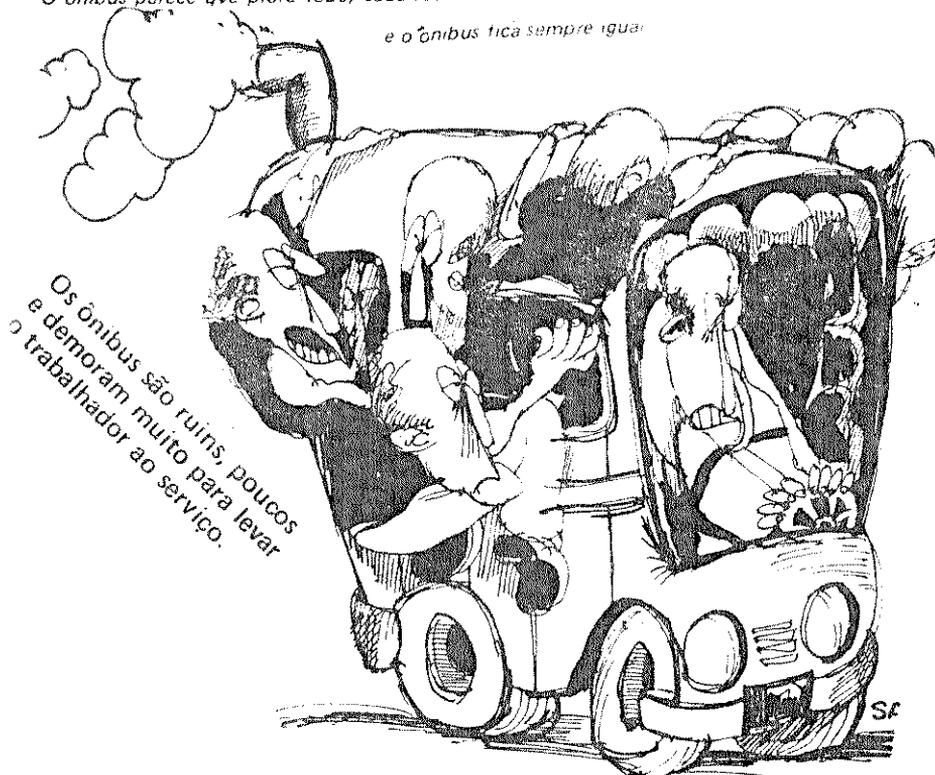
Porque será que temos que nos sacrificar assim todo dia?

Andar em ônibus lotados causa irritação nos passageiros, que já estão cansados depois de um dia de trabalho, causa falta de ar e até brigas entre os operários que viajam.

Os motoristas não respeitam os horários e as filas vão aumentando nos pontos, as pessoas se atrasam para chegar.

Essa situação favorece os aproveitadores que abusam das mulheres e os batedores de carteira que usam da contusão para roubar.

"O ônibus parece que piora todo, cada vez mais cheio, mais demorado. Vai aumentando o povo e o ônibus fica sempre igual."



Os ônibus são ruins, poucos e demoram muito para levar o trabalhador ao serviço.

"Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direito. São dotados de razão e consciência e devem agir uns com os outros com espírito de fraternidade" (Decl. dos Direitos Humanos)

E andamos todo dia

"DEPENDURADOS

QUE NEM NA CRUZ"

Não sou pingente...
Sou uma falta de transporte.

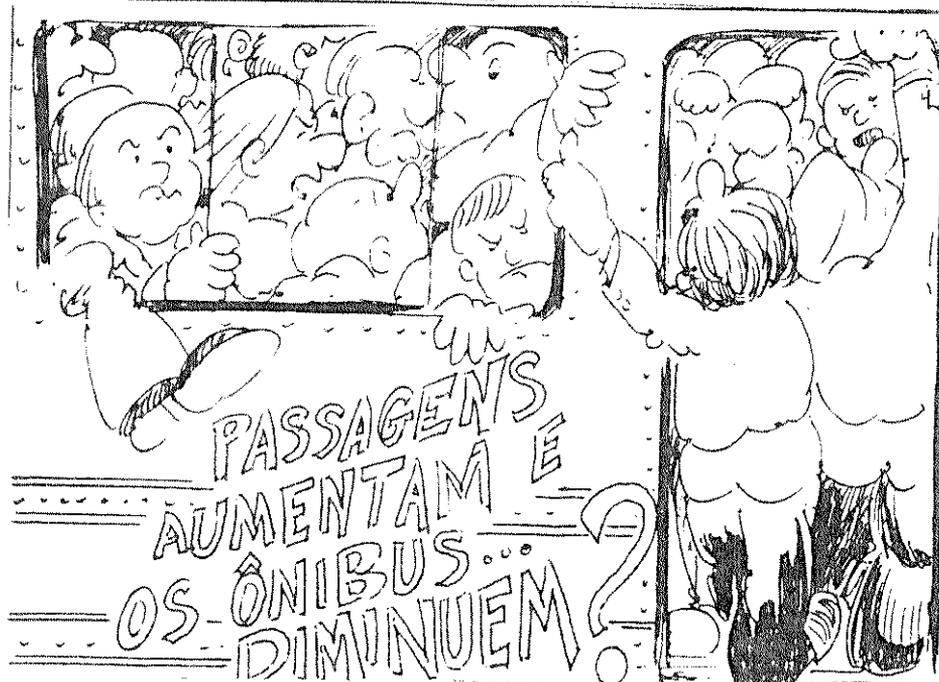
"Eu acho que as empresas não põem mais ônibus nas linhas na hora mais brava é porque eles não querem gastar, eles dizem que no resto do dia não tem passageiro, que não compensa. Eu já li isso no jornal, mas que é uma pouca vergonha, e. Quando eu estava grávida, a barriga grande, tinha até pesadelo de noite quando eu lembrava que precisava pegar ônibus lotado, morria de medo de machucar meu filho, no meio daquele povão"

"Eu vim para que todos tenham vida, e vida plenamente" (Jo 10,10)

Vamos responder

- Porque o leite faz todo aquele caminho para chegar até nós?
- Porque a sempre a periferia a prejudicada com o atendimento?
- Porque se constroem grandes avenidas e viadutos sem melhorarem os transportes de massa?
- Porque é só a C.C.T.C. que explora os serviços?

PARA NÓS "PROGRESSO É TODOS TEREM O SUFICIENTE PARA SOBREVIVER, NÃO UMA BELA CIDADE MILHARES DE FAVELADOS"



Comissão de Justiça e Paz
Plantão de atendimento
De 2a. a 6a. feira das 13 às 17 horas
Rua Irmã Serafina, 88
Edifício Pio XII - Campinas